

Silvia Lobo

MÃES QUE FAZEM MAL



Silvia Lobo

Mães que fazem mal



Copyright © 2018 Silvia Lobo
Mães que fazem mal © Editora Pasavento

Editores

Marcelo Nocelli
Rennan Martens

Revisão de textos

Marcelo Nocelli
Eduardo Rosal

Imagem de capa

Wildpixel/iStockphoto

Design e Editoração eletrônica

Negrilo Produção Editorial

Diagramação de eBook

Calil Mello Serviços Editoriais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Juliana Farias Motta (CRB 7-5880)

Lobo, Silvia

Mães que fazem mal / Silvia Lobo. – São Paulo : Pasavento, 2018. 160 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-991942-4-5

1. Maternidade – Aspectos psicológicos. 2. Ambivalência. 3. Mãe e filhos. i. Título.

1799m

CDD 155.6463

Índice para catálogo sistemático:

1. Maternidade – Aspectos psicológicos
2. Ambivalência
3. Mãe e filhos

Todos os direitos desta edição reservados à:
EDITORA PASAVENTO

www.pasavento.com.br

*Amor e Gratidão a
Adriana, Suzana e Mauricio.
Filhos que puderam tornar menores
os males que sem saber lhes impingi.*

Sumário

Capa

Folha de rosto

Créditos

Dedicatória

Apresentação

As mães que fazem mal

Modalidades de mães que fazem mal

Nas trilhas da maternidade

O novo poder das crianças e o desamparo de todos

A inconsistência feminina

A dor da escolha

Os danos imprevisíveis

As marcas invisíveis

Uma licença teórica

A substituição das mães Reflexão sobre privação, mulheres e cultura

A recriação da mãe O gesto espontâneo ameaçado

A maternidade a ser sonhada

Apresentação

As mães que fazem mal, aqui descritas, constituem uma população muito maior do que imaginamos, silenciosa e quase sempre despercebida. Mães quase invisíveis, que não se apresentam como suficientemente boas, nem tampouco como reconhecidamente nocivas e que, no exercício da função materna sem culpa, remorso ou vergonha, discretamente, causam uma mutilação psíquica, sorrateira, subterrânea e, algumas vezes, definitiva naqueles que trouxeram ao mundo. Mães, cuja existência concreta importa no desenvolvimento dos que delas nasceram. Mães que não percebem e filhos que não realizam o mal que delas provêm, mas que, marcados pela experiência com elas, por vezes só se apercebem do que viveram já adultos, em suas sessões de análise. Mães que parecem comuns com filhos comuns, mas que são, mesmo que, involuntariamente, psiquicamente perigosas, cujo malefício não reside na neurose, muito menos na psicose. Os neuróticos e psicóticos detêm a qualidade de serem gritantes, têm selo com visibilidade.

Não ignoramos a importância de considerar que não são apenas as mães que inventam seus filhos, não os vendo como são. Filhos e filhas também imaginam suas mães e atribuem a elas o que não lhes pertence, estas ou aquelas intenções que elas não tiveram, mas assinalamos a insuficiência desta semelhança entre eles e elas, para dar conta das dores tatuadas nos filhos, que atestam a complexidade das trocas de amor e de ódio que nesse tipo de vínculo se estabelecem.

Colocamos a maternidade no centro da vida humana, trazendo em seu exercício possibilidades infinitas, tanto para o pior como para o melhor,

tanto na constituição de uma experiência salvadora, como mutiladora e podendo se beneficiar tanto da espontaneidade, quanto do trabalho duro. Observamos que o instinto maternal é dos pilares de nossa cultura o mais solidamente assentado e entendemos que este suposto exige uma reflexão.

A convicção indiscutível da existência de um instinto materno reduz a feminilidade ao desígnio da biologia e, em nome de uma suposta inclinação inata, obscurece a evidência de que os filhos não são queridos por instinto, mas sim por generosidade e capacidade de amar. Os textos que celebram o poder transcendente e criativo da maternidade subtraem a dor, a dúvida, o medo, a recusa, o desconforto, a fraqueza, o ressentimento e a maldade, entre outros, que toda a condição humana contém, inclusive a materna.

Essa visão idealizada da maternidade é favorecida por um jeito de pensar compreensivo que justifica os percalços afetivos vividos por filhos e filhas, em uma cena circular na qual as mães ficam de imediato associadas às filhas que foram e às mães que tiveram, submetidas àquelas que as criaram e à reprodução dessa experiência com os que virão a criar.

As mães nocivas são configuradas de forma compreensiva por terem tido mães igualmente nocivas e assim sucessivamente, em uma transmissão geracional em marcha a ré que justifica o desencontro, o desamparo, a culpa e o ódio entre mulheres. Desse modo, descomprometem-se as mulheres de recriar sua experiência como mães.

Essa perspectiva propõe o desaparecimento da pessoa da mulher, uma vez que amarrada à condição de filha, pré-determinada, sem saída.

Consideramos a possibilidade de filhos e filhas crescidos refletirem sobre o que foi vivido na relação com a mãe e abrirem a oportunidade da criação de um repertório inédito no presente, como pais e como mães, sendo assim, agentes de seu próprio destino.

Hoje, ao ter percorrido um longo trajeto, prosseguimos sendo mães ora decidindo por amor, ora aceitando por constrangimento; que esta seja a

hora de hesitar e considerar se queremos ou não gerar bebês, podendo decidir sem obediência e sem culpa, nunca mais esquecendo que antes de sermos mães somos mulheres.

SILVIA LOBO

As mães que fazem mal

Talvez... seja impossível pensar o exercício da maternidade sem associá-lo inevitavelmente à imposição de algum tipo de mal. Pequenos sacrilégios são cometidos pelas mães aos filhos na forma de ferimentos, desentendimentos, alienações, desaparecimentos. Marcas, por vezes invisíveis, que ferem, interferem. Algumas cicatrizam e são esquecidas, outras permanecem. Uma tomada retrospectiva permitiria considerar que há mulheres que, como mães, marcam mais que outras, ou que, curiosamente, são melhores mães para uns e piores para outros. Poder-se-ia também argumentar que há crianças que se deixam marcar mais que outras, ou que não são exatamente os filhos que suas mães desejariam. E seria verdade. Mas nesse caso, ter-se-ia que atentar para as palavras do velho psicanalista e convir que “as mães sempre chegam antes que os filhos. E esta antecedência as compromete...”.

A IDEALIZAÇÃO DA MATERNIDADE

A crença social segundo a qual todas e cada uma das mulheres deveriam parir se baseia em um suposto indiscutível de que o potencial reprodutor da anatomia feminina as obriga a serem mães, regidas por uma ordem fatalista que não lhes deixa outra opção. A ideia de uma tirania biológica parte dessa estreita correlação entre as mulheres e o próprio corpo.

Nas faculdades de Medicina – já dentro do século XX – nada havia a ser dito sobre a sexualidade e o gozo feminino a não ser de um modo higiênico. A ginecologia era uma ciência sobre a mãe e a maternidade. A mulher existia frente à perspectiva reduzida de ser uma potencial mãe. Feminino e maternal imbricados em uma única e mesma relação. Assim, a capacidade das mulheres para dar à luz se apresentava como o bem mais essencial de sua vida e a justificativa de sua existência, tendo como recompensa o prêmio de serem “mães por toda a vida” e credoras da humanidade pela sobrevivência.

Esta perspectiva converte a maternidade em uma história interminável e transforma o cordão umbilical, que une mães e filhos, em uma experiência perpétua, com as mães alimentando os filhos simbolicamente e cuidando deles em sua consciência, inclusive anos depois da primeira infância fisiológica.

Esse modelo valida a suposição generalizada de uma vontade a priori, indiscutível, de ser mãe, sendo a consciência da mulher forjada com a maternidade, seja qual for o contexto em que se dê a relação com os filhos. Contudo, nem sempre é assim que se passa, pois, o dito cordão umbilical imaginário pode ser sentido como uma saga; experiência subjetiva de sentir-se atada, na qual algumas mães descrevem ter visto eliminada sua

capacidade para mover-se, distanciar-se de casa e sentir que são donas de si, mesmo quando passam a ser avós.

A suposição generalizada dessa vontade, a priori indiscutível, mascara as diversas atitudes que têm as mulheres com relação a sua condição de mães; não questiona a vontade interior e não verifica a efetividade da completude anunciada após o nascimento dos filhos, quando passariam a usufruir do sentimento de pertencimento, de propriedade sobre algo valioso que permitiria auferir respeito, valorização e poder sobre o mundo, sobre os homens e sobre si.

No pacote de promessas sociais oferecidas às mulheres como premiação pela maternidade não aparece o outro lado no qual uma sentença contundente cai sobre aquelas que não são mães, as mulheres que não podem conceber nem ter filhos ou que não os querem fazendo parte de suas vidas recebem o julgamento de mutiladas, más, defeituosas, egoístas, suspeitas, loucas. Culpadas por não tornarem realidade a única suposta vantagem que a natureza teria a oferecer às mulheres.

E mesmo que nos últimos tempos as muralhas da mitificação do amor materno estejam desmoronando pouco a pouco, ainda as vozes das mães que se mostram desorientadas, insatisfeitas e desiludidas sofrem censura e condenação. Falar que não quer ser mãe, que não gostaria de ser mãe ou, pior ainda, dizer que não gostaria de ter sido mãe, é indecente e indica alguma patologia. Assim, preserva-se o mito de que todas as mulheres, ao final da juventude, se convencerão de que a maternidade lhes é benéfica e suprime-se a nomeação de qualquer aspecto de natureza conflitiva que, na absoluta impossibilidade em ser contido, mostra-se no cotidiano das relações familiares. É no retorno desse reprimido, na inconformidade, na inconsequência, no ressentimento, no arrependimento do casamento, da gravidez precoce ou tardia, da perda da juventude, que atuam as mães que fazem mal.

AS SUTILEZAS DA NORMALIDADE

A experiência clínica tem permitido a configuração de um tipo de mãe “distraída”, capaz de ações e reações impensadas, que cria, sobretudo, filhas que vêm a necessitar da psicanálise. Pensamos em mães presentes no dia a dia das casas e nas famílias, que em sua “normalidade” movimentam-se seguras no “mundo das coisas”, o mundo da aparência e da objetividade. Alienadas, exercem uma influência sombria e duradoura na constituição das identidades e nos sonhos de futuro dos filhos.

Mulheres – mães que detêm o sentimento de estar quitadas pelo fato de terem casado, tido filhos e estar a criá-los, que seguem fielmente os padrões do senso comum e personificam a ideologia do amor materno: cumprem o estereótipo da “boa” mãe. Dotadas de boas intenções e apaziguadas na relação com os filhos se permitem usufruir dos benefícios da “convencionalidade”, direito dos que vivem de acordo com as normas, que agem conforme o esperado, e vistas deste modo, são consideradas boas mães, seja de meninos ou meninas.

Uma vez reconhecidas e reasseguradas dentro desse cenário, com naturalidade, às vezes intermitentemente maltratam, e assim excluem arbitrariamente do círculo familiar, uns e não outros. Mães que provocam uma fratura ética, arrancando os filhos do trajeto criador da própria vida: injetam suspeita sobre objetos internos, danificam a percepção e despertam naqueles que geraram o temor do produto das próprias entranhas: ideias, bebês, iniciativas.

Mães que propõem o anonimato dos filhos, a castração, a reserva expressiva e o boicote da imaginação criadora. Mães que prescrevem como única possibilidade de existência dos filhos a submissão e a semelhança. Mães adversativas, permanentemente insatisfeitas com o que lhes é apresentado, tendo como única referência suas próprias medidas. Mães que consideram seus filhos como objetos de sua própria criação, “objetos – parte”. Mães que propõem aos filhos o paradoxo de que para existirem morram por dentro.

Mães capazes de autorrecriações, mas desconhecedoras de seus próprios conflitos emocionais. A falta que impingem está no território dos afetos e o dano causado é sutil o suficiente para passar despercebido, porém, danoso o suficiente para permanecer como marca inominada ao longo da vida.

Mães que permitem lembrar Luísa, com os cabelos vermelhos como fogo e vestes coloridas, aos 21 anos, neste relato, em sua primeira sessão de análise:

– Acontece comigo uma coisa estranha. – diz ela. – Preciso muito me ver no espelho. Não consigo passar por um sem me olhar. Se aqui tivesse um espelho não conseguiria prestar atenção no que me diz. Ficaria olhando para ele com o canto do olho o tempo todo. Não olho demorado. Olho só para me ver. Saber como estou. Contudo, mal acabo de fazer, esqueço de mim. Não sei mais que acabei de me olhar e que estava bem. Sinto-me feia, desarrumada, com o cabelo em desordem. Um lixo. Daí fico procurando um espelho para de novo me achar. Não tem fim. Sinto-me louca. Uma amiga me disse que eu não me conheço. Não sei de mim. Disse que parece que não tenho um espelho em casa. Eu acho que não tenho mesmo. Não aquele do qual eu precisava.

MÃES MÁ?

O aprofundamento desta reflexão sobre as mães exige cuidado na discriminação entre “fazer mal” e “ser má”. Maldade faz pensar em mulheres intencionalmente cruéis, com comprometimento moral de caráter ou perversas nas relações de afeto. A mãe que faz mal não é a morta, não é a perversa, nem tampouco a insuficientemente boa. Não é má em função da crueldade premeditada ou assumida. Não é má tampouco por ocupar o lugar de objeto mau, fruto da projeção das fantasias ou transformações filiais. É má porque causa mal, faz mal, mesmo sem saber.

A mãe sobre a qual interessa pensar é a que não vivencia o amor materno, não constitui em si a mulher capaz de associar a maternidade ao prazer e comportar a ambivalência. Não se comove diante da gravidez, não se alarma diante de sua grandeza, não realiza seu significado na ordem geracional, não percebe a oportunidade como filha e não alcança sua importância como mulher. Banaliza, torna corriqueiro, um fazer como qualquer outro, quando muito, mais longo ou mais cansativo. Mãe que usufrui a gravidez na futilidade, na medida em que socialmente a valoriza, a beneficia, narcisicamente até a contempla. Experiência que poderia ser equivalente ao desfrute de um novo chapéu, a troca de um carro, na obtenção de um prêmio honroso.

Luísa, de novo, apresenta-se como inspiração em uma curiosa coincidência: Uma noite, a analista em sua casa, casualmente, senta-se diante da TV e começa a assistir a uma novela, da qual não tinha referência e nunca antes fora vista. Ao cabo de alguns minutos, depara-se surpresa na tela com uma personagem que lembra muito Luísa, no tom claro da pele, o longo cabelo cacheado, os olhos grandes e escuros e um jeito de mulher antiga do século XVIII. A semelhança chegava a ser impressionante. No dia seguinte a encontra cedo, pela manhã, e Luísa ao se deitar no divã, diz:

– Vi ontem pela primeira vez uma novela na tevê onde havia uma personagem que achei muito bonita. Minha mãe assistiu comigo e disse o tempo todo que a moça era muito feia. Insistiu nessa ideia inconformada pelo fato de terem escolhido uma mulher tão horrível como atriz principal e que era impossível que não tivesse havido nenhuma outra candidata ao papel mais bonita e talentosa do que aquela. Fiquei muito embaraçada com estes comentários. Eu achei justamente o contrário.

– Mas você a achou bonita?, a analista intervém.

– É... Eu achei... Achei que ela era uma mulher muito bonita e talentosa, e... – Luísa se cala por um instante, hesita e prossegue: – O

engraçado é que eu achei que ela se parecia muito comigo, com esse meu jeito de mulher de antigamente, sabe?

A analista ouve perplexa, pois se tratava da mesma novela.

As mães que fazem mal são as mães que cometem faltas. Mães que ao não estabelecerem parcerias amorosas com as filhas, preparam-nas para uma disposição edípica intensa, que se expressa em um amor ao pai dedicado e que nos bons casos é correspondido. Buscam no pai a adoção, a reverência, que não pode ser vivida com a mãe. As faltas maternas, porém deixam suas marcas.

Assim foi com Anna Freud. Na correspondência publicada que a Sra. Martha Freud troca com uma jornalista americana assim aparece:

Diferentemente das outras, essa última gravidez foi-me bastante difícil, e, assim que a criança nasceu, afastei-me dela. Sei que não é certo e o confesso com muita dificuldade. Uma boa mãe nunca agiria assim. Mas estava acima de minhas forças. Não aguentava mais e não sentia nada por aquela pequenina, a não ser repulsa. Anna não teve ama de leite, já nem me lembro exatamente por quê. Foi a única, entre nossos filhos, que tomou mamadeira feita com leite em pó. Ficou, com Ernst e Sophie, sob a guarda duma nova governanta, Josefine, que, felizmente, tinha por ela grande afeição. Penso que deve ter sentido como aquela criança me era estranha.

Anna conquistou, muito rapidamente, o coração do pai. Sigmund amava todos os filhos – descobri com surpresa como ele podia ser um pai atento e carinhoso –, mas desde o começo Anna, garotinha viva e inteligente, recebeu dele um tratamento diferenciado. Talvez ele desejasse reparar o mal que eu lhe fazia repelindo-a. Talvez tenha sucumbido ao encanto da paixão que ela lhe manifestava desde as primeiras semanas. Não sei. De qualquer forma, desde que nasceu Anna foi sempre a preferida do pai, e comigo manteve sempre relações superficiais.

No decorrer da entrevista as referências à Anna são hostis, mesmo ao referir-se a ela adulta. Se pensarmos em sua liderança dentro do movimento psicanalítico, no embate corajoso com Melanie Klein, na reverência que a cercou como “a filha do mestre” chama nossa atenção a sobriedade de sua aparência, a escassez de feminilidade em seus trajes e até mesmo certa tristeza no olhar que as fotos revelam. No relato de Martha, sua mãe, aparece o rancor de quem ficou à margem e a rivalidade

com Anna, Mina, Marie Bonaparte, mulheres que conquistaram um lugar na vida de Freud e na produção intelectual de seu tempo.

O modo como hoje se pensa a maternidade, no que significa ser mãe e o que a sociedade dela espera não foi sempre assim. O passado em seus diversos tempos e culturas configurou a ideia de mãe com afetos e compromissos específicos a cada momento, a serviço do humano, das perspectivas sociais e dos homens. Há uma longa história que descreve todas as variações e motivações do que era esperado das mulheres na condição de mães, expectativas e pressões às quais elas se renderam por amor, resignação e medo. Rendição, por vezes, feita apenas na aparência, capaz de abrir um pequeno espaço para a transgressão, ora sabida e punida, ora não.

As mães que fazem mal ocupam o território das mulheres marcadas pela História Feminina na rendição ao domínio exercido pelos Homens, submetidas às limitações impostas, aos sonhos frustrados, ao sentimento de inferioridade impingido. Mesmo sem clareza dessa condição, sem esse propósito, pois o inconsciente dá as cartas e estabelece o jogo.

Mulheres inteligentes que não estudaram, mulheres com liderança que ficaram para trás, mulheres com brilho que ficaram apagadas. Mulheres sem forças para desafiar que se adaptaram, se acomodaram, foram convencidas da inevitabilidade da própria sina. E que no despeito, na vingança e na dor desenvolveram a falta de generosidade que as levou a não dar o que não receberam, a não favorecer o que não tiveram e a esperar êxito, através do excesso e do rigor, naquilo que sem ter tido estão possibilitando.

Modalidades de mães que fazem mal

*“Isto é talvez ridículo aos ouvidos de quem,
por não saber o que é olhar as coisas,
não compreende quem fala delas com o
modo de falar que reparar para elas ensina.”*

CLARICE LISPECTOR

MÃES ARREPENDIDAS

A mãe que faz mal pode ser a que não desejou ser mãe, ainda que dotada de desejo pelo homem e de afeto por crianças. Engravidou sem querer, quase no desaviso e surpreendida deixou-se levar, ou ainda, premida pela pressão do entorno vinda dos pais, amigos, do próprio companheiro, rendeu-se às regras, aos preconceitos, ao dogma social que inapelavelmente exige das mulheres que tenham filhos. Negar-se a esse destino implica em suportar descaso, desconfiança de caráter, acusação de descompromisso frente ao futuro, endividamento no pagamento à comunidade. Falta de amor. Coação invisível que determina o futuro das mulheres de modo indiscutível.

A mãe que faz mal pode ser também a que no percurso geracional não semeou em si o desejo de “fazer” e conter filhos. Não desejou ser mãe, não concebeu por desejo pelo homem, a entrega foi contrafeita, em alguns casos, forçada, e a gravidez foi desavisada, com uma barriga desafetada, uma gestação sem sentido. Tornou-se mãe, sem ter desejado tornar-se, sem ter podido evitar.

Algumas delas, mulheres que dão sentido ao texto de Marguerite Duras escrito há trinta anos:

Acontece que algumas mães não amam seus filhos nem a sua casa, nem são as mulheres do lar que se esperava que fossem. Que não são tampouco as mulheres de seus maridos. Que não são mães, assim como não são fiéis, e que, apesar de tudo isso, elas passam por tudo, pelo casamento, pela trepada, pela criança, pela casa, pelos móveis, sem que isso as tenha mudado em nada, nem mesmo por um só dia. Por que a maternidade não seria mal-vinda? Por que o advento de uma mãe pela chegada de um filho não seria um fracasso?

Com a finalidade de manter a ordem social, nossa sociedade nega com frequência a existência e o significado da decepção, esse sentimento que desperta quando algo que esperávamos ou desejávamos não se faz realidade. E paradoxalmente intensificam a decepção ao nos estimular a negá-la sem oferecer ferramentas para gerir a dor, o sofrimento e o luto que a maternidade, entre outras experiências, também comporta.

Fazemos parte de uma cultura que tem dificuldades em ver as mães como seres humanos que existem separadas e fora da relação com os filhos; uma cultura que estrutura essa relação dirigindo a atenção para a criança, sem supor que a mãe exista como alguém com suas próprias necessidades e desejos. Segundo esse pressuposto é esperado que o vínculo entre eles se faça através de uma curiosa dessimetria onde a mãe tudo saiba sobre seus filhos e estes nada teriam a saber a respeito delas, suas emoções, seus ideais como pessoas. Aliás, nesta perspectiva é esperado que, de fato, os desconheçam, para não terem de carregar o que é encarado como peso, como carga. E, assim, esse princípio que por si só já é danoso, no contexto das mães arrependidas se agrava, na medida em que o escondido fica presente na suspeita, fica visível na sombra que paira sobre o relacionamento. Proteger os filhos silenciando seu ponto de vista e retratando a história de forma que combine com as expectativas da sociedade pode significar que as crianças não poderão conhecer suas mães como as pessoas que são, em seus sonhos, decepções, desejos, pensamentos, recordações, temores. Não saberão os motivos do desconforto da convivência, não terão acesso às razões que as fizeram ser as mães que foram. Não compreenderão a incomunicabilidade que entre eles se fez presente, espécie de barreira de contato, representante cruel do segredo tão zelosamente guardado.

As mães arrependidas omitem aos filhos seu arrependimento, o desejo imperioso de não ser mãe de ninguém, por temerem lhes causar danos ao contar-lhes que não foram desejados ou foram concebidos na indiferença,

no acaso. Em meio à dúvida, silenciam na tentativa de salvaguardá-los dos sentimentos de repúdio que embalam as gestações, fazem assim por falta de palavras e pela dificuldade de imaginar como poderia o relato de sua história não tornar vulnerável algo que apreciam como a família, o lar, o pai e a mãe, sobretudo. Deste modo, envoltas no paradoxo, sem rosto ou com um rosto oculto, essas mulheres se apresentam aos olhos da sociedade, da família e a si próprias encobertas por uma máscara.

Há ainda outras modalidades de mães que fazem mal, aparentemente, de formas menos danosas, mas mesmo assim nocivas. Podemos a partir dessa reflexão identificar variados tipos de mães que fazem (ou fizeram) mal pelo modo como exercem essa função e se relacionam com os filhos, expressando características que ora aparecem com exclusividade, ora se associam a outras aqui mencionadas e que, de uma forma ou outra, se derramam sobre os filhos e os impregnam. Dentre elas, encontramos as higiênicas, as executivas, as pragmáticas, as eliminadoras, as litigiosas, as imobilizadoras, as sofredoras, as invasivas, as sexuadas, as “adultizadoras”, as desafetadas, as misturadas. Mães que, muitas vezes, se justapõem nessas características e somam a elas sedução, intriga e abuso.

A HIGIÊNICA

Corretas, asseadas, dedicadas, muitas vezes assexuadas, estabelecidas no lar, sem conflito, preparam-se para o exercício da maternidade e para *dedicar a vida às crianças*. Ensinam bons modos e se referem com orgulho à carteira de vacinação dos filhos, completa e sem atraso. Servem de exemplo. Mães missionárias, que abdicam de si no cumprimento de um dever que as eleva e pelo qual serão recompensadas. – Por quem? Não se perguntam, mas é certo.

A mãe de Marina, na entrevista inicial, mostra-se atenta e precisa nas informações objetivas que dá, mas não tem nenhuma ideia do que se passa dentro de sua filha. “Dentro... como assim?”, diz ela.

Ao seu lado, Marina cabisbaixa, de cabeça raspada, envergonhada da careca, conta à terapeuta que pegou piolho na escola. Outras colegas também pegaram, mas foi a única de sua classe que não pôde manter os cabelos. Sua mãe achou que seria mais eficaz e mais rápido livrá-la da coceira se a deixasse careca.

Tempos depois, Marina entra para a sessão e encontra a terapeuta usando brincos coloridos, em forma de flor, e olha para eles encantada. Sem hesitação, pede para segurá-los, pega-os na mão e brinca como se fossem animados, até que, em dado momento, interrompe os movimentos e muito séria pergunta:

– Silvia, sua mãe morreu?

Como se, na sua experiência, a vaidade e o desejo do feminino só pudessem se instaurar em seu ser quando órfã, sem o olhar materno proibitivo, inibidor, esterilizador.

A mãe higiênica traz, muitas vezes, como marca, o ataque à sexualidade.

A EXECUTIVA

Saídas do mercado de trabalho têm uma meta, não uma missão, a ser executada com sucesso. Encaram a maternidade como uma espécie de treinamento. Acreditam, por vezes, que a criação e a educação de um filho podem ser feitos com base em metodologias aprendidas como técnicas ensinadas para o sucesso em funções profissionais. Mães cujo contato físico se faz com o corpo, mas sem a presença da emoção, sempre com comprometimento e objetividade. Seguem um ritual mecânico do qual fazem, desde o beijo de bom dia e de boa noite, o abraço de chegada e de despedida, a comemoração de aniversário e outras mais, contudo, parodiando os poetas, tudo isto é feito com o coração muito longe.

Renata, mãe de uma menina de oito anos, deixou o trabalho em uma grande empresa para cuidar dos filhos. Sua filha *deveria chamar-se Vitória, pois foi, de fato, uma vitória tirar o trabalho da sua vida.* Dirige a casa

como executiva. Criar os filhos é sua nova função. Enfeitar a filha, vesti-la, arrumar seu cabelo, fazem parte de um serviço, sua rotina diária. Comanda-a nos aspectos mais básicos. Desenvolveu um ritual que repete ao chegar ao consultório da terapeuta, antes das sessões:

– Filha, beber água! Fazer xixi!

Acredita que a capacidade de sobrevivência da filha está em suas mãos. Injeta nela a suspeita de que sem o seu comando, por si só, não terá percepção das necessidades, não se orientará na realidade. A mãe reina como rainha na mente da filha que, princesa colada à mãe, segue-a obediente.

O cuidado materno está a serviço da dependência. Ao mesmo tempo, que traz a queixa de que a filha não se desprende, não a larga, vive grudada, sem autonomia. A menina parece sentir, como na história de João e Maria, que para ela não há saída na floresta sem a presença da mãe. Contudo, suportaria Renata a vida sem a dependência da filha? Sobreviveria a esta “aposentadoria”?

A mãe executiva traz como marca o ataque à competência.

A IMOBILIZADORA

A mãe de Maura a repreendia com severidade sempre que se excedia no riso, no tom da voz, na espontaneidade de seus comentários. Propunha-lhe cooperação e obediência incondicionais frente aos adultos. Se insistisse no choro, apanhava com uma varinha de madeira até parar. Esta era a pedagogia usada quando não se rendia, não aceitava.

Um dia, durante a sessão de análise, lembra-se de um episódio que ocorreu com ela mais crescida, talvez com dez anos, quando ajudava a mãe a limpar a garagem. Ambas se depararam com a varinha de madeira caída atrás de um armário e, surpresa, viu sua mãe atirando-a no lixo. Maura, sem nenhuma hesitação a recolhe e pede à mãe que a guarde, pois poderia precisar usá-la, quando ela chorasse.

Com o tempo, passou a ser vista como uma menina muito boazinha, ainda que silenciosa e tristonha. Maura incorporou a varinha contensora dentro de si.

A mãe imobilizadora traz como marca o ataque à alegria.

A SOFREDORA

Há mães que demonstram que sofrem e falam de seu sofrimento. Mulheres que choram e se queixam, cuja maternidade não gratifica e o casamento tampouco. Curiosamente, algumas das mulheres que inspiraram esta reflexão mencionaram o fato de suas mães terem tido problemas com álcool, drogas e experiências de violência. Mães que, na decepção com o desenrolar de suas vidas procriaram com ódio e desrespeito. Expressam a inconformidade de serem obrigadas a pagar pela vida um tributo sem nexos, injusto e excessivo. Buscam permanentemente alguém para culpar por esta desdita.

A mãe de Iolanda culpou primeiramente o marido por seu engravidamento – por nove meses não lhe dirigiu a palavra – e, com o tempo, culpou a filha por ter nascido.

Iolanda entendeu através do que lhe foi explicado, que nascera porque abortar se mostrou impossível e aprendeu com a mãe que ter filhos implicava em um grande sacrifício, assim como sacrifício também era cuidar da casa e ter um marido. Contudo, o que Iolanda melhor aprendeu foi o som da palavra *idiota*, palavra ouvida muitas vezes da boca da mãe, ao longo da infância. Dentre as inúmeras vezes em que “ser idiota” dizia respeito a ela, lembra-se com clareza de três momentos:

Pela primeira vez, aos seis anos de idade, quando ao limpar a parede da cozinha de um risco de canetinha tirou junto com ele um pouco da tinta que a pintava; mais tarde, ouviu-a quando incumbida de cuidar do arroz que cozinhava, deixou que grudasse no fundo da panela; e, por fim,

lembra-se de tê-la ouvido pela última vez, antes de ir morar com o professor, por quem se apaixonara e fora correspondida.

Ao longo dos anos, o medo de ser tachada de idiota não só pela mãe, mas por todos, muito a paralisou frente à vida e nesta evitação do risco, paradoxalmente, viu-se, de fato, ocupando o lugar de idiota muitas vezes. Só depois de muito tempo é que pode perceber que “idiota” descrevia violentamente o modo como sua mãe se sentia – não se referia a ela. Mas já era tarde. Iolanda envelheceu só.

A mãe sofredora traz como marca o ataque ao prazer e à felicidade.

A LITIGIOSA

Há mães com as quais os filhos vivem um litígio constante, colocam-se empenhadas na oferta de outro modo de ser àqueles necessitados de correção. Os filhos, que resistem à mudança, enfrentam primeiro a imposição e depois a desqualificação aberta diante de um modo de existir, que se apresenta no lugar “do que deveriam ser”, “do que seria certo que fossem”. Mães empenhadas na busca da cópia de si mesmas, de sua duplicação. Impedem ativamente que o crescimento dos filhos seja um caminho de autonomia e aprendizado. Exigem que nasçam prontos, sabedores de uma mágica contra dificuldades, erros, equívocos. E quando as tentativas de eliminar essas humanidades mostram-se falíveis, elas denunciam, atacam, odeiam. E só resta perguntar: a quem?

O litígio envolve ataque e defesa, sendo que esta pode se apresentar na forma de revide, fuga ou acomodação. No litígio está em questão a vida ou a morte tanto de um quanto de outro dos contendores, tanto mãe quanto filhos lutam por algo vital, que poderia ser a preservação do próprio self. Contudo, a diferença de perspectiva não pode ser subestimada, na medida em que lutam ambos pela preservação – ou constituição – das próprias identidades. No entanto, a luta dos filhos se faz pela resistência tenaz, enquanto a luta da mãe se faz pelo ataque antropofágico.

A mãe litigiosa precisa dos filhos como “prova” de seu valor, de sua suficiência frente à vida, frente ao mundo. Não os separa dela própria, não tem dúvidas sobre a justeza de seus atos, não hesita diante da nobreza de sua causa. Tem convicção, e dos filhos se envergonha, quando não se conformam ao que deseja. Modificá-los é necessário.

Foram incontáveis as vezes em que Rita ouviu da mãe que teria uma roupa bonita para ir à festa se emagrecesse, pois, gordinha como estava tudo que vestisse ficaria feio; que se prosseguisse comendo como o fazia não seria ninguém na vida: sem profissão, sem respeito, sem marido, mas se seguisse o exemplo da mãe estaria salva.

Rita cresceu tornou-se uma mulher bonita, atraente e atuante, casou, profissionalizou-se e se manteve acima do peso por todo o tempo. Em uma espécie de vingança, orgulha-se do corpo que tem, contudo às vezes ainda lembra as palavras da mãe e do sentimento de humilhação que elas lhe causavam.

A mãe litigiosa, muitas vezes, mistura-se à eliminadora: ambas trazem a rivalidade como emblema.

A mãe litigiosa traz como marca o ataque à segurança do ser.

A ELIMINADORA

Eliminadora é a mãe que nada aceita além de seu próprio ponto de vista, e que em nome de sua convicção não faz litígio, mas elimina. Sua perspectiva é única, e assim sendo na diferença e na divergência está contido o erro. Frente a ela os filhos se dividem entre os que atendem as expectativas e os que não atendem. Os que atendem são vistos e reconhecidos na semelhança, sempre elogiados em tudo o que fazem. E os que não atendem são ignorados, muitas vezes criticados.

O exercício da cegueira a poupa de se defrontar com o que produziu e a afronta, a embaraça, não sabe como incluir.

A mãe eliminadora não pode reconhecer a existência do outro, a diferença apreendida a colocaria em risco existencial dada a insuficiência de recursos psíquicos para lidar com a inveja e o terror de ser aniquilada. Por isso expulsa, exclui, extingue. A eliminação é discreta, parece casual, como se despercebida. Contudo, essa displicência não a inocenta, pois fertiliza no outro um sentimento de nulidade; ideia de que nada tem: voz, opinião, presença, inteligência, existência, enfim.

Ana não litigou, não fez disputa. Até tentou, mas acabou percebendo que não adiantaria. Simplesmente, compreendeu que não contava, não importava, não existia. Sua não correspondência às expectativas da mãe, a “invisibilizava”. Os argumentos pareciam lógicos: “Não era alta, não era morena”, como regiam as regras de beleza da família materna; “não nascera menino”, como era esperado que acontecesse no segundo nascimento, depois de uma primeira filha mulher; “lembrava muito a família do pai, interiorana, modesta, sem pompa, emotiva”.

Ana não era “quem deveria ser” – aos olhos da mãe – logo não era. O único problema foi que, por anos, Ana acreditou nisso. Com o tempo, aprendeu a não mais se importar e se acostumou. Contudo, o costume não a impediu – certo dia, já adulta – de ser surpreendida ao entrar no apartamento novo da mãe e se deparar com uma exposição de fotos nas paredes de filhos, filhas, noras, genros, netos, com a exceção de fotos dela. Não havia uma foto dela sequer, nem de seus filhos, de seu marido. Sua família não figurava naquela galeria, não existia naquela tribo. E foi somente neste momento que pôde pôr em palavras, para si, o que por anos não entendeu.

A mãe eliminadora traz como marca o ataque à diferença.

A PRAGMÁTICA

Mães que exercem uma pressão crítica permanente sobre os filhos em suas manifestações afetivas mais sensíveis ou apaixonadas. Mulheres para

quem a vida mental é um estorvo e que procuram ensinar com eficiência que a subjetividade é o campo do ridículo e do absurdo. Evitá-lo, ignorá-lo, suprimi-lo, se possível, é o esperado.

João chega ao consultório com a queixa de estar vivendo uma crise conjugal e não ter repertório cognitivo, nem emocional, para entender as queixas de insensibilidade que recaem sobre ele. Perplexo, descreve-se como homem fiel, trabalhador, pai presente, ainda que reconheça sua intolerância em esperar, em conversar, em conceder. Atributos que não só não lhe fizeram falta, como ainda aprendera ao longo da infância a não cultivar. Até hoje acreditava ser este um jeito maduro de ser. Lembra-se com nitidez, em pequeno, voltando da escola, aborrecido com alguma desavença com os colegas ou alguma rejeição, e contando suas desventuras para a mãe, que inconformada, com as duas mãos na cabeça, repetidamente, exclamava: “mas que bobagem! Que bobagem!”. Também se lembra de ouvir a mesma coisa quando chegou a casa entristecido pelo “fora” da primeira namorada.

Mais tarde, quando temeroso frente ao jornal com o resultado dos aprovados no vestibular de Engenharia, chorou de emoção ao ver seu nome na lista e, novamente, ouve da mãe: “Que bobagem. Deixa de ser bobo!”. Ouve estas palavras, ainda hoje, quando se percebe entristecido ou assustado. Como um raio, a lembrança delas o atinge, o mobiliza e o conduz a um lugar antigo, dentro de si, onde deixa de se importar. Por isso, fica sem entender o que vive na família e o que a mulher e os filhos lhe cobram. “Não faz sentido”, diz ele. De fato, o sentido não se fez.

A mãe pragmática traz como marca o ataque à sensibilidade.

A INVASIVA

É a mãe que invade o corpo dos filhos, que entra nele como se adentrasse por uma porta escancarada ou cuja chave lhe pertencesse. Não se intimida, não pede licença, e sem cerimônia abre, vasculha, apalpa,

aperta. Ali, o incesto, ainda que difícil de enxergar, é permitido. O erotismo não aparece com clareza, em seu lugar apresenta-se a violência do toque, da apropriação, de tomar conta do ser do outro, como se o corpo do filho fosse seu.

A mãe invasiva detém a fantasia de se manter fundida ao corpo dos filhos. Acredita não ser necessário fazer essa renúncia e permanece, por direito, instalada em um vínculo de união primitiva e que se relaciona com pessoas que são partes, pedaços dela mesma, como assim acredita.

Na casa de Celina as portas não eram fechadas. Entreabertas, deixavam quase à vista a movimentação das pessoas nos quartos e nos banheiros. O tempo da higiene corporal era controlado e o contato físico entre as pessoas da família devia ser evitado. O silêncio fazia barulho na medida em que, com presteza, atraía a investigação do olhar materno, desconfiado e perscrutador.

Com os anos, Celina descobriu na retenção da urina um modo eficaz de usufruir sensações prazerosas. Burla a vigilância e, vitoriosa, encontra no corpo a porta secreta que abre e fecha por sua própria conta e pela qual ninguém, de surpresa, poderia adentrar. Adulta descobriu que o prazer sexual só era possível solitariamente, sem a presença de outro, que independente de quem fosse, apresentava-se como temível, bloqueador. Esse foi o preço a pagar.

A mãe invasiva traz como marca o ataque à sensualidade.

A SEXUADA

Mãe que expõe o próprio corpo sem pudor, considerando o filho ou a filha seres que a rodeiam sem sangue nas veias, imagina os filhos parte dela. Crianças entendidas sem desejo, sem afetos sensualizados, destituídas de sensações transgressivas e perturbadoras. Crianças vistas como anjos, superficiais em seus interesses e passivas na relação com as pessoas e a vida.

A mãe sexuada retira dos filhos a subjetividade e os trata como se não sentissem embaraço frente à nudez, às carícias e à exposição da sexualidade adulta, na qual o erotismo substitui a ternura. Se assim o faz por ignorância, exibicionismo, afirmação de poder, necessidade física ou afetiva, não importa, o fato é que propõe aos filhos confusão entre a excitação e a repressão dos afetos, ao mesmo tempo em que fazem desaparecer a linha demarcatória imaginária que separa o mundo interno do externo, o adulto da criança, arremessando os pequenos ao desespero dos pensamentos devassados e à impossibilidade do íntimo, do secreto.

Durante a entrevista inicial a mãe de Pedro relata que fora criada em uma família numerosa onde não havia o proibido, nada a ser vivido com privacidade. Cresceu muito bem assim, com pais e irmãos, todos tomando banho juntos, e por isso sentia-se à vontade andando nua pela casa. Conta, porém, que Pedro padecia de uma permanente agitação, que prosseguia durante o sono e só se aquietava quando entrava com ela na banheira, em água quente, e brincavam por cerca de duas horas. A terapeuta pergunta se cabiam ambos na banheira, sendo ela uma mulher bem encorpada e Pedro um menino forte de cinco anos. Ao que responde rindo que “ficava bem apertado, mas juntinhos, cabiam”.

Outras questões se apresentam, igualmente, contundentes. Pedro usa fralda, não dorme fora de casa, recorre à cama dos pais à noite, usa chupeta, mama na mamadeira antes de adormecer e ora mostra-se doce, ora bastante agressivo na relação com os colegas da escola e os professores. Quase na despedida a mãe retoma o tema da banheira e pergunta à terapeuta se vê algum problema na forma como está agindo. E diante de tantas intervenções que se fariam necessárias a terapeuta adia esse manejo e reconhece o prazer evidente que mãe e filho desfrutam nessa brincadeira, mas assinala que a mãe fique atenta à possibilidade de Pedro passar a ter ereção no banho. Esta seria a hora de pararem de brincar juntos na banheira. E assim termina a entrevista.

No mesmo dia, mais tarde, a mãe de Pedro liga e, após uma pausa, disse que não contou no consultório, mas que sim, Pedro já tem ereções há alguns meses, em todos os banhos, e que ela até se divertia com isso, fazia brincadeiras. Por isso, contudo, nossa conversa lhe trouxera muitas dúvidas.

A mãe sexuada traz como marca o ataque à discriminação.

A “ADULTIZADORA”

Mãe que subverte o caminho geracional, ignora a hierarquia familiar e se relaciona com os filhos na condição de parceiros, iguais. Trata os filhos, mesmo ainda muito pequenos, como adultos, faz confidências, compartilha conflitos familiares e conjugais, fala de problemas financeiros e de trabalho, e leva àqueles com quem fala à confusão e ao excesso frente a realidades que crianças ainda não têm recursos para lidar. Confusão de linguagem onde a delicadeza da ternura, tão necessária no trato dos pequenos é substituída pela brutalidade da violência e da sensualidade adulta.

Mãe que gera filhos defensivamente precoces, dotados de falsa sabedoria, sobrecarregados por impasses e tomadas de posição que não dão conta de lidar. Crianças que se deparam muito cedo com a desilusão na relação com os pais e com a vida. Desse modo, desalojadas da esperança da infância adoecem física e emocionalmente. A tristeza surge sob a influência do exame de uma realidade que é vista pelos olhos deformados do infantil que observa, imagina e infere de tudo que vê sem mediação, na medida em que sobre seu ser pequeno se precipitou a despedida da mãe sonhada, a que deveria proteger, que apresentaria o mundo aos poucos e que deixa no lugar dessa desilusão, uma experiência de profundo desamparo. A precocidade forçada propõe a invenção de um personagem, que passa a ser o filho ou filha que esperam, sejam livres das dúvidas e confusões, que dizem, para nada servem.

Assim foi com Antônio, que aos dez anos, passa a estranhar a frequência com que ao voltar da escola encontra sua mãe na casa do vizinho, viúvo e dono de dois cachorros. Desconfia de traição, sofre por meses com esse pensamento que a ninguém pode ser revelado; sente culpa e temor de acerto em sua suspeita. Por fim, resolve falar com a mãe e recebe dela a confirmação como resposta. Recebe também a descrição da vida conjugal de seus pais e da insatisfação sexual e afetiva vivida pela mãe na relação com seu pai. Antônio registra sua sinceridade, esforça-se em olhar da sua perspectiva e vê-se compelido a entender as razões apresentadas pela mãe. Acredita poder manter-se neutro nessa história sem precisar tomar partido, mas curiosamente passa a ter dificuldade em olhar seu pai de frente, passa a ter crise de vômitos – às vezes sem nada ter comido – e, por fim, o sono fica intermitente, interrompido por sonhos, nos quais bichos sobem pelas paredes de seu quarto ameaçando seu corpo indefeso. Antônio desassossegado paga alto preço por ter abrigado o segredo da mãe.

A mãe adultizadora traz como marca o ataque à afetividade.

A DESAFETADA

Mãe que não entrega amor por incapacidade de expressá-lo ou senti-lo. E não importa se o faz por uma coisa ou outra, o fato é que o afeto não aparece e ao não saber dar também não sabe como receber. Muitas vezes tem vergonha de manifestar gestos e palavras de amor.

Mãe que sugere medo nessa evitação afetiva e transmite aos filhos a certeza de perigo na entrega amorosa. As obrigações, as ordens, os deveres, a praticidade mapeiam o contato entre as pessoas da família e todos aprendem através dessa experiência a indiscriminação, seja na vivência de uma exuberância afetiva seja na contenção. Não vislumbram outro caminho e assim imitam o que aprenderam ou invertem o que lhes foi ensinado.

O contato corporal na forma de carícia, proximidade física, beijo, abraço, aperto de mão como demonstração afetiva não existem, com a exceção de algumas vezes quando nos cuidados de saúde ou no calor das contendas o toque se faz necessário.

Lembro-me de Dulce, amiga adolescente, quarta filha de nove irmãos, criada em uma família na qual a afetividade não se expressava, na urgência dos irmãos mais velhos cuidarem dos mais novos e a mãe exaurida sempre às voltas com algum novo recém-nascido. Não havia tempo para afeto.

Chamava minha atenção a frequência com que nas relações de namoro Dulce ostentava marcas de violência na forma de hematomas, cortes na pele provindos de relações sexuais onde ela solicitava apertos, tapas e xingamentos para sentir um envolvimento amoroso. Prova sensorial equivocada para acreditar na intensidade do vínculo.

A mãe desafetada traz como marca o ataque à individualidade.

A MÃE MISTURADA

Há mães que levam ao pé da letra a ideia corrente que os filhos aos pais pertencem. Sentem-se “donas”, têm a posse e fazem deles uma extensão de sua pessoa, sem qualquer cerimônia. Mães que não tomam distância da realidade dos filhos, que deles não se distinguem e tratam o que pensam e sentem como repertório comum. Em nome dessa certeza, interferem, invadem, desapropriam e se apropriam do que não lhes diz respeito, convictas de que fazem o bem. E com essa segurança em agir em nome do outro desfazem combinados, acertam “contas”, tiram satisfação, rompem amizades.

Contudo, como agem na inconsequência, imersas em um engano que desconhecem, muitas vezes também sofrem pelo outro, como se as dores fossem suas. A comunicação entre mães e filhos passa-se no território do imaginário, do que acreditam ser, do que deveria... O que de fato se passa

não conta, não é falado, e caso o seja, não é ouvido, não é considerado. Triste sina. Mães e filhos que vivem juntos, moram juntos, compartilham situações da vida, muitas vezes se querem muito bem, mas se desconhecem e vivem em grande solidão ao lado uns dos outros.

Foi assim com Paula, que com catorze anos viu a festa de seu aniversário invadida por caixas e mais caixas de cerveja. Surpresa preparada pela mãe como presente. Paula, porém, não tomava cerveja, seus amigos tampouco e nada havia sido comprado de suco, refrigerante ou água. Na queixa de Paula, sua mãe a vê mal-agra decida, ingrata, do contra. Não há espaço para se questionar sobre o que fez.

Assim também aconteceu com Pedro quando convidado por sua mãe para jantar. O convite incluía apenas a ele, nem o pai, nem a irmã. Era seu aniversário. Orgulhoso, vestiu sua melhor camisa e amarrou o cadarço do tênis que usava solto todo o tempo. No restaurante, para sua surpresa, os esperava um homem que lhe foi apresentado como sendo aquele por quem sua mãe se apaixonara. Nas palavras dela, ele não deveria se preocupar com o pai, pois ela prosseguia gostando dele e não deixaria nunca a família para ficar com o amante, mas achou importante compartilharem o que ela estava vivendo por serem amigos e para que percebesse, agora que já era um rapaz em seus treze anos, como a vida era complexa e cheia de desafios. Pedro teve vontade de chorar, mas conseguiu se conter, também não protestou. Tentou, sinceramente, entender e se portar crescido, mas foi demais, pois em dado momento foi acometido por uma crise de tosse, seguida de um grande mal-estar e o jantar teve que ser interrompido. Nunca mais viu aquele homem. Teria sua mãe entendido a violência daquele encontro? Pedro nunca soube, não perguntou, não falaram nunca mais sobre o fato, como se aquela noite não tivesse acontecido.

A mãe misturada traz como marca o ataque à percepção.

Assim, de muitas maneiras, as mães que fazem mal cometem maldades no que provocam, no que não cultivam, no que matam ou impedem de vir a se constituir, contudo, estes efeitos ainda que algumas vezes constrangidos vêm acompanhados da inocência dos que nada sabem sobre o que desfazem ou desfiguram com atos, palavras e olhares. Em um tênue limiar de consciência o estrago lhes escapa independente de sua vontade, apenas se dá, acontece. Mães que não sabem fazer de outro modo não podem ensinar o que não aprenderam não podem ser o que não são, mas, ainda que assim seja, elas existem, interferem, causam mal.

Nas trilhas da maternidade

“O oposto da integração entre uma mãe e um bebê é uma deficiência de integração, ou uma desintegração. Trata-se de algo intolerável, uma das ansiedades mais inconcebíveis e básicas da infância.”

W. WINNICOTT

A MULHER NA HISTÓRIA

Longa é a história das mulheres até chegarmos onde estamos. Já fomos tidas como menos valiosas que a mula, que ao menos fazia transporte e carga; já fomos queimadas como curandeiras, amaldiçoadas como feiticeiras; fomos vestidas e despidas como cortesãs ou concubinas para alegrar a vida nas cortes; já nos fantasiávamos de prostitutas a saciar desejos e nos arriscamos como espiãs a serviço do poder. Há séculos temos aceitado ordens tendo nosso clitóris cortado, temos andado atrás dos homens nas ruas e obedecido suas ordens dentro das casas; impedidas de estudar, lendo e escrevendo às escondidas; proibidas de votar e de escolher; compartilhamos a cama e o homem amado obedientemente; substituímos os homens no trabalho com competência ao irem para a guerra e retornamos incontinentemente à casa na volta dos combatentes. Lugares diversos que ocupamos ao longo dos séculos, com espantosa plasticidade e eficiência sem muitas vezes identificarmos o porquê ou se os desejávamos.

Algo, porém se manteve por todo esse longo caminho sem alteração: sermos configuradas por nossa biologia e sermos vistas como uma barriga, por vezes, sem que o produto que dela saía nos fosse atribuído. Depositárias de esperma, fabricante de bebês e por eles e em nome deles, nosso destino foi selado. Muitas vezes fomos sonhadas, nos atribuíram papéis, funções, intenções e sentidos, mas sempre a serviço de outros.

A humanidade, ao longo dos séculos, adorou e temeu o que não conseguia explicar. E as criaturas capazes de gerar vida, conhecedoras dos segredos da fertilidade, que plantavam e colhiam, cuja própria vida era governada por ciclos sangrentos, só poderiam ser vistas como detentoras de

poderes sobrenaturais. Mulheres que, como amantes, mães ou filhas, eram associadas ora às Deusas, ora a Demônios.

No livro do Gênesis encontramos que:

o Senhor Deus chamou Adão e perguntou-lhe: Comeste da árvore que te proibi de comer? E então o homem retrucou: A mulher que me deste por companheira me deu da árvore e eu comi. E disse o Senhor Deus à mulher: ...Multiplicarei tuas dores e as tuas concepções; com dor terás os teus filhos, e o teu desejo será para o teu marido, que te dominará.

Esta citação nos estimula a imaginar o longo caminho percorrido, através dos tempos, pelas representações sobre a mulher, que criada da costela de um homem foi amada como santa e inseminada por obra divina, que queimada como bruxa e perseguida como feiticeira, foi inspiradora como musa e desejada como objeto de luxúria, que idealizada como mãe tem sido necessária como companheira do homem.

Nessa trajetória, a geografia do corpo feminino foi alterada muitas vezes. Por mais de mil anos, predominou a ideia do sexo único, pela qual os órgãos sexuais da mulher tinham estrutura igual à dos masculinos: apenas se escondiam dentro, para ficarem protegidos e poderem assegurar o bom desenvolvimento da gestação.

As condições fisiológicas eram determinantes do comportamento moral e do destino histórico das mulheres. Aristóteles pensava que “a mulher era apenas um vaso destinado a receber a semente do homem”, enquanto Ésquilo propunha que “a mãe não é genitora daquilo que costuma chamar de seu filho; é apenas alimentadora da semente que cresce. O verdadeiro pai/genitor é aquele que monta”. Mais tarde, Lutero complementaria: “e se uma mulher ficar esgotada e finalmente morrer de parto, não importa. Deixe-a morrer de parto, ela está aí para isso, para gerar vidas”.

Aos poucos os avanços na configuração da Anatomia e Fisiologia, que distingue homens e mulheres, representaram o fim da doutrina da homologia anatômica. Assim, um novo modelo do corpo humano e seu funcionamento engendra uma representação nova do feminino e um

medo inédito da mulher. O orgasmo feminino deixa de ser considerado útil à gestação e a concepção passa a ser entendida como um processo secreto, que não necessita de nenhuma manifestação de sinais exteriores. Neste momento, aos olhos dos especialistas, o gozo feminino parece ser ainda mais perigoso por não ser mais necessário à gestação, pois a mulher podia engravidar sem chegar ao orgasmo, e podia também chegar ao orgasmo sem, necessariamente, engravidar.

Ao final do século XIX, os inúmeros discursos sobre a sexualidade feminina ainda eram masculinos e passaram a alimentar uma identificação entre histeria, perversão e fingimento. O qualificativo de histérico revestia-se do significado de uma injúria e era associado a fantasias de devoramento e de submersão por uma Eva tentadora, conhecedora de táticas de estimulação do desejo masculino, capaz de desencadear o inusitado pelo fato de ela identificar-se com a natureza e ameaçar revelar, a qualquer momento, sua animalidade.

O século XX coloca o mundo em reboição e torna visível o início de profundas transformações nos costumes e nas ideias. A história, em seu movimento incontido, impõe novos confrontos através do questionamento mais maduro das antigas referências, tais como o fortalecimento da noção de inconsciente, a configuração de uma nova Mulher, através da luta feminista, e as descobertas científicas transformadoras em diversas áreas do conhecimento. As relações estabelecidas entre os homens e as mulheres são a partir daí, redefinidas. A desigualdade social entre os sexos fica exposta e mostra-se para muito além da biologia. Uma vez diferente do homem, fez-se necessário garantir à mulher uma educação particular.

Todos esses fenômenos suscitam novas interrogações que giram em torno do cuidado com um corpo mais conhecido em sua complexidade nervosa, com uma psique cujos abismos começam a ser divisados por meio do fortalecimento da noção de inconsciente e com uma sexualidade liberada da reprodução, até mesmo do casamento e do credo

heterossexual. Apesar disso, e por isso, impõe-se a homens e mulheres mandatos e proibições que os encarceram a estereótipos, sendo possível afirmar que os códigos sociais afetam de modo muito diferente a eles e elas. Explicita-se um duplo padrão de moral, cujo eixo da diferença reside no fato de que os homens ao serem considerados sujeitos desejantes ganham legitimidade pelo simples motivo de nascerem homens, enquanto as mulheres ao serem concebidas alienadas do próprio desejo têm a subjetividade construída como satélite do desejo alheio. Constrangidas pela dependência afetiva, econômica e legal e por um modelo de maternidade incondicional, propõe-se às mulheres uma educação que as socializa como seres para os outros, um corpo sem ser, que deve servir ao homem e à maternidade.

A saída dos homens para a guerra, contudo, oferece a elas a oportunidade de se apresentarem, inclusive a si próprias, como força de sustentação do trabalho e da família. Fortalecidas, recusam-se a voltar para os antigos lugares, quando a luta acaba. Ao ocuparem as novas profissões e liberdades, reivindicam mais fortemente o direito de trabalhar, viajar, amar e decidir sua própria vida. O feminismo, antes intermitente, torna-se um movimento constante e reclama a igualdade de direitos civis e políticos, apoiando-se em uma dupla argumentação: de um lado, a do papel social e maternal das mulheres, de outro, a da lógica dos direitos naturais, que gera a pergunta: se as mulheres são indivíduos, por que tratá-las sempre como se fossem menores de idade?

A nova configuração do feminino engendra um medo inédito da mulher, que mais tarde, viria a ser associado ao terror que homens e mulheres sentem em reviver o momento do início da vida de profunda dependência da mãe. Desta perspectiva, o novo século desponta no fluxo da criação de uma nova modernidade, interrompida pela guerra, mas não impedida de todo. Essas transformações, contudo, na verdade mais ensaiadas que efetivadas, encontram por toda parte fortes resistências

religiosas, morais e políticas, escoradas nas ruínas de antigas referências, renovadas em suas justificativas e estratégias. Um antifeminismo virulento, uma crise de identidade masculina afrontada pela subversão de papéis milenares, aponta as mulheres como responsáveis por uma decadência dos costumes. As ligas morais de todo tipo tentam moralizar a casa, a rua, a literatura, espaços onde afirmam triunfar o inferno de Eros.

A PRESENÇA DA PSICANÁLISE

É neste cenário que a Psicanálise se insere. Por meio da escuta das primeiras pacientes, que traziam as dores da histeria, quando o corpo exibia sintomas originados em conflitos emocionais, e a partir desse momento é possível lançar luz sobre uma mulher-mãe-sexuada, capaz de sentir e suscitar desejo. O corpo humano, sobretudo o corpo feminino, ganha identidade e torna-se um corpo clínico, um corpo receptivo às dores da alma, capaz de expressá-las. Corpo que não é apenas físico, mas também imaginado, construído através de representações mentais e reconstruído através da história do sujeito. História que, sob a perspectiva psicanalítica, ganha uma nova concepção e passa a ser entendida como a combinação entre o que aconteceu, o que não aconteceu e o que poderia ter acontecido, em uma peculiar mistura do ocorrido com o desejado.

Alguns notáveis psicanalistas que a partir daí surgiram ampliaram essa primeira concepção de mãe sexuada, que proíbe e frustra, e a transformaram em outra, que se adapta ativamente às necessidades do bebê. A psicanálise passa de uma teoria que prioriza o desejo sexual para uma teoria que valoriza o cuidado emocional. Neste momento, entra no foco da psicanálise os primeiros tempos de vida e a interrogação sobre o lugar da mãe no mundo do bebê. Configura-se uma narrativa diferente do processo de desenvolvimento e da contribuição da mãe, esta agora capaz de preocupação com o outro e de reconhecimento da alteridade.

A psicanálise britânica do pós-guerra criou o conceito da mãe suficientemente boa e ao falar em suficiente afirma a importância da boa mãe ser vista e sentida como real, viva, capaz de amar seu bebê e ser fundamental a ele com suas imperfeições. Contudo, imprescindível é sua presença na forma de uma dedicação constante nos primeiros tempos de vida daquele que chegou ao mundo, para humanizá-lo e dar a ele a esperança de que neste novo lugar é seguro viver.

Esta nova concepção do lugar da mãe na vida do bebê atraiu críticas de alguns pensadores da época que afirmavam a função ideológica do conceito que visava persuadir as mulheres a voltar para casa e devolver aos homens o espaço público, com o fim da guerra.

E ainda que a ideia da mãe suficientemente boa possa ter contribuído em seu tempo para certa facilitação das mulheres valorizarem seu lugar dentro da casa e, assim, permanecerem nela ou voltarem para ela, pensamos que esta concepção reconhece e descreve um jeito de ser mãe que faz bem a seu bebê e sugere o uso desse relacionamento como modelo do tratamento psicanalítico. Apresentou-se esse pensar àqueles que auxiliavam mães e bebês nas clínicas e nos serviços de saúde para que, cedo ou tarde, conseguissem reconhecer uma boa mãe quando a vissem e, então, assegurassem-se de que elas tivessem toda a oportunidade de desempenhar sua tarefa, interferindo o menos possível neste processo.

Com isso, não se pretendeu ensinar as mães a serem suficientemente boas, porque não é algo a ser ensinado, mas a ênfase foi posta no reconhecimento de que, a princípio, o modo como as mulheres se constituem como mães não é premeditado, fruto da intenção. A mãe não desempenha um papel, não o intelectualiza, apenas o vive de modo genuíno e mais do que qualquer outra coisa, sente – e “conta” a seu bebê – quem ela é e como é a vida. O que implica que algumas mulheres serão capazes de amar seus filhos com suficiente bondade e outras não. Não há receitas.

ALGUNS RECORTES CLÍNICOS

A complexidade do trajeto histórico aqui assinalado nos faz pensar que embora haja muitas certezas de que as raízes da “suficiente bondade” assentem sua base na intimidade da experiência com as mães, a maneira como essa relação acontece também sofre o impacto do espírito do tempo e engendra pontos de vista que poderiam não ter sido mantidos pelas mulheres em outro lugar e em outra época.

Apresentamos alguns fragmentos de histórias de mães e filhas, que viveram em diferentes contextos, submetidas a influências e restrições próprias a seu tempo, que marcaram o modo como assumiram sua condição de mulher e a maternidade. Cabe frisar que não ignoramos o comprometimento de cada uma delas nas escolhas que fizeram e nas relações que estabeleceram, sobretudo com suas mães. Mas não podemos ignorar o fato de que os adultos, quando pais, vivem a experiência de terem sido bebês, filhos ou filhas antes das crianças a que dão nascimento. Dentro desta perspectiva, coloca-se a pergunta: quais destas mulheres, aqui apresentadas ainda pequenas ou já adultas, sugerem ter desenvolvido as condições de suficiente bondade em si como mães ou desfrutado delas como filhas? Mulheres que nos fazem perguntar se tiveram escolha no destino de suas vidas.

Consideremos alguns casos clínicos reais:

Elvira

Elvira chega ao consultório com 58 anos. Traz na mão algumas telas enroladas, que abre sobre o tapete da sala de atendimento. Mostra-as uma a uma, e conta que as pinta de madrugada, quando todos da casa dormem. Todos da casa são: seus pais, uma empregada e três gatos. De família árabe, comerciantes, única filha mulher, condição de gênero que a

impediu de estudar além do básico e de trabalhar, porque mulheres árabes são sustentadas, primeiro pelo pai e, depois, pelo marido.

Passou pela cabeça de Elvira sair de casa, ao se apaixonar por um veterinário. Pensou em ir embora com ele, mas teve medo e desistiu, pois não sendo ele árabe, não receberia dos pais apoio para o casamento. Permaneceu só. Gostaria de ter tido filhos, mas não tem certeza se teria sido uma boa mãe.

Descobriu, mais tarde, que podia pintar, fazia com as tintas e pincéis algo de que gostava, mas em sua família esta era uma atividade estranha, coisa de gente maluca e desocupada. Apesar disso, conseguiu preservar, às escondidas, a atividade de pintar, e foi com as telas que pagou sua análise.

Raquel

Ao chegar no consultório, assim se expressa: – Fiz esta semana 76 anos e me dei conta de que sou completamente ignorante em relação a mim mesma. Fui tida como uma mulher honrada: mãe zelosa e esposa dedicada, até a morte de meu marido, mas o que ninguém sabe é que por trinta anos tive um amante. Com meu marido (responsável, trabalhador, exigente, que me respeitava), eu conversava e ajudava com a vida, a casa e os filhos. Dividíamos os problemas de casa e as responsabilidades, mais nada. Com o amante (alegre, galanteador, divertido), eu ria, ouvia música, dançava, fazia amor. Passei a vida dividida entre um e outro. Não pude escolher, de um modo ou outro, sofreríamos todos, sobretudo, os filhos. A vergonha, o medo da desmoralização pública. Mas mesmo não os tendo nunca envolvido e ainda que meu marido ao morrer me tenha agradecido o amor, a dedicação, a esposa exemplar que fui, eu penso que não fui boa mãe, tinha culpa, não me sentia correta com eles. Você pode me ajudar?”

Ana

Lembra-se que um dia, ao chegar em casa no fim da tarde, vinda do trabalho, depara-se com as duas filhas correndo em sua direção. Abaixa-se e delas recebe um grande abraço apertado, que a comove e energiza. Ao levantar-se, depara-se com o olhar da mãe que à distância e perplexa lhe pergunta: – Como elas podem gostar tanto de você, se você sai de casa para trabalhar fora?

Nicolau

Aos quatro anos de idade, no colo da mãe, abraça-a com força e diz: – Mamãe, quando eu crescer quero casar com você. A mãe retribui o carinho e lhe responde que isso que ele disse mostra o quanto gosta dela e que isso a deixa muito feliz. Passados alguns minutos, Nicolau reflexivo, retoma a conversa parecendo deveras preocupado e diz à mãe que há um problema: – não é possível casar com você, porque você já é casada... com o papai. Ao que a mãe confirma e acrescenta que Nicolau vai encontrar, quando crescer, uma menina que ele goste muito, como hoje gosta da mamãe e com ela poderá se casar. Nicolau acompanha atento e parece comportar a fala da mãe fazendo parecer que a conversa se encerrara, quando, causando surpresa, decidido, retoma: – está bem, mas ela terá que ter a sua voz! E aí, sim, a conversa estava encerrada.

Carolina

A mãe de Carolina, de cinco anos, procura o consultório. Traz a queixa de que a filha se aflige por algo que não entende. Há oito meses saíra de uma escola maternal e ingressara em nova escola, onde se espera dela maior prontidão. A menina não sabe que tem medo da escola que desconhece e do que sairá dela no contato com esse desconhecido nessa nova experiência. A terapeuta orienta a mãe propondo um manejo da situação. A mãe ouve atenta, levanta questões, coloca-se no lugar de

Carolina, compreende, emociona-se e se solidariza. Sabe que a partir dali, o trabalho de ajudar a filha será, sobretudo, dela e o aceita, sinceramente. Despedem-se. Após dez dias, telefona e conta à terapeuta que vinha acompanhando a filha com as lições e que Carolina, naquela manhã, ao ser acordada para ir à escola, conta um sonho no qual a mãe a ajudava a colocar a roupa de “Power Ranger”, para ir ao encontro de muitos “Powers Rangers” que a aguardavam.

Adélia

A mãe de Felipe encontra-se com a terapeuta, depois de algumas tentativas por parte de ambas. Mulher bonita, na faixa de quarenta anos, de olhos vivos e conversa franca, expressa satisfação na vida ativa que leva com trabalho, marido, filho e lazer. Casada há dezesseis anos com um homem que sofreu um câncer e sobreviveu bem. Felipe, com dezessete anos, é filho único e regressou a pouco, compulsoriamente, de um Programa Internacional de Intercâmbio por ter sido descoberto como usuário de maconha. Este fato deixou a família perplexa, não só por desconhecerem por completo que o filho usava drogas – e neste assunto os pais têm total desconhecimento – como também, por ser Felipe um exemplo de bom comportamento, sendo o melhor neto, o melhor amigo da turma, o melhor filho. Como estudante, não era tão bom, mas nunca teve nenhum problema escolar, de indisciplina ou de desacato. Adélia conta que pensou em procurar um terapeuta que fora indicado, homem conhecido na mídia por ensinar os pais a colocar limites, mas desistiu e resolveu falar com uma terapeuta mulher, não sabia explicar bem por quê. A terapeuta hesita. A apresentação de Felipe pela mãe o tornara curiosamente real, mesmo sabendo, pela experiência, quão diversos os filhos podem ser da descrição que os pais fazem deles na primeira entrevista. Mesmo assim, ao longo da conversa a terapeuta impressionara-se imaginando um rapaz que, podendo ou não ser Felipe, apresentava-se

sempre e permanentemente impecável, aprisionado, impossibilitado de ser ele mesmo. Comprometido, talvez, com algum ideal de amor, de correção, ao qual deveria corresponder ou a um compromisso de expiação, de salvação, quem sabe? A terapeuta ao pensar, brinca e no desenho desse cenário a maconha poderia entrar como uma tentativa de saída. Não seria um mal, mas um bem, atrapalhado, é verdade, mas libertário, na busca de individuação. Nesta perspectiva, a imposição de limites não fazia o menor sentido, chegava a ser quase o oposto, Felipe precisaria de liberdade, de espaço psíquico para descobrir quem era. Mas poderia a mãe de Felipe entender?

Grande era o risco de ser confundida com uma terapeuta pós-moderna favorável ao uso de drogas, talvez até usuária, pensaria a mãe. A terapeuta faz a aposta. Não tinha escolha. Precisava da aliança honesta com a família de Felipe, caso ele viesse. Conta à Adélia o que pensara, suas suposições. A mãe de Felipe a ouve surpresa, atenta acompanha o raciocínio e encontra um sentido nas possibilidades levantadas. Felipe veio e permaneceu. Começou a discutir suas escolhas de vida, a opção profissional que faria, depois contou que se apaixonara, viveu a primeira relação sexual, da qual gostou muito. Falamos pouco da maconha. No confronto com a vida deixou de ser interessante. Ao longo do nosso trabalho, pensamos muitas vezes na importância que sua mãe teve em tornar possível que nos encontrássemos.

Miguel

Aos 21 anos, na sessão de análise Miguel retoma uma lembrança muito antiga. Recorda que muito pequeno fora tomado de um profundo temor que sua mãe morresse e lhe faltasse. Este temor se estendeu por dias e o mantinha acordado ao longo da noite ou o despertava no decorrer dela, provocando-lhe sinceras lágrimas. Temia também falar dele com sua mãe, com a suspeita de que suas palavras despertassem uma espécie de

maldição que tornasse iminente a morte anunciada. Até que uma tarde, ao voltar da escola, no colo de sua mãe encorajou-se e contou a ela a dor que sentia. Surpreso percebeu que ela o ouvia, não se assustava e que com calma lhe disse que ela não morreria, nunca, que estaria sempre com ele, e o veria crescer, ficar grande e conseguir tudo que sonhava. Miguel conta que as palavras da mãe foram mágicas e que acreditou nelas. No decorrer das semanas, às vezes, elas voltaram a sua cabeça e um tempo depois, não se lembrou delas mais. Nunca mais conversaram sobre aquele medo, os dias foram passando e ele voltou a dormir em paz. Talvez, só hoje, passados tantos anos pode avaliar a importância que tudo isso teve. E o mais curioso, diz ele sorrindo, foi que o bom veio de uma mentira, que soou muito verdadeira.

* * *

Há experiências que pertencem à área da esperança em relação à dependência e outras à área da desesperança. É possível existir um relacionamento de submissão com a realidade externa, em que o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que se ajustar ou a exigir adaptação. Viver de maneira criativa ou viver de maneira não criativa constituem alternativas que podem ser nitidamente contrastadas. Há indivíduos que vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. A criatividade que interessa é uma proposição universal relacionada a valorar o estar vivo, podendo ser pensada como toda atitude que confere um colorido à realidade externa. Algo que se faz presente quando qualquer pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa que possa tomar forma e o mundo seja testemunha dele. A “mãe suficientemente boa” é pensada como tendo uma adaptação ativa que exige uma preocupação fácil e sem

ressentimentos – o que nos leva a supor que ela é capaz de estabelecer um vínculo entre o viver criativo e o viver propriamente dito, e que encontra na comunidade a provisão ambiental necessária para isso. O que nos remete, de novo, à história das mulheres quando submetidas a uma realidade que lhes dificultou, ou impediu a descoberta criativa do mundo.

Mulheres prejudicadas por fatores ambientais que sufocaram seu processo criativo, dominadas no lar, invisíveis e reprimidas em necessidades constitutivas, que jamais descobriram, ou logo perderam, o sentimento de serem indivíduos; mulheres que tiveram que viver entre a desonra do amor desaprovado e o conforto da aceitação de alguém designado, que renunciaram a talentos intelectuais e artísticos evidentes; mulheres compelidas irremediavelmente à heterossexualidade e à maternidade – única habilidade a elas autorizada –; mulheres que, muitas vezes, não foram escolhidas por suas mães para nascer, apenas nasceram. Na maioria das vezes, vivenciaram a destruição da criatividade, que pode ter ocorrido tanto nos estágios iniciais da vida como em uma data tardia do crescimento pessoal. Nestas circunstâncias, tudo o que importa e é pessoal e singular, permanece oculto e não dá nenhum sinal de existência. Nestes momentos extremos, nem mesmo a própria pessoa se dá conta do que vive, do que poderia ter sido, ou do que foi perdido, do que lhe está faltando. Viver ou morrer, não mais importa. Por isso perguntamos: em que condições puderam estas mulheres do passado ser mães suficientes? Com qual autonomia geraram filhos com recursos de criatividade? Com que disponibilidade viveram com eles nos inícios a experiência de serem um mesmo ser, ilusão fundante que valida a vida? E como compartilharam a perda dessa unidade na experiência de separação e com ela a desilusão necessária que dá existência ao outro na vida psíquica? Que tipo de interlocução, de apoio, de inspiração, encontraram na cultura de seu tempo?

Houve tempos difíceis, não de todo desaparecidos, onde a vivência da maternidade se confundia com a experiência de ser mulher sem valor, sem direitos e desrespeitada na vida social.

Não colocamos em questão a existência de mães boas e suficientes ao longo de toda a história da humanidade, contudo pensar na “mãe suficientemente boa” implica concebê-la como mulher, respeitada pela cultura, reconhecida como dona de seu corpo e de sua liberdade, capaz de viver o paradoxo de amar com devoção e alteridade. Daí a proposta de que essa mulher precisou das transformações do século XX, para se tornar visível e possível. Condição inevitável, ainda que não suficiente, na medida em que pesquisas desenvolvidas com mulheres gestantes abrem as portas para o mundo das representações mentais e dos significados, das fantasias, temores e afetos que cercam a experiência da gravidez e do desejo de fazer e “ter” bebês. Estes dados colocam sob suspeita o chamado instinto maternal e assinalam a importância da transmissão transgeracional nas vicissitudes da constituição da feminilidade e da sexualidade, com forte ênfase nas perturbações da relação mãe-filha, que em alguns casos foram rastreadas retrospectivamente até em cinco gerações. Essas mesmas pesquisas assinalam a importância do trabalho psicanalítico, bom e suficiente, na restauração dos recursos emocionais das mulheres gestantes. Assim, a “mãe suficientemente boa” pode ser pensada como herdeira de uma relação de vida, que comporta o prazer e a sexualidade no estatuto de mãe e que aprendeu a ser fraterna em relação às outras mulheres e às novas gerações. Mãe que reconhece a própria ambivalência e identifica seu amor e sua raiva, os contém, os tolera e, ao entendê-los, não os expulsa. Por isso, é suficiente. Por isso, é boa. Qualidades, que nessa perspectiva, são inseparáveis da aceitação de limites e da capacidade de transgredi-los, tendo presente a tristeza do reconhecimento de que o equívoco é essencial à existência humana e que a responsabilidade por ele é inevitável.

A capacidade do relacionamento suficientemente bom, que tal mulher pode manter, implica também a parceria amorosa com outro homem ou mulher, não importa, desde que exista reciprocidade e que inclua o bebê em uma relação triangular. Perspectiva que nos faz configurar uma mãe-feminina, como parte integrante de uma dupla genitalizada, capaz de dar ao filho e à filha, como outro, um lugar real na família, lugar singular, assim como incluí-los psiquicamente, no grupo que se imagina ter constituído. Mãe-feminina capaz de transmitir a meninos e meninas a oportunidade de descobrirem a própria força e delicadeza, como também o desejo e a liberdade de “fazer” bebês, mesmo que não os façam. Mulher inspiradora da mãe suficientemente boa.

O novo poder das crianças e o desamparo de todos

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

GRACILIANO RAMOS

O que dá poder às crianças? A fragilidade e o desamparo com que se apresentam ao mundo em seu tamanho diminuto e a incapacidade de movimentação autônoma, retidas no espaço em que recém-nascidos são depositados? A profunda dependência de outro, sem a qual perdem a majestade e se tornam miseráveis com risco de morte? Precariedades que nos despertam um amor repleto de compaixão e cuidados que nos torna cativos e, até mesmo, reféns. Ou será que lhes dá poder a capacidade de protestar com que chegam ao mundo? Que já nos levou a dizer que muito antes de poder amar os humanos são capazes de odiar. Os bebês se ressentem das temperaturas, do ar que lhes entra pelos pulmões, do alimento que lhes movimenta o intestino, importam-se com a falta de rotina, com os sons que lhes entram pelos ouvidos, com a solidão e o vazio na ausência de braços que lhes aconcheguem, com o silêncio de palavras que os embalem. E diante dos muitos desconfortos desassossegam, param de comer, ficam insones e choram. Choro que já foi considerado em uma pesquisa internacional como o som mais insuportável ouvido pelos adultos; choro que desespera, domina e submete. Ou ainda, será que lhes dá poder da busca ilimitada de ter e fazer apenas o que querem e gostem realmente? No tempo, no espaço, no momento em que lhes aprouver? Impregnadas do princípio de prazer na busca de domínio do ambiente e do outro para configurar como gratificante tudo de que se aproximam e as tocam. Podemos considerar que todos esses fatores, em maior ou menor medida, dá poder às crianças, por vezes até desmesurado.

Mas nada disso é novo, já ouvimos, já pensamos e falamos sobre tudo isso há tempos. E, sobretudo, não é sobre este poder que hoje nos interessa conversar, mas sim sobre o poder das crianças, despótico e autoritário no

qual as vemos investidas, controlando e submetendo os pais. Fenômeno contemporâneo do qual somos testemunhas.

O poder, qualquer que seja, pode ser pensado em um contexto no qual dita as normas quem pode mais, só restando aos dominados a alternativa de aceitar sua condição de submetidos. Rendição esta, que já foi vivida por crianças e, surpreendentemente, vale hoje para designar o lugar de pais e mães. Adultos embaraçados frente à difícil tarefa de discriminar aquilo que poderia ser acertado no caso de determinada criança ou situação e que com outra criança ou situação pode não ser; pais hesitantes ante a aceitação do fato de serem eles a afirmarem o que desejam para os filhos e desses filhos e, sobretudo, adultos que ainda têm pela frente o desafio de poder compreender que ser fiéis a si mesmos, diante de seus próprios filhos, não é coisa perigosa.

Quando o psicanalista pensou nas mães suficientemente boas baseou-se em uma realidade diferente da de hoje e que se modificava. Pensou em mulheres que se orgulhavam de um novo lugar histórico que passavam a ocupar, sendo reconhecidas como matrizes da saúde mental dos que chegavam ao mundo, capazes e responsáveis por seus rebentos, sendo elas melhores que quaisquer outros na prestação de cuidados. Mulheres que já tinham sido vistas como inferiores, quase dispensáveis na ordem do mundo, cerceadas no uso da inteligência, sensibilidade e que agora ganhavam grandeza como mães. Lugar que fariam por ocupar e merecer, comprometidas com a humanização da vida, ao lado dos artistas e dos poetas. Aos homens cabia zelar por esse bom destino, com um desempenho que as liberasse das preocupações da sobrevivência, das disputas políticas e dos conflitos sociais. E deste modo, o lar e a família ficavam protegidos e preservados com as mulheres dentro, e os homens fora da casa. “O pai torna-se o agente protetor que libera a mãe para que esta se dedique ao bebê”. Assim ela “é poupada da necessidade de se voltar

para fora para lidar com o mundo que a cerca” e, deste modo, “pertence à mãe a estabilidade da casa e ao pai pertence a vivacidade das ruas”.

Os adultos sabiam o que deles era esperado, o que tinham a fazer; as crianças eram instrumentadas para estar no mundo, aprendiam as regras e os princípios indiscutíveis e obedeciam. As ambições e os sonhos individuais ficavam à margem e entravam na vida societária como exceções ou frustrações. A realidade era outra, não necessariamente melhor, porém mais fácil de nela se orientar, com valores e práticas mais estabelecidas.

Não se trata de saudosismo, mas importa considerar que hoje temos teorias sobre tudo e recorrentes sobre o mesmo tema. O certo e o errado, o bom e o mal, o justo e o injusto, o feio e o belo, e tudo muda de lado em um estalar de dedos. As certezas surgem categóricas e as dúvidas, quando existem, rapidamente são afastadas em nome da última moda confiável pelas estatísticas ou pelo rótulo de “científica”. Os preconceitos proliferam e disseminam como coisa natural, ideias que profetizam ser o novo superior ao antigo, o último ao primeiro, o moderno ao antigo, sem incluir a consideração “que depende disto ou daquilo”. Há regras e certezas, a cada momento, indiscutíveis. Os adultos responsáveis por crianças ante essa abundância distanciam-se de si próprios, sem confiança em sua própria história como filhos, mal sabendo o que fazer com os pequenos no presente e tendo ainda pela frente a responsabilidade por eles no futuro.

Sem dúvida, não existe nada de novo quanto ao fato de os pais hesitarem ao procurar acertar em relação aos filhos. Novo é o fato de terem se tornado muito receosos de errar, temerosos de vir a ser prejudiciais, censurados por não estarem “ao par”, atualizados. E, deste modo, deixam filhos à deriva, em uma espécie de limbo, orfandade de pais vivos. Crianças sem pais e sem paz, que defensivamente assumem a liderança familiar e detêm o poder que saiu da mão dos adultos e foi

entregue a elas, ainda pequenas, precocemente estabelecido na urgência, por necessidade de sobrevivência psíquica. Filhos desamparados de pais e mães aturdidos. Todos sofrem.

Do que padecem? A que tipo de armadilha nesta trágica cumplicidade se veem atrelados? Muitas poderiam ser as respostas. Tentemos um exercício que não explica, mas talvez possa conter algum estímulo, brinquemos com uma velha teoria: a ênfase será posta no duelo edípico, porque é o que nos parece ajudar a pensar em um lugar psíquico a partir do qual se consolida a primeira forma de poder.

Consideremos a velha concepção do Édipo em sua acepção original tida como a estrutura fundadora das relações interpessoais. Complexo que surge como a primeira “forma” subjetiva com que emocionalmente nos deparamos e ainda que apareça colocada no indivíduo, o Édipo é incompreensível se não o entendermos sobre o fundo do Édipo coletivo e histórico. Experiência na cultura.

No enredo dessa velha história o drama do enfrentamento da criança com as normas aparece sob a forma de um duelo, ou seja, de um enfrentamento que visa dominar a vontade do adversário e, portanto, de uma luta de morte. Luta esta, presente no núcleo da subjetividade de cada um de nós, da qual não temos memória, e que determinará nossa inclusão dentro da sociedade e das relações humanas.

A fantasia da criança não é só ter a mãe contra o pai, mas também seguir tendo o valor de ser tudo para ela, ser aquele que a realiza, dando termo a seu ser incompleto o que leva ao enfrentamento quando o pai se interpõe. É esta dupla ruptura – a de ser imaginariamente o complemento da mãe e a de “ter” o que tem o pai que levou o psicanalista a dizer, referindo-se à situação triangular edípica, que *a criança odeia a terceira pessoa*. O peculiar desse enfrentamento é que a criança é frágil e não tem, no final das contas, força real para enfrentar o pai. A criança, em seu ser criança, é um ser diminuído frente ao poder real do outro. Se ousar pensar

e for além do que a lei paterna autoriza, aparecerá a angústia de morte. O campo da consciência vai ficar limitado por esse tipo de sinal quando a lógica que assim o regula for infringida. O mesmo psicanalista referindo-se a si nos conta: “de maneira que meu pai estava ali para matar e ser morto”.

Ao fim da velha história, o pai, como outro, permanece imperando, mas agora, como lei, pura razão sem o conteúdo sensível, afetivo e imaginário que levou ao duelo. A lei absoluta que descansa sobre a angústia de morte organizará a lógica da consciência e o trânsito de todo o desejo que queira prolongar-se até a realidade. A lei edípica aparecerá como reguladora da consciência, mas da consciência desaparecerá aquilo que levou a seu advento, não estará presente como objeto do pensar. Caminho civilizatório a ser humanamente percorrido, que passa pela área da ilusão e da transicionalidade.

É a partir daí que aparece a instauração da primeira forma despótica do poder. Ela significa que tudo o quanto se pense terá que estar necessariamente regulado pela lei do outro. Lei despótica e ainda assim, constitutiva do humano, que nos agrega em sociedade, nos irmana na cultura, nos solidariza na adversidade, nos permite criar família, conviver entre irmãos, considerar o outro como próximo, respeitar hierarquias. Experiência que se localiza no espaço potencial entre o indivíduo e o meio, que provê a raça humana de uma continuidade capaz de transcender a existência pessoal. Daí o sentido da fala que diz: – *É o triângulo simples que apresenta as dificuldades e também toda a riqueza da experiência humana.*

O que nos leva de volta a nosso tema e nos faz perguntar: – estarão todas essas conjecturas ultrapassadas na contemporaneidade? Mas, afinal, será hoje a premissa edípica um conceito anacrônico e dispensável na organização do humano e nas novas configurações de família? As crianças, intelectualmente estimuladas, mais autônomas em sua movimentação e

deslocamentos, mais desenvolvidas fisicamente, sexualmente mais informadas e criadas mais democraticamente nas relações com os adultos, estarão, de fato, indiferentes às questões que identificaram a psicanálise como psicologia em seus inícios? Crianças não procuram mais pelo “pipi”? Não se comparam na anatomia, no vestuário, nos cortes de cabelo? Crianças não mais se introduzem na cama dos pais, não mais rivalizam por amor, de um e outro? Adultos não mais temem o sucesso? Não mais recuam frente à conquista amorosa mais cobiçada? Estaremos de fato libertos do medo da castração?

A clínica psicanalítica nos dá uma resposta atual a essas questões triangulares, sobretudo, nas situações de ausência de consideração por sua existência. No vasto território da terapia infantil, nos deparamos com crianças ressentidas da falta do poder dos adultos, sem referências para ter segurança e carentes de ousadia para inventarem criativamente o futuro; crianças ressentidas da falta de pais interditares – e não importa se homo ou heterossexuais –, que possam continuar o processo de desilusão iniciado pelo fracasso adaptativo dos inícios e lhes possibilite enveredar no mundo da cultura.

Pensamos no desamparo de pais que desamparam os filhos. Curioso pensar que o desamparo de crianças dentro da família já foi descrito, relacionado a pais maus, hostis, incapazes de afeto. Abandono enganchado na crítica ao feminismo, à saída das mulheres do lar e que teria como corolário a falta de cuidados, negligências que ignoravam necessidades vitais de seres pequenos em desenvolvimento. Desamparo explicado através de preconceitos que nada explicam.

Podemos hoje pensar em pais, homens e mulheres adultos, comprometidos no movimento do mundo do trabalho, da política, dos negócios e que se importam com os filhos. Aqueles que se afastam saudosos, voltam para casa querendo vê-los e se interessam pelo que sentem, pensam e fazem. Pais, cujos filhos comoveram na pequenez,

receberam condescendência no choro, foram atendidos na necessidade de gozo. Pais presentes, solidários, mas que se atrapalham como pais e não sabem o que fazer. E sem saber o que fazer dão poder às crianças impondo-lhes uma precocidade, como espécie de paternidade ou maternidade postiça, esboço de falso self que, naquele momento, os ajuda a viver. Imersas com os pais amigos, em uma experiência horizontal, sentindo-se amadas e desprotegidas a um só tempo; sem saída, simulam maturidade através de *actings-outs* e neles se fazem crer. Crianças poderosas no desamparo.

Dentro desse panorama, a relação entre pessoas fica mediada por coisas e, na família, mediada por teorias. Os filhos de famílias assim configuradas descobrem como estratégia defensiva – ofensiva o poder; crescem com a convicção inabalável de que a vida pode ser garantida somente pela conquista de se tornarem suficientes e ganharem importância, único antídoto seguro para o sentimento subjacente de fracasso e a fantasia iminente de desastre ou de morte. A restauração do significado de sua existência passa a ser, equivocadamente, estar em destaque, projetar-se sobre outros, ganhar títulos, ser reconhecido, ser admirado, ser obedecido, ter força. Tais crianças têm como característica central o compromisso íntimo de domínio dos outros, incluindo seus pais – os primeiros a serem dominados – e, neste tipo de liderança, ditam as normas, destacam-se academicamente, sentem-se superiores e consideram seus pares como destituídos, dependentes, incapazes; promovem intimidação. Impõem decisões apoiando-se no narcisismo, na onipotência, na sexualidade, na estereotipia, na intolerância, em clichês, presos em uma armadilha, onde aparecem fortes e determinados a se fazerem crer. Lastimavelmente.

Talvez a característica mais central da liderança autêntica consista na renúncia ao impulso de dominar os outros. Enganam-se os que pensam a lei edípica como impeditiva dos desejos transgressores, ela apenas os desloca para outro lugar psíquico, saindo do movimento repetitivo circular

entre pai e mãe e investindo na direção do mundo, vasto e diverso, daquele familiar. O Édipo, interdita sobretudo a onipotência, destrói a ilusão da completude, da posse absoluta e firma a diferença de gerações. Experiência que traz consigo a possibilidade da vivência do sentimento de estar sinceramente triste. Não se é tudo, não se tem tudo, há diferenças. Eliminar esses sentimentos da vida dos pequenos pode torná-los poderosos, com capacidades cognitivas estimuladas, mas não pessoas melhores ou com um sentimento consistente de estarem vivos.

A inconsistência feminina

“A mãe tem como traço predominante a vontade e a capacidade de desviar o interesse de seu próprio self para o bebê... se a mãe é incapaz de efetuar essa contribuição, o bebê tem que se desenvolver sem a capacidade de ser, ou com uma capacidade limitada.”

W. WINNICOTT

A DOR DE SENTIR-SE NÃO FIGURADA

Um fenômeno observado muitas vezes na experiência de mulheres adultas diz respeito à existência de um sentimento de insaciedade consigo mesma, acompanhado de uma profunda desesperança quanto às possibilidades de realização de projetos pessoais e sonhos de parceria amorosa. Faz parte desta configuração, a fantasia de que outras foram mais talentosas na realização destes desejos, ou mais afortunadas, o que parece sugerir uma história familiar mais difícil de ser declinada. Persiste nessas mulheres um sentimento de prejuízo emocional, que se configura em uma falha no modo como se constituíram; falha dolorosamente sentida como definitiva e irreversível. Sentimento que nos reporta, sobretudo, a momentos iniciais da vida nos quais, espelhada na mãe, essa pequena menina sentiu-se inferiorizada, sem valor, devido à rivalidade, inveja, admiração ou falta de aceitação das diferenças, seja por parte dela, filha, seja por parte da mãe. Confronto que se deu imperceptível, mas existiu.

Falo daquelas em que o desenlace da relação triangular em que pai, mãe e filha se embarçam no amor, na rivalidade, nas disputas, nos medos, que leva ao atraso da busca pelo seu próprio caminho. As filhas crescidas tornaram-se mulheres que fizeram escolhas profissionais, amorosas adaptadas socialmente ao que delas se esperava, mas, apesar de tudo, faltava-lhes algo fundamental que identificavam como um vazio dentro de si mesmas, cujos sentidos não eram capazes de nomear. Havia uma profunda inconsistência em seu sentimento de ser, o que tornava as escolhas feitas, mesmo com êxito, frágeis e não confiáveis. Pairava sobre o presente constituído uma grande desconfiança, que se refletia diretamente na dúvida sobre sua feminilidade. Estas mulheres não têm clareza quanto

a sua situação de gênero, apesar de muitas vezes apresentarem-se bonitas e femininas, sentem-se como se não tivessem rosto, ainda que outros os vejam, elas não se veem. Fazem-nos lembrar de Eva, personagem de Bergman em *Sonata de outono*, quando diz: “Meu rosto e meu corpo envelheceram... Adquiri experiências... Tenho lembranças... mas por dentro nunca nasci”, ou ainda: “Não tenho memória de nenhum rosto, nem do meu próprio”.

Não falo das mulheres que “espontaneamente” transitaram da infância à maturidade psíquica, nem tampouco daquelas que “resolveram” esse percurso através da contenção e concessão, aquelas que seguiram um caminho igual ao de todo mundo, por falta de outro. Falo de outras, mais sensíveis, que sofreram dificuldades em seu caminho à procura de uma identidade, em buscarem quem de fato eram. As pessoas ao redor que se aproximam, não as entendem, ainda que se apercebam delas, e assim o sentimento de solidão se mantém. Descrevem-se muitas vezes como sendo as complicadas, que mesmo tendo tudo que, aparentemente, necessitam para serem felizes, mesmo assim, não o são. Em suas tentativas de compreensão do que vivem, parecem repetir um discurso decorado, há muito repetido e carente de sentido para significar seus sofrimentos. E, deste modo, despertam-nos outras lembranças, como os versos do poeta fingidor que ao fingir tão completamente “chega a fingir que é dor/ a dor que de veras sente”.

O fato é que estas mulheres chegam à vida adulta com sentimentos confusos quanto a seus recursos de atratividade, sexualidade, maternidade e de seu lugar no mundo. Mulheres que se percebem sem configuração e que buscam ajuda na psicanálise.

A hipótese desta reflexão gira em torno da ideia de que a maturação de algumas mulheres, com o desabrochar de seus recursos psíquicos passa inexoravelmente pela retomada da ligação amorosa e sensual com a mãe, real e imaginária. Assinala a necessidade da vivência de um momento

futuro feita na companhia de alguém de confiança, de retomada destes conflitos antigos de desacerto naquela relação. A partir daí pode-se pensar em uma sincera e amorosa separação daquela que foi, quase que às expensas dela própria, o primeiro amor, onde encontrou abrigo na proteção do espaço analítico e na relação com uma pessoa-analista que tenha podido desenvolver em sua experiência humana os aspectos femininos de seu ser, e pôde ser capaz de dar continência para dores relacionadas ao desamparo, à finitude, ao imponderável, ao indescritível. Sentimentos que percorrem a infância de todos nós.

Chamo de aspectos femininos a capacidade psíquica, possível de ser encontrada em homens e mulheres, de conviver com a delicadeza e a precariedade da experiência humana. Capacidade de cuidar de outro, que poderia confundir-se com a qualidade materna ou analítica, mas que nem sempre é assim. A capacidade de cuidar exige de quem cuida, que sinceramente se importe. Capacidade do ser e não das intenções ou deveres.

Sabemos que a história singular de cada um permite um desenvolvimento também singular de sua capacidade de amar e cuidar. Encontramos assim pais e analistas, homens ou mulheres, com características receptivas, bastante desenvolvidas, às vezes, predominantes, o que faz com que as experiências de desamparo e do vazio de ser, possam ser recebidas. Contudo, cabe perceber se essa disposição se dá como experiência intelectual ou como experiência emocional. Nisto reside toda a diferença.

Por outro lado, ainda que há muito tempo convivamos com a ideia da bissexualidade humana, sabemos que esta dupla dotação não nos torna assexuados. Em nossa reflexão, e não o fazemos por ideologia, mas por observação clínica, supomos que o corpo que se é possuidor e o sexo que se tem jogam um papel na escuta e na significação do que é compartilhado. Desta conjectura resulta a suposição de que a pessoa real do analista ou a

pessoa real da mãe interfere na configuração da problemática psíquica envolvida, tornando sua elaboração mais difícil. Deste modo, ainda que não ignoremos que um pai ou um analista homem possa ter o feminino disponível permitindo-lhe com sensibilidade acompanhar a necessidade vital de retomada de um percurso existencial interrompido, sugerimos que, na hipótese levantada, a análise com uma analista mulher ou um analista homem é fundamental no contato com a experiência emocional que no passado foi vivida e que busca oportunidade de ser retomada.

Na retomada do caminho das mulheres aqui nomeadas apresentou-se a necessidade de uma analista mulher capaz de suportar um momento da relação analítica em que o sujeito e o objeto eram indissociáveis; momento de constituição de um objeto subjetivo, íntimo e com sentido, impossível de ser concebido, sem a presença de um ambiente facilitador, ou de uma mãe suficientemente boa. Mulher real, dotada de corpo e feminilidades, que ofereça com sinceridade a ilusão do sonho amoroso encontrado no lugar e no momento exato da necessidade, proporcionando àquela que esse cuidado recebeu, o encantamento de tê-lo criado. Esta experiência, vivida nos inícios ou fora desse tempo, dá origem ao sentimento de ser. Esta experiência também prepara o caminho para o sujeito objetivo, isto é, a constituição de um sentimento de existência no mundo e o sentimento de existência do próprio mundo.

Diversos e surpreendentes são os caminhos que nos aproximam deste lugar...

NO RASTRO DA CLÍNICA

Há algum tempo, no curso de algumas análises fui me deparando com perguntas que suscitaram as reflexões aqui apresentadas. Nos exemplos oferecidos para pensar as questões levantadas, as pacientes inspiradoras foram chamadas de Marias, porque em nosso continente, com frequência, assim são chamadas as mulheres; assim como muitas com o mesmo

nome, no trabalho analítico encontramos muitas delas com sofrimentos identitário, na busca por saberem que são, realmente.

Maria Primeira, Maria Segunda e Maria Terceira em suas histórias estimularam a conjecturar a respeito da inconsistência feminina.

Maria Primeira

Maria Primeira sofre de uma visão deformada sobre sua pessoa. Detém um espelho imaginário frente ao qual se vê feia, descabelada, desorganizada, louca. Assim se apresenta na ironia da fala, nos gritos com o que tenta resolver as dificuldades, no humor sarcástico com que tenta resolver os impasses do cotidiano, no desleixo de sua aparência. Sente algo que não identifica, que parece vir de fora, porém, que também vem de dentro de sua mente, decorrente de um vazio, de uma falta de reconhecimento de si.

Conta-me com tristeza de sua mãe, de quem sente não ter recebido ou não ter merecido aceitação. Recorda que ela desde sempre a afastou, pagou qualquer preço para tê-la longe. Curiosamente, em minha experiência com análise de crianças e jovens, em que o contrato terapêutico é feito com os pais, foi o mais fácil de ser feito: muitos se queixaram da filha, acordaram as condições para que o trabalho se desse e com pressa, se foram. Seria a confirmação do que Maria diz?

Maria tem lembranças de si bem pequena pensando que se alcançasse o botão do elevador iria embora para sempre. Sentia que naquela casa, não tinha lugar para ela.

Hoje, adulta, continua assim, sem pouso, desabrigada. Parece estar à mercê de uma relação cruel consigo pela qual se vê feia, descabelada, desorganizada. Louca. Assim se apresenta na ironia da fala, nos gritos com que tenta resolver as dificuldades, no humor sarcástico com que encara as situações do cotidiano, no desleixo de sua aparência.

Maria padece a dor de não ter gravado em sua mente os olhos de uma mãe, em cujo ser não se sentiu acolhida, adotada. Experiência que manteve em uma penosa condição de orfandade psíquica. Uma criança que na vida está à mercê de uma espécie de espelho de vampiro que não reflete sua imagem. Sente-se não nascida, não representada, não figurada. Experiência que em sua negatividade a desautoriza à beleza, ao prazer e ao usufruto do crescimento. Experiência que na imaginação a mutilou esteticamente e nos leva a dizer, utilizando as palavras da poetisa, que Maria “convive com um espelho que precisa quebrar. Espelho que teme e a subjuga”.

Busca na análise dar expressão a esta dor e à necessidade de se constituir de um modo distinto, estético, suportável e, deste modo, fazer uma tentativa de dar seguimento a um caminho interceptado pelo *break-down* inicial.

Maria Primeira sofre uma profunda desesperança que aparece em uma firme certeza de que nenhum sonho seu pode dar certo. Deste modo, entristecida, mas justificada, aborta-os. O futuro não existe. Apesar de tudo, procura uma analista na urgência de viver um encontro vital, constituinte de seu ser, de sua identidade.

Penso que posso ajudar Maria. Ela me comove. Eu a admiro. Eu a percebo com recursos psíquicos tais como lealdade, sinceridade, capacidade de sentir dúvida, sofrimento e gratidão. Para mim, sua analista, ela é bonita, inteligente e vivaz. Penso que muito provavelmente pode ser vista por outros deste modo, ainda que neste momento não o perceba. Espero que meus olhos possam ser transparentes, por onde a alma se revele e que eles reflitam com fidedignidade os meus sentimentos a respeito de Maria. Eles talvez sejam, em sua sinceridade, mais interpretativos e transformadores que minhas palavras. Ainda que as diga.

Em tempo, Maria Primeira é jornalista e solteira. Estabelece com os homens um vínculo filial, por meio do qual busca ser protegida. Mantêm

relações sexuais, das quais assinala, na maioria das vezes, não extrair nenhum prazer. Puro exercício, que mantém seu sentimento de solidão.

Maria Segunda

Maria Segunda fala de um sonho recorrente de exclusão e rejeição. Refere-se também a um sentimento de injustiça que não encontra respaldo na realidade vivida. Fala do que não entende e que a infelicitiza. Atribui a si uma falta de valor sem saber ao certo de que valor seja merecedora. Padece de uma profunda ignorância sobre si, que se soma à ideia de uma maldição que recai sobre ela e a empurra em direção a desejos cujo sentido não decifra e condena seus esforços ao fracasso. Inexoravelmente sujeitada a um veredito que lhe assegura: *não terá acesso aos homens, nem aos filhos, nem ao prazer, nem ao amor*. Condenada à esterilidade, não tem saída.

A morte do homem amado e por quem se sentiu correspondida, só corrobora a sina. Apresenta em fragmentos de falas os sinais de experiências que ficaram desalinhas em seu desenvolvimento, que não puderam ser entendidas e que não tiveram tempo de se esclarecer. Lembra-se de reuniões de família, quando ainda era bem pequena, nas quais as mulheres lastimavam-se da vida, reunidas ao redor da mesa da cozinha, como tristes carpideiras. Lembra-se da mãe sempre deprimida, que dizia ter gostado de livros e de ópera, quando solteira e que explicava seu abatimento afetivo a partir da inoperância do marido, da exaustão frente às tarefas domésticas e do arrependimento pelo único descuido sexual cometido, que resultou em seu nascimento. Maria Segunda já sabia disso. Ouvira a mãe repetir várias vezes seu nascimento por causa deste descuido. Sentira, antes mesmo de ouvir. Nascera por acaso. A vida ficou difícil de ser tocada com este cancro dentro de si, como um mal crescente que provoca uma destruição lenta.

É certo que a mãe de Maria não se dava conta do sentimento de mutilação por ela impingido, e talvez não pudesse saber do que causava em função de sua própria história, pela mãe que teve, pela criança que foi. Uma incapacidade provinda do fato de que como mãe não podia dar o que ela mesma não recebera. O seu desconhecimento a inocenta, mas não torna a experiência vivida na relação com a filha menos dramática.

Maria, desde muito cedo, viu-se refletida em uma espécie de espelho de circo que a deformava e a decompunha, imagem provavelmente expressiva da difícil parceria com a mãe. Lembra-se, ainda hoje, da casa da infância, pobre, feia e com muita poeira. Na busca de algo bonito para se confortar, encontrou abrigo nos romances e nas histórias religiosas, sobreviventes da juventude de sua mãe. A maneira, talvez, que Maria inventou de estar perto dela. Fala do pai como uma pessoa boa e afetuosa, mas seu amor não deu conta de reparar a falta que sentia da mãe, com quem a ligação ficou aberta, rasgada, como ferida. Sinal anacrônico instalado no meio de realizações de crescimento e que Maria revela na facilidade das lágrimas, na grandeza das dificuldades cotidianas, nos sentimentos permanentes de ameaça à sobrevivência. A dor e a inconformidade que padece aparecem nas palavras do poeta como aquilo “que não tem vergonha, não tem governo, não tem juízo” e que necessita ser revelado e repetido na esperança de ser esgarçado.

Maria Segunda não pode esquecer. Um dia, talvez. A despedida só pode ser feita da mãe que respondeu e que reconheceu amorosamente a filha que teve. A que não permite sossego é aquela com a qual não se pôde encontrar, não deu resposta à menina que surgia, não lhe deu o olhar de batismo. Desta mãe não se despede. Fica nas entranhas como suspeita em relação ao ser, desvalia em relação à vida, incerteza em relação ao gênero, à fertilidade, à feminilidade e descrédito face à possibilidade de dar e despertar amor.

Maria Segunda busca na análise a chance de um segundo nascimento e alimenta a esperança de encontrar uma parceria emocional que torne possível levá-lo a termo. Na relação com a analista tenta, sem ter clareza, reformular a autoimagem terrorífica provinda do primeiro espelhamento.

Desde o início de nosso trabalho analítico, Maria deixou clara a profunda necessidade de constituição de si mesma. Não fez desconto afetivo e penso que tampouco o aceitaria. Ela recebeu ávida o que lhe entregava, como sua analista, e ajudou-me a constituir psiquicamente o que necessitava e que eu, ainda, não dispunha pronto para ela. Maria saberia responder ao poeta, que nos versos se pergunta sobre o que poderia ser “isto que aperta o peito, que faz confessar, que não tem mais jeito de dissimular, o que nem é direito de alguém recusar”.

Em tempo, Maria Segunda trabalha numa galeria de arte. É considerada competente e criativa em seu meio profissional. Enriqueceu com este ofício. Aprendeu a cozinhar, a cuidar da casa e de si. Aprendizado este que, por anos, ela acreditou impossível. Vive só, ainda que tenha muitos amigos leais. Cuida com dedicação maternal de um gato e uma cachorra. Seu pai, sua mãe e o noivo, com quem sonhou constituir uma família, estão mortos. Não tem irmãos.

Maria Terceira

Maria Terceira chega ao consultório vestida de preto, calça e blusa, traz botas nos pés e um grande relógio no braço. Seus cabelos longos, fartos e bem cuidados fazem uma moldura ao seu rosto de pele muito clara e olhos expressivos. Aparência intrigante em que se misturam, a um só tempo, força e delicadeza.

Ouçõ Maria e percebo que sofre. Fala de confusão em seus sentimentos, em suas vivências do cotidiano e em sua relação com a família de origem. Apresenta uma expectativa consigo que faz pensar em um criador de cavalos que espera de seu garanhão uma ereção

permanente. Enfatiza seu anseio de produtividade e o lugar desta em sua vida. Valoriza o fazer e a produtividade lhe dá sentido, mas embarça-se com a potência que sente ter e com a que lhe falta. Não tem clareza de seus recursos, não sabe quem é, por isso confunde-se em relação ao que sente e ao que realiza, ora esperando de si o que não tem, ora não sabendo o que fazer com a abundância que dela surge. Conta que em férias, longe do trabalho, sente-se desvitalizada, dessexuada e sem condições de esperar qualquer manifestação de interesse por sua pessoa. Sendo mulher, fala do desconsolo da falta de potência, como homem. Acredita que o amor e o desejo a ela entregues dependem da virilidade que venha a ostentar, capaz de preencher a si e ao outro. Ao ouvi-la pergunto-me: *Com quem contracena Maria?*

Ao longo da análise vai me permitindo entender que configurou seu caminho a partir de uma história imaginária que tem a mãe como interlocutora privilegiada. Em sua fala, a mãe aparece como a mulher que precisou atender, que desejou agradar. Mulher sozinha, desamparada e ressentida, sem um marido com quem contar. Vazio que Maria, como filha mais velha, pretendeu ocupar, acreditou possível, inconscientemente o fez. Ainda hoje, casada e mãe de filhos, muito lhe custa nos conflitos com a mãe e com os irmãos, ambos homossexuais, ocupar o lugar de filha e mulher. Dar este passo significa romper um pacto secreto, consigo – e quem sabe também com a mãe – de ser o homem da casa, submetida com o que foi – ou acreditou ser – o desejo da mãe.

Maria Terceira e eu fomos levadas à conjectura de que sua mãe concebeu um menino, quando a sonhou como bebê, antes de vir a pensar nela como uma menina. Na maneira como a vestia, no corte de cabelo que usava, a mãe revelava que não conseguia percebê-la como mulher, tomada por uma necessidade profundamente íntima de que seu bebê fosse masculino. Talvez, esta convicção aparecesse ainda no manejo e na maneira como a segurava, embora nada disto possamos assegurar.

Sabemos, porém, que a experiência de ter sido concebida negativamente, em sua condição de gênero, como um menino, imprimiu uma marca profunda em seu corpo e em sua mente, como uma tatuagem.

Maria revelava esse *imprinting* através da dor de não saber de si, através da confusão de ver-se às voltas com sensações de que algo lhe faltava, ou de que algo lhe sobrava. Em suas palavras vivia o doloroso equívoco de se apresentar com pontas quando se necessitava côncava, ou de tê-las com comprimento, ora mais longo, ora mais reduzido do que esperava. Deste modo, referia-se Maria à sua vivência da agressividade, da masculinidade e a busca de um referencial feminino que não encontrava em si. E nesta alquimia descontrolada expressava a fragilidade de gênero, a falta de registro identitário, restando-lhe o sentimento de uma profunda inconsistência frente à vida.

Ao longo do tempo, sua fala passou a me fazer sentido. Entendi – sem ainda saber explicar como – que ela esperava que eu a ouvisse e a ajudasse a identificar o que sentia dentro de si, como masculino e como feminino, sem dar sentido a eles. Compartilhar com ela a dura experiência subjetiva de se defrontar com uma masculinidade que lhe era estranha e uma feminilidade da qual não conseguia se apropriar, vivendo-as a esmo sem poder administrá-las no cotidiano e, sobretudo, em sua vida mental.

O trabalho de análise vai revelando que Maria, sem o perceber, inventou uma mulher, um ser feminino com o qual se apresentar ao mundo, condizente com seu nome e sua anatomia, porém nas frestas de sua consciência vislumbrava, perplexa, uma figura masculina fazendo parte de si. Suspeita da qual se afastava, negava, quase conseguia extinguir, mas que lhe retornava. Dilacerante era sua perplexidade. Em sua história, Maria não tendo podido viver a experiência fundante de ser una, a mesma, com sua mãe, também não pôde suficientemente dela separar-se.

Em tempo, Maria Terceira é cantora reconhecida, casada com um homem que sente amar e boa mãe de crianças sadias, sendo duas delas

meninas.

Maria, mulheres

As questões aqui colocadas estão em aberto e representam uma primeira tentativa de dar forma a um fenômeno clínico, em minha experiência, há muito observado. As ideias apresentadas buscaram focalizar alguns aspectos da condição emocional de mulheres adultas que não foram ou não se sentiram configuradas por suas mães. Mães que, involuntariamente, lhes fizeram mal. Dito de outra maneira, mulheres que não puderam, quando meninas, ser discriminadas em suas singularidades. Mulheres que chamaram a atenção pelo fato de terem se constituído adultas, mas que na vivência analítica mostravam esconder algo, uma espécie de segredo que aos poucos a análise foi iluminando e que permitiu entender a inconsistência existencial.

O desenvolvimento conquistado se dera em torno de um núcleo protegido, reduto da falha que ficou da relação original com as mães. Em sua vida mental, circunscreveram a área afetiva desbastada, tornando o ferimento secreto, como se temessem o perigo de um incêndio psíquico ou de sua propagação. Contudo, ainda que pudessem sentir como satisfatório o crescimento conquistado amoroso, sexual, profissional, encontravam dentro de si uma dor profunda referente a uma falta sem nome. Uma espécie de agonia sem explicação aparente, que vinha junto de dúvidas quanto à sua feminilidade, capacidade amorosa e valor pessoal. Sentiam-se emocionalmente precárias, independente dos recursos que, de fato, tivessem.

Estas Marias trouxeram para a análise a dor do conflito e da confusão psíquica em que se encontravam que dizia respeito à não configuração em sua sexualidade feminina, tanto do corpo, quanto de sua vida mental. Na relação com a analista buscaram atender essa necessidade íntima vital,

movidas pela profunda necessidade de serem adotadas como femininas e serem percebidas como singulares.

Consideramos, assim, que a relação primeira da menina com a mãe tem a capacidade de sediar seu ser nascente. Este vínculo acontece muito antes das definições de gênero e escolhas de objeto. Não digo que a importância deste momento para o menino é outra, distinta. Pode ser do mesmo quilate, apenas não me detive em observá-la e pensar sobre ela. Por isso não a menciono.

Esclareço ainda que, ao destacar a necessidade de a análise ser realizada na relação com uma analista mulher refiro-me, única e exclusivamente, à experiência de mulheres que expressam na relação consigo e com a vida uma profunda fragilidade. Refiro-me, portanto, às vicissitudes na constituição da identidade primária, onde ainda não está incluída a diferença. Momento em que sentir-se vivo é sinônimo de constituir-se na ilusão estruturante de ser uno com a mãe.

Sabemos, como já foi classicamente dito, que há análises, nas quais se deposita sobre o analista o que necessita ser vivido pelo paciente, independente daquele ser homem ou mulher. A sensibilidade, a bissexualidade e as fantasias preenchem os vazios do real. Consideramos, porém, que há outras, em que se passa algo um pouco distinto. Análises nas quais se busca analistas mulheres para, na transferência, viver o que ficou irresoluto na experiência com a mãe; e análises em que se busca analistas homens para, também, ser vivido o que ficou impedido na infância mais à frente com o pai. Pensamos nestas como experiências vitais, nas quais a vivência necessita da pessoa real do analista para conseguir apresentar sentimentos que estavam soterrados.

Assim, deste ponto de vista, há para as mulheres a possibilidade de maior desfrute da maturidade do corpo, do amadurecimento emocional e de usufruto do outro em uma relação de parceria e intimidade, se o amor inaugural puder ser expresso, reconhecido e aceito em si, assim como a

dor do fracasso desta vivência original. É possível uma elaboração posterior, simbólica desta primeira experiência amorosa através da relação analítica com uma analista, mulher e suficientemente feminina, capaz de acolher essa vivência, aliada à importância desse resgate.

No bom desenvolvimento da análise pode surgir o amor pela analista, por si e pode se dar a reconciliação com o outro, por meio do reconhecimento dos percalços inevitáveis da condição humana e da constituição do sentimento de gratidão por ter sido reconhecida e aceita como pessoa em sua diversidade. Reconciliação amiga e amorosa. Desta elaboração emergem as mães e as filhas, separadas e reconhecidas.

É possível, neste momento, o esgarçamento do ódio e a reconciliação com a mãe dentro de si própria. Ganha-se uma distância em relação ao que foi vivido na infância e uma autonomia libertadora pode ser conquistada. A mãe, qualquer que tenha sido, não é mais sentida como determinante nos caminhos do destino daquela que um dia foi menina e filha. Quando isto acontece, o pai pode ser novamente escolhido e ambos os pais podem ser reconstituídos em sua grandeza e diversidade. Ela, mãe, por uma demanda constitutiva do ser; ele, pai, por uma demanda constitutiva do desejo. A mulher adulta, que um dia foi menina e filha, neste processo, ganha identidade e se configura com um rosto singular. Deste modo, é possível também o resgate emocional do casal na vida psíquica, o que permite uma nova configuração da bissexualidade. Esta aparece, agora, não como sinal de discriminação, mas como conquista e abertura para distintas parcerias, generosas e fecundas. A riqueza do masculino e do feminino dentro de si é apropriada na consolidação da identidade de mulher.

Marias, agora, configuradas não mais como filhas, mas como mulheres. Próprias. Consistentes. Uma delicada e árdua tarefa. Um verdadeiro desafio para todas nós.

A dor da escolha

“Não ser visto pela mãe, significa não existir. Ser visto pela mãe é ser reconhecido pelo que se é. A mãe é a testemunha constitutiva do verdadeiro self.”

W. WINNICOTT

UMA HISTÓRIA DE MENINA

Toda mãe será sempre o primeiro amor para os filhos e filhas que vir a ter. E pelos primeiros anos esse afeto lhe é entregue de modo irrestrito e incondicional, não importando como ela seja. O espelhamento com a mãe como mulher e o conseqüente desejo de ser como ela ou de ser ela, faz a filha menina sonhar, desde muito cedo, com a possibilidade de ocupar seu lugar na sucessão geracional, seja na conquista sexual do homem, seja na capacidade de gerar bebês e cuidar deles.

O excesso de semelhanças entre filhas e mães, o horror frente à possibilidade de indistinção e o medo de que, uma vez muito próximas, nunca mais será possível separarem-se, faz com que estas mulheres não se aproximem e mantenham-se afastadas com o sentimento de serem incompatíveis. Tristemente, há mães e filhas que não se autorizam a viver o amor, às vezes, por toda uma vida. As filhas que não foram vistas e configuradas por suas mães, carregam as marcas do estranhamento consigo mesmas e com as filhas que poderão vir a ter. Triste saga feminina que percorre as gerações e estabelece uma delicada, mas poderosa, interseção entre mulheres.

Há muito tempo compreendemos que o desenvolvimento da sexualidade feminina é desafiado pelo fato de a menina ter de fazer a troca de seu amor original e substituir a mãe pelo pai. Contudo, pensamos que este trajeto pode chegar a suceder de outra maneira, a partir da ideia de que a troca do objeto original de amor pode deixar restos fundamentais.

De fato, o homem surge como o herdeiro da relação com a mãe, porém esta sucessão guarda o comprometimento de ter-se assentado sobre um

vínculo essencial que, mesmo invisível, não deixou de existir quando a troca se fez necessária.

O amor, o ódio, a hesitação, a admiração e o ataque marcam este momento de separação da mãe com ambiguidade e com a dor de um conflito de desejos que confunde as meninas e fazem com que hesitem na escolha do objeto amoroso. Oscilam entre o pai e a mãe, ambos profundamente atraentes. Por momentos, sentem-se impulsionadas para a ruptura da antiga triangulação familiar com a busca de nova parceria, porém em outros modificam este trajeto, retomando a parceria com a mãe. Escolhem de um modo ou de outro, porém a escolha que realizam pode deixar algo pendente na medida em que pode ocorrer sem uma separação psíquica exitosa do primeiro amor. Esta para assim ocorrer exigiria, de um lado, a experiência amorosa na qual mãe e filha tenham podido vivenciar uma troca íntima e singular, equilibrando-se entre os riscos da simbiose e do distanciamento e de outro, a despedida desse amor predominante ter podido se dar no reconhecimento de ter sido vivido em seu limite e chegara ao fim. Não do amor, mas do modo soberano como esse amor fora vivido até então. Trata-se de uma experiência difícil de ser realizada, pois propõe uma despedida e determina que a escolha pelo pai se dê na aliança entristecida com a que foi o primeiro amor. Cabe às mães a liderança e a sustentação desse momento.

No melhor dos casos, a menina expande através da relação com o pai, o vínculo antes estabelecido com a mãe. Contudo, o mais comum dos resultados é que a menina sobreponha a relação com o pai ao vínculo, não suficientemente resolvido, estabelecido com a mãe. Deste modo, a relação com o pai se instala de modo imperioso e sexuado por sobre a relação com a mãe, que se mantém subjacente, diversa da que já foi em seu momento inicial, porém intensa na semelhança, na antiguidade e na reciprocidade de identificações.

A construção da vida adulta sobre o cadáver vivo da mãe deixa vestígios na vida da mulher. À confusão de identidade soma-se a rivalidade edípica não elaborada, com o amor e o ódio subjacentes, e transborda como inveja fratricida. No ódio entre mulheres está contido o amor entre elas.

O amor original frustrado e renunciado subjaz, em forma de ferida, na nova escolha amorosa. Manifesta-se como ressentimento ou como masoquismo, em uma eterna ladainha. Mulheres condenadas à insuficiência e ao desapontamento na relação consigo, com os homens, com os filhos e com a profissão. Enredadas nesta trama elas queixam-se inconformadas.

Poderíamos pensar que, em suas profundezas, no segredo de suas almas, estas mulheres lastimam-se de seu destino inaugural, condenadas a um amor interrompido, interceptado mesmo e que, por cruel ironia, tenha se dado tal desdita como condição de identidade, na busca de saber quem eram. Constituíram-se mulheres, mas trôpegas, sem a firmeza que somente o olhar da mãe que identifica pode permitir.

A inconsistência feminina é pensada em função da observação de mulheres na clínica psicanalítica que sofreram a profunda vicissitude de terem mães que delas não puderam aproximar-se íntima e amorosamente ou que delas não puderam separar-se ou que delas esperaram, quando meninas, que fossem seu duplo e sua extensão. Mulheres que, na condição de filhas, não se submeteram a esta condição e que rebeladas, sem aval para crescer, mesmo assim o fizeram. Empreitada levada a termo, porém, às custas da confiança em si mesmas e em tudo o que ao longo dos anos conquistaram.

A inconformidade da mulher aponta para a presença de um lugar existencial para onde simbolicamente necessita voltar. Lugar do primeiro encontro com a mãe que, uma vez revivido, faz temer e não poder retornar ao ponto de partida. Lugar ontológico, para onde não se pode deixar de voltar, mas também de onde não se pode deixar de sair. Movimento que

traz, a um só tempo, o risco de morte e a chance de vida, mas que é condição sine qua non da experiência íntima de liberdade e da constituição de si.

É uma travessia empreendida em busca de um registro que não foi feito através do olhar amoroso da mãe, que é constitutivo da menina. Olhar que a delinea e a configura como alguém com direito à beleza, à fertilidade e ao prazer. Uma espécie de batismo, que autoriza a menina ao crescimento, como uma benção. A ausência deste consentimento pode ou não impedir o seu desenvolvimento, mas muito provavelmente o torna mais difícil. Crescer apesar da mãe exige uma luta interior em busca da vida adulta com pouca esperança de consegui-la.

Atrever-se por este caminho reparador talvez só seja possível na profundidade da experiência analítica com uma analista significativa. Mulher, porque dentro deste ponto de vista, o gênero do analista importa, por mais sensível que um analista homem possa vir a ser. Trata-se de reconstruir uma experiência na qual o imaginário encontra inspiração no real. No espaço da transferência analítica, o encontro entre duas mulheres é potencializado, através da semelhança anatômica e de uma recíproca identificação. A relação analítica é marcada pelas palavras e pela similaridade dos corpos. Contudo, esta experiência vital e estruturante às vezes é evitada por suscitar muita angústia. O que leva algumas mulheres com a configuração psíquica descrita a oporem uma grande resistência a empreenderem uma primeira análise com uma mulher, sugerindo a existência de mecanismos defensivos inconscientes, que se expressam na escolha da pessoa do analista.

Os analistas homens são escolhidos, na busca de um objeto propício para definirem-se como mulheres mesmo que, muitas vezes, a eles também temam pela diversidade que apresentam. Nestas análises podem ser acolhidas e instigadas para o pensamento e o autoconhecimento, realizam uma experiência emocional rica em troca e confiança, mas

curiosamente, há um limite além do qual não avançam. A partir daí as associações escasseiam, a relação analítica se enrijece, o tempo na sessão se arrasta. Analista e paciente não entendem, embaraçam-se, distanciam-se frente a um núcleo psíquico que se mantém intocado e que se apresenta como uma porta fechada. É como um cofre que guarda um segredo para ser aberto.

O encontro com uma analista pode permitir a retomada vital desta experiência de desencontro adormecida, ao mesmo tempo, desejada e temida, que busca dar um destino a sentimentos de grande intensidade. E será este encontro que permitirá a estruturação da identidade feminina na sexualidade com a entrada de um outro que, não familiar, desembaraçará o desfrute do próprio corpo e de sua diferença.

É possível pensar que o ódio pela mãe encontra chances no desenrolar do crescimento de ser vivido secreta ou explicitamente na realidade. Abre caminho. Resta, porém, em aberto a necessidade de viver o amor subjacente, sempre vivo, mas tantas vezes negado.

Este é um desafio, pois sua expressão necessita de um profundo reconhecimento feito pela mãe à filha de seu direito à existência e à feminilidade, ou experimentado através de outra mulher amada, analista, que em seu lugar se coloque simbolicamente. Esta autorização ao crescimento e à singularidade, provinda da parceria de confiança entre mulheres, é condição essencial do gozo e da entrega amorosa genuína.

Assim, a escolha da analista mulher, consciente ou inconscientemente, é feita em função de características de personalidade como sensibilidade, força de self genuína para receber amor e responder a ele, dentro dos parâmetros do *setting* analítico. A clássica ideia de repetir para elaborar encontra, neste momento de reconstrução, uma maior facilidade para ser recuperado e vivido, com todo o seu colorido emocional, na presença de uma analista capaz de corresponder.

Neste cenário tão antigo, o ser mulher da analista é escolhido como depositário do profundo desejo de entrega do amor filial, depois de ter sido tentado ignorá-lo, reprimi-lo ou substituí-lo através da ligação com um homem. Com este, que já foi o pai e que pode vir a ser um amante ou um analista, algumas mulheres tentam lidar com as dores de uma escolha que se fez no rompimento com a mãe, mas que se mostra infecunda em seu propósito de substituição.

O homem pode até ser amado, os filhos podem ser acolhidos e aceitos, mas resta um sentimento difuso de ilegitimidade oriundo da exclusão feita *pela* mãe, ou da exclusão feita *da* mãe. E não importa se esta recusa do olhar que autoriza foi real ou imaginada, pois de um modo ou de outro a marca é indelével. A analista aparece como a parceira privilegiada, que se for atenta e generosa, pode acolher a grandeza desta herança amorosa e lhe dar sentido.

É possível observar-se muitas vezes, uma aproximação com as mães ao longo do crescimento das filhas. As mulheres mais velhas passam a ser úteis no cuidado com os netos, no ensino da administração da casa, na partilha do reconhecimento do custo emocional de ser adulta e desejante. Esta reaproximação, ainda que genuína e solidária, apazigua, mas não legitima o crescimento conquistado, não transforma a inquietude que habita a alma. Esta para ser elaborada exige um movimento profundo de contato da mulher, hoje adulta, com o registro imaginário que ficou nela, enquanto menina, da experiência primordial. Resgate na consciência do que não foi vivido, não foi aceito, não foi entendido e foi desejado na relação com a mãe.

O que está sendo descrito visa demonstrar quão vitalmente importante é esta primeira experiência para o desenrolar de todas as experiências subsequentes de amor. Deste modo, a experiência emocional com outra mulher, capaz de suportar a intensidade desta retomada e sua conseqüente entrega amorosa, permite viver uma necessidade fundante da identidade –

indiscutível em sua importância. Esta experiência possibilita a consolidação do sentimento de ser mulher, não mais clandestina.

Os danos imprevisíveis

*Conta a lenda ter sido Midas
um monarca famoso por sua capacidade
de tornar ouro tudo o que tocava.*

É na origem, dentro das famílias, que a vida e a morte psíquica são desenhadas. O que justifica a teoria que *uma análise é sempre precedida por outra, feita com os pais*. Fazemos parte de uma cultura que nos ensina a crer que a maternidade é uma experiência de beleza e felicidade e a criação de filhos feita com facilidade e encantamento. Socialmente é esperado que esta crença não seja desfeita, cobra-se de pais e mães que não a desdigam, com graves riscos a quem o faça. É fato que ter filhos e criá-los pode ser um sortilégio para muitos, uma experiência desfrutada com alegria e prazer, mas essa descrição não dá conta das dores que para outros podem ser vividas ao se criar uma família. Olhemos para esse lado menos falado.

Hoje essa história serve de inspiração para descrever uma face do sofrimento psíquico precoce que chamo de danos imprevisíveis e que recaem sobre os pequenos, quando mal chegam ao mundo. Experiência que traz as marcas de uma situação familiar, na qual uma pessoa, quando criança, passou a se ver sob suspeita, acusada de erro, de prejuízo, de mentiras, de fracasso ou insuficiências. Início de vida que exige a criação de uma estratégia defensiva, que entre outras pode ser a de buscar anular a ameaça de todo e qualquer dano ou humilhação, mas fracassa e resulta em seu contrário, atraindo para si os percalços que pretendia evitar: tudo que é tocado suja, murcha, estraga, morre. Complexa trama, que envolve dramaticamente pais, filhos e filhas.

Ter filhos onera os pais, exige generosidade, disposição e disponibilidade; criá-los constitui-se em uma saga, nem sempre percorrida com vontade, nem sempre enfrentada com amor. Com frequência, pais e mães cuidam de sua prole com dificuldade e despreparo, dada a infância

que tiveram com inconsistência nas identificações e pobreza afetiva, tendo os filhos entrado em suas vidas idealizados como bebês ou idealizando-se em criá-los. Com frequência também pais e mães não suprem os filhos, pois tendo as demandas de sua própria vida não conseguem abarcar as necessidades, sobretudo psíquicas, nos primeiros tempos dos pequenos que, desde as primeiras horas do nascimento solicitam; seres de comunicação e desejo, seres com ânsia de segurança e amor, de esperança e palavras mais que de bens materiais ou higiene alimentar e física. Junta-se a isso o fato de que a vida em si mesma é exigente, mais ainda, quando nos dirigimos às crianças e temos de nos defrontar com a batalha em que nós próprios estivemos uma vez envolvidos, mesmo que já a tenhamos esquecido, ou da qual jamais estivemos conscientes.

Há pais e mães abandonados responsáveis por bebês que chegam ao mundo no desamparo e não morrem em função disso, porque resistem e outros se ocupam em alimentá-los e assisti-los, mas estes se tornam crianças que crescem com fragilidades, inconsistências e sentindo a vida muito difícil de ser vivida.

Nos caminhos de configuração dessa complexa trama do vir a ser, as mães mais que os pais não figuram inocentes. Atrapalham-se, apressam-se, ignoram, esquecem, brutalizam, cansam. Não por serem más, mas por despreparo, por ignorância, por precariedade e ainda, ou sobretudo, por serem elas as mulheres que pariram os bebês daquela família, e essa circunstância as responsabiliza, por afeto ou por dever frente à vida.

Espera-se das mães quase tudo e mais do que muitas mulheres têm para oferecer.

A ausência de uma experiência de holding e de *handling* na infância ou a incapacidade ao tê-las vivido em incorporá-las, priva pais e mães de uma preciosa fonte de inspiração e lhes impõe um tipo de cuidado dos pequenos baseado em modelos externos, quase sempre estereotipados, quase sempre danosos. Instala-se sobre eles, de uma ou outra forma, a

cobrança impiedosa, a crítica severa, a busca de ideais inacessíveis, que são repassados às crianças. E é assim que filhos recebem a marca da desconfiança na bondade do mundo, comprometem a esperança no que está por vir, validam a certeza na própria precariedade e confirmam uma espécie de profecia fatalista, muitas vezes inconsciente, pela qual tudo que for tocado suja, murcha, estraga, morre. Midas às avessas.

O fato é que, quando de início as coisas se embaralham, seja pela mãe ser incapaz de satisfazer as necessidades do bebê de modo mais ou menos sensível – por sentir-se só e incapaz de conter ambivalência e articular amor e ódio em sua subjetividade –, seja pelo bebê estar perturbado demais para entregar-se e receber o que lhe é oferecido, o sofrimento psíquico daí advindo cria sua sementeira e vai, ao longo dos anos, engendrando seus próprios e eficazes modos de reprodução.

Lembro quando conheci Bruno; bebê tão desejado em sua demora a chegar e a fala queixosa de sua mãe ao descrevê-lo como aquele que recém-nascido mal mamava, mal dormia, mal engordava e mal crescia. Primeiro filho, e que seria o único, de uma mulher de 42 anos e um homem de 52 anos em seu segundo casamento, pai de dois filhos adolescentes do primeiro casamento. Bruno a seu modo tirava do ambiente o que precisava e exibia, mas da perspectiva dos adultos que o cercavam era insuficiente. Vale lembrar as sábias palavras já ditas que “um bebê não sabe dizer obrigado, mas cresce, mama, vive e desse modo agradece”. Bruno nada teria do que ser acusado, mas era! Acusação acrescida pelo peso mais modesto, que o colocava fora da linha da tabela pediátrica, que a rigor deveria corresponder. E como se tudo isso já não bastasse, a decepção que sobre ele pairava ainda crescia pelo fato de ele do nada começar a chorar, um choro que parecia sem fim e, de repente, do nada parar... sem motivo, diziam, como se zombasse com a cara de todos.

Chamava-me a atenção, à medida que o tempo passava, o fato de que quando o encontrava, ao dirigir-me a ele brincando, Bruno não

correspondia, não sorria. Mantinha-se atento e sério. Às vezes, observava-o à distância e percebi que com outras pessoas ele reagia do mesmo modo. Bebê sagaz, a todos encarava e a tudo observava, não era triste, mas sisudo, indisposto, como que desconfiado, precavido.

Em minha convivência com os pais e os demais adultos que o cercavam, esta indisposição de Bruno nunca foi mencionada, como se não notada, ainda que se mantivessem atentos a tudo que lhe faltava. Podemos fantasiar que Bruno tinha suas razões, seu choro não saía do nada, nem tampouco cessavam suas lágrimas sem motivo. Talvez, de repente, cansasse, talvez, de repente, captasse de algum modo que chorar não adiantaria. As regras estavam dadas, as possibilidades estabelecidas. Assim, Bruno submete-se a ser conhecido pelo que não é, pela precariedade que lhe atribuem, mas em sua seriedade, em sua desconfiança, reage e expressa seu desconforto, seu desconsolo, sua inconformidade. Expressão fugidia de seu verdadeiro self. E assim fazendo, paradoxalmente, confirma aos desatentos a insuficiência que não tem.

Experiências como a de Bruno não param por aí e, no decorrer do tempo, instauram, ao lado da dor do não reconhecimento, a confusão entre perseverar na busca de aceitação prosseguindo nas tentativas, ou então desistir. Em ambas as alternativas, apresenta-se o definitivo. Não há nuances, não há negociação frente ao propósito de proteção, frente a não saber o que fazer, como interagir, a quem se aliar. Abre-se o caminho para a fantasia de que tudo se estraga ou tudo se salva. A idealização instaura a solução e desenrola como estratégia a cisão. O controle, as exigências, as tentativas de perfeição dão as regras, como salvo conduto, espécie de garantia de que o estrago não se dará. Algumas iniciativas parecem contraditórias, mas no fundo buscam resistir à insegurança ontológica advinda do questionamento permanente da existência, da essência e da própria identidade, a todo instante ameaçadas. O risco, no entanto, espregueada, ronda, sempre a postos, como morte anunciada. O sossego é

fugidio, na medida em que a perfeição é inalcançável, o controle é cansativo e ineficaz, já que algo sempre a ele escapa e, desse modo, a estratégia defensiva não se sustenta dando lugar à desistência, à impotência, à obediência, à submissão e, sorrateiramente, configura-se na subjetividade a vocação ao desastre, que de fato se efetiva, se repete e finda aceito.

Bruno e seus pares adotam o estigma de que não acertam, não atendem, não satisfazem, a princípio seus pais e, a partir deles, àqueles que no decorrer da vida gostariam de se fazer amar. Não importando se assim se dá por tentarem ou por desistirem, pois sobre eles paira a sina adversativa como uma espécie de maldição. Permanente. Persecutória. Convincente. Danos imprevisíveis e dores inevitáveis.

O que nos faz considerar pessoas, com maior ou menor transtorno de self, presas a um modelo primário, antigo, inventado para servir de escudo aos desafios do estar no mundo e que, no decorrer dos anos, não vinga mais, perdeu a eficiência, passou da validade, mas do qual não conseguem se afastar. Às vezes, não sabem quando começou, nem por que foi criado; outras vezes, nem mesmo identificam sua existência, o que não impede sua inexorável presença e repetição. Uma espécie de clichê estabelecido claramente com finalidade defensiva, mas cujo sentido se perdeu. A obediência a esse cânone as leva no presente a lugar algum. Não há sustentação, ainda que tenha havido em outro momento e já tenha sido oportuno, até necessário, talvez na infância ou mesmo na juventude, mas não é mais. Excrescência, resto, pedaço de vida que vem sendo arrastado, exigindo reconhecimento; necessidade por vezes só percebida por indivíduos já adultos, em suas sessões de análise. Luto que se impõe, na despedida do que foi de quem foram, do que viveram, do que, de quem e a quem tiveram de se proteger, do que não conseguiram se afastar. Passado revivido, reconhecido, que necessita ir. Roupas velhas, surradas, que se ainda usada apertada, deforma, atrapalha, atrasa. História vivida a ser apropriada e

entregue ao tempo passado ao qual pertence. Daí o sentido freudiano de recordar, repetir e elaborar para poder esquecer. O trabalho da análise efetiva a chance de poder desistir e dar continuidade ao caminho do viver. Sofrimento psíquico que elaborado se reduz e nos fortalece não para o passado nem para o futuro, mas para o agora.

Bruno conhece o sofrimento psíquico, a seu modo está no mundo, luta pela vida, relaciona-se. Com frequência, seu enrosco com Midas passa despercebido àqueles que o cercam. Pessoa comum, sem mais.

Um sensível psicanalista parece falar sobre isso quando escreve que “provavelmente o maior sofrimento no universo humano é o sofrimento das pessoas normais ou saudáveis ou maduras. Isso não é geralmente reconhecido. A dor, a agonia e a perplexidade manifesta observadas em um hospital para doentes mentais nos dariam sem dúvida um falso indicador. No entanto, é muito frequente os graus de sofrimento serem avaliados deste modo superficial”.

A surpresa ao lê-lo vem de considerar que o sofrimento que mais se faz ver não é o maior. É fato, que há dor psíquica na loucura, na perda dos significados, na falta de acolhida de si no reduto da própria mente e por ela paga-se alto custo vital, pois o desaparecimento do prazer, do lúdico, do poético no horizonte da existência, a batalha diária travada pela sobrevivência imediata, a vida esvaziada destituída de graça, não deixam margem à dúvida. Ainda a perda do contato com a própria intimidade gera o sofrimento da paranoia, da persecutoriedade, da mania, da depressão e cria a premência na busca das defesas aliviadoras como os remédios e o contato corporal indiscriminado. O registro desse sofrimento se esvai no alívio, abarca a imediatez, e ainda que o sentimento de confusão e perigo persevere intermitente, em uma repetição sem sentido, o vivido não faz registro, não cria experiência, como se subjacente se alojasse a necessidade imperiosa de esquecer ou não se lembrar. O que permite entender esse tipo de experiência e comportamento, que recebem o rótulo de loucura,

como uma estratégia especial, inventada por uma pessoa de forma involuntária e inconsciente, para conseguir viver uma situação insuportável, consigo e com os outros, sem fim.

Quem sabe dessa agonia psíquica são aqueles que os veem, que vivem outro sofrimento, advindo da intimidade consigo, da proximidade com o outro e da relação sensível com o que lhe está fora; aqueles com um “eu” mais integrado, que apresentam maior capacidade de sentir dor conhecem esse lugar internamente, trazem consigo a memória e as marcas de por ele já ter passado. E cuja experiência lhes permite o reconhecimento da humanidade aviltada nos enlouquecidos, a consciência da própria precariedade e da própria fragilidade, o saber do que perderam, não alcançaram, não deram conta, do que desconhecem. Sofrimento gestado no que percebem, na tristeza de saber que a existência nada vale destituída de subjetividade, mesmo que em seu colorido, por vezes excessivo, no sabor alterado e na temperatura oscilante a vida seja mais complexa e difícil de ser vivida.

Assim vi acontecer com Pedro, quando o conheci aos 23 anos. Os pais o descreveram como “um tanto esquisito desde pequeno e que mudara para pior ao longo dos anos, silenciando”. Sentia medos e muitos eram os pensamentos ditos negativos, em que se via acusado, perseguido, culpabilizado ou acusando, perseguindo, culpabilizando. A cabeça lhe doía e cada vez mais perdia o sono, a fome e a vontade de sair. A dúvida o martirizava e se via imerso e indefeso frente ao conflito incessante entre o bem e o mal. Não conseguia distingui-los em relação às coisas, às ações, aos desejos, mesmo sendo tão poucos os que ainda lhe restavam.

Um dia, depois de alguns meses do início de nosso trabalho, brincando, disse-lhe que precisava de meus óculos para vê-lo melhor, como a vovó na história da Chapeuzinho Vermelho. Percebi perplexidade em sua expressão, o que me levou a perguntar-lhe se conhecia essa história. Pedro se detém, procura na memória alguma referência e me responde que não.

Pergunto-lhe sobre Cinderela? Pinóquio? Peter Pan? E a resposta é sempre a mesma: não se lembrava mais. Condoída e comovida, bem devagar e do modo mais simples que consigo, vou lhe contando a história clássica do lobo e a menina de capuz escarlate. Pedro acompanha atentamente, sem desvios. Ao final lhe pergunto o que achou da história que ouviu, e ele, sem hesitação e sem constrangimento me diz: – Não entendi a história, conheço as palavras, mas não sei juntá-las.

A consternação ficou para mim. A tristeza também em percebê-lo tão claramente distanciado do sentido, dos enredos da vida, do sonho acalentado pela ficção, das metáforas criativas. Para Pedro a descrição do cotidiano é feita sem história, o relato é linear, sem fendas ou surpresas em seu conteúdo, com cenas neutras e imagens paradas. Olho para ele, barbeado, bem vestido, com um sorriso largo quando me olha e o vejo oco, raso. Secretamente me pergunto se conseguiremos sair desse lugar. Meses se passam, Pedro e eu continuamos juntos, trabalhando na busca do sentido dele estar vivo.

Certo dia, Pedro chega e me parece tocado, ousou pensar que preocupado, talvez entristecido. Conversamos, e aos poucos ele vai dizendo que se dá conta de que pensa muito, tem pensamentos demais dentro da cabeça, pensa o dia todo, o que faz com que demore a se decidir em relação a tudo, todo o tempo. Por isso, também se movimenta devagar, fica muito tempo parado, pensando. E prossegue, vagarosamente, tendo na voz e na face uma perturbação. Conta que naquela manhã se sentara em um banco da praça e observara os pássaros. Percebeu que eles voavam ágeis, livres e pensou que eles se movimentavam sem medo. E quase como se falasse para si mesmo uma confidência: “um dia gostaria de me sentir solto como eles”.

Ouçoo comovida. Pedro começa a sair do vazio, ensaia aproximar o que está dentro do que está fora de si, humaniza-se. O resgate da alma traz o sonho de libertação e lhe dá entrada ao território do sinceramente triste,

uma delicada aproximação da posição depressiva. Naquele momento, apercebe-se do que não tem, do que lhe falta, do que não consegue, do que deseja e não sabe se terá. Pedro afasta-se da confusão das certezas, começa a dar nome ao que percebe, a entender as palavras e juntá-las; abre espaço para dar sentido ao que sente, e tateante adentra ao território humano do sofrimento psíquico, ao lado de todos nós.

Podemos esperar da psicanálise companhia na empreitada de abarcar essa experiência. A palavra que circula na experiência analítica da clínica busca instaurar, mobilizar novos afetos e desativar antigos; reconstruir identificações, persuadir com uma persuasão que não se resume a explicitação de argumentos, pois se assenta na confiança entre analista e analisando, na busca de si mesmo, na esperança de ter o nome de volta unido a quem de verdade se é. A palavra que circula na clínica não visa argumentar, não busca suscitar convicção, mas sonha estimular o pensamento e derrubar os preconceitos, sobretudo aqueles em relação a nós mesmos. A palavra que circula na clínica leva a procurar reconstituir formas de pensar, a impulsionar a inquietude. A palavra que circula na experiência analítica da clínica enseja abrir espaço para o desejo agora premente de parar de repetir fazendo a despedida do passado e permitindo viver o inusitado que se tem pela frente, sabendo que nem o ouro de Midas, nem o naufrágio dele às avessas, nos estão reservados de antemão. Presente-futuro que não se sabe, bom ou ruim, não importa! Mas que possa se abrir à possibilidade de ser novo; sair da repetição é o que importa!

As marcas invisíveis

*“Há tanta coisa que,
sem existir,
Existe, existe
Demoradamente,
E demoradamente
é nossa e nós...”*

FERNANDO PESSOA

Há mães que fazem mal apesar de si mesmas.

Inocentes, morrem antes do tempo de os filhos delas prescindirem, gestam filhos prematuros ou fisicamente insuficientes, afastam-se ou abandonam seus frutos à beira do caminho por depressão ou doença de outros, que exige cuidados; mães que padecem partos demorados, arriscados, indesejados, que ficam impressos na própria mente e na do bebê recém-nascido como marca viva. Mulheres amorosas, disponíveis ou conformadas, a princípio, cujos recursos reais – físicos e psíquicos – mostram-se humanamente insuficientes para anularem as sequelas da gestação e do nascimento, experimentados com sofrimento. Mães que se entristecem, se atemorizam e, às vezes, desistem propositalmente ou sem perceber.

Esta é uma reflexão a respeito das experiências traumáticas próximas ao nascimento, anteriores ou posteriores a ele, que colocam em risco a sobrevivência física e marcam o psiquismo incipiente. Implicam em vivências de violência, seja por intrusão corporal, seja por terror impensável e desamparo. São aqui consideradas as tentativas de aborto, os sofrimentos respiratórios, as insuficiências cardíacas, as hospitalizações, a depressão materna e a separação precoce. Podemos juntar a estes percalços o registro de palavras ouvidas cedo demais para serem entendidas. Experiências irremovíveis que penalizam pais e filhos.

A experiência de chegar ao mundo em condições de sofrimento remete àquilo que não era esperado, que não poderia ter acontecido e fica registrado no psiquismo como falta, falha, erro. Padecimento duplo para bebês e pais, que compromete a inclusão familiar marcada por esta experiência traumática inicial.

As marcas sofridas ficam perdidas no enredo da história pessoal, seja por terem sido vividas em um momento em que a representação psíquica não era possível, seja por terem sido silenciadas pelos pais que não as narram ou, quando o fazem, retiram delas o colorido emocional, tornando-as banais, corriqueiras, inclusive para eles próprios. Tentativa ingênua de esquecê-las e, deste modo, afastar-se da profunda angústia suscitada por lembrá-las.

Aprendemos que os bebês têm suas primeiras necessidades satisfeitas através do cuidado físico e do conforto que dele possa advir, é este o único tipo de expressão de amor que pode ser reconhecida a princípio, e é por isso que, quando a violência existencial é imposta no início da vida ganha o significado de aniquilamento. Estas experiências são vividas sem registro, com sensações grafadas na mente incipiente, guardadas na pré-história simbólica. Sintomas incompreensíveis, inarticulados, destituídos de sentido que aparecem cedo e, muitas vezes, da infância são carregados ao longo do crescimento, sem descanso, dando aos que os vive o desassossego do enlouquecimento. E, ainda que nem todos os bebês nascidos em sofrimento padeçam tal inundação, podemos nos perguntar por que canais intuirão as apreensões, as dores e o desamparo de suas mães?

Nas palavras da poetisa “a minha pobre mãe, tão branca e fria. Deu-me a beber a mágoa no seu leite”.

Nas palavras do psicanalista “a mãe é a única pessoa que pode introduzir o bebê no mundo, da maneira apropriada, e de um modo que faça sentido para ele... Mas seus instintos naturais não poderão evoluir se ela estiver com medo, ou se não vir o bebê quando ele nasce, ou se o bebê for levado a ela apenas quando as autoridades definiram ser a hora adequada para a alimentação. As coisas simplesmente não funcionam deste modo”.

A criança nascida sob risco não é mais aquela que poderia ter sido na plenitude de seus recursos físicos e psíquicos; não é aquela que deveria ter sido nos devaneios dos pais. A criança em perigo de morte, amputada nas suas promessas e nas suas perspectivas de vida arrebenta com um sonho que, há muito, pode ter sido acalentado e põe a mãe também em perigo. Cada pai e cada mãe conhecem os sentimentos de impotência e violência contida experimentados ao lado do filho acometido de um transtorno grave de saúde, quando aprendem a desfrutar da vida da criança apenas no presente, renovado dia após dia. O futuro é um buraco vazio.

O medo de que a criança morra abre o espaço das fantasias. As reações de incredulidade visam protegê-los do terror de uma recaída que permitem pensar mais na criança que existe neles, do que na criança real. Deste modo, os pais trazem os olhos impregnados pelas marcas do nascimento, e frente ao bebê sobrevivente reeditam a experiência de quase morte, seja para comemorá-lo, seja para compensá-lo, e terão necessidade do tempo e do aprendizado de transformar sofrimento em palavras para deixarem de vê-lo como *a criança dada por morta*.

O trabalho clínico com crianças e pais permite perceber as tentativas “mancas” de significação na tentativa de dar conta subjetivamente do que foi vivido sem ter sido sabido e do que foi memorizado sem ter sido representado emocionalmente. Paradoxo existencial que exige, à exaustão, um exercício permanente de criação de sentido.

Sugerimos que estas crianças, de um modo ou de outro, ficaram desamparadas, ultrapassadas pelo impacto advindo do mundo externo e da primeira pessoa que as representa – a mãe – tanto simbólica, quanto concretamente. A continuidade do ser foi ameaçada pela reação infantil às intrusões impensáveis. E ainda que este entendimento não possua força explicativa e só possa ser mantido como conjectura, mesmo assim, ele é fortemente evocativo.

“Muito grosseiramente falando, têm-se de conceber que existem dois tipos de seres humanos, quais sejam, aqueles que não têm consigo uma experiência significativa de colapso mental na primeiríssima infância e aqueles que a têm, e que, portanto, dela precisam fugir, flertar com ela, temê-la e, até certo ponto, estar sempre preocupados com sua ameaça. Pode-se dizer, e com verdade, que isto não é justo.” (Winnicott)

QUATRO FRAGMENTOS CLÍNICOS

A menina e o mar

Maura, aos 58 anos, diante da perspectiva de uma viagem de navio, conta à analista algo nunca antes mencionado, que diz respeito ao sentimento de horror frente ao mar. Até então, lidara com ele escondendo-o, sobretudo de si mesma, furtando-se aos convites de viagem, alegando cansaço, falta de dinheiro, desinteresse ou qualquer outra desculpa. O medo era generalizado e estendia-se aos banhos de cachoeira, ao desfrute das piscinas, a lavagem dos cabelos nas pias dos cabeleireiros.

Confidência que vive permanentemente diante destas situações a ameaça de morte por afogamento. Imagina a agonia de ser morta por asfixia, sem defesa, sem recursos, só. Enumera sofrimentos vividos diante de relatos, vindos de conversas ou notícias de jornais, de acidentes no mar, que implicaram em mortes. Lembra episódios como Titanic, Bateau-Mouche ou tragédias ocorridas em piscinas, envolvendo crianças pequenas afogadas ou mortas, presas em pedras nas profundezas de rios. Retoma reportagens, cita nomes e revela, deste modo, a grandeza e a antiguidade de seu desespero. “Desde sempre”, diz ela.

Contudo, sabe que em momento algum, viveu experiências em que houvesse ameaça de morte na água por sufocação, até porque, em função do tamanho de seu medo, “nunca molhara além do calcanhar”. Não entende, não faz sentido, mas sente-se louca.

As revelações de Maura abrem novas possibilidades de investigação de sua subjetividade, tomando como metáfora a ameaça de afogamento. A analista sabe que sua confiança ao lhe confidenciar algo tão antigo surge como expressão de sofrimento e abre para ambas uma oportunidade de penetrar em um território emocional muito resguardado, que pede que essa entrada se faça a passos delicados.

A analista, ao acompanhá-la, resvala para outro tempo e vê içada do fundo de sua memória o início da análise de Maura, quando soube que seu nascimento ocorrera graças ao insucesso da tentativa materna de aborto. O remédio com a função de expelir o feto e interromper a gravidez indesejada não funcionou a contento e, resistente, o bebê se manteve. Assim Maura nasceu.

Ao longo da infância, esta história lhe fora contada repetidas vezes, de forma natural, corriqueira, jocosa. Em algumas ocasiões, somava-se a outra, também na forma de pilhéria, quando era descrita a cena dela ter sido encontrada dentro de uma cesta na frente de casa. Daí sua cor morena, diferente da alvura da pele da irmã. Maura lembra-se de si examinando as mãos e os bracinhos, perguntando-se se teria sido adotada.

A analista hesita diante de seu próprio fluxo de associações por lhe parecerem fantasiosas, imaginativas por demais, mas apesar desta consideração, vai atrás do rumo inicial de seus próprios pensamentos. Volta-se para a paciente e põe em palavras a história que trouxera sobre seu nascimento. Conta-lhe quase como uma fábula, que seu início de vida fora aquático, que por muito tempo esteve mergulhada no mar e, uma vez, correria o risco de ter morrido afogada, quietinha, sem saída, só. Talvez tenha tido notícia do perigo que correria cedo demais para poder entender, e ficou a confusão, o desacerto.

Em uma fração de segundo, Maura se imobiliza, ouve atônita, mostra-se perplexa e se emociona profundamente. Chora, e essas lágrimas levam para muito longe seu medo de morte.

A gravidez sangrada

Marta, aos 35 anos, retoma a análise com a mesma analista da juventude, trazendo uma dor psíquica nunca antes mencionada. Casada há catorze anos, vê-se instada pelo companheiro a engravidar. Teme o parto, aterroriza-se. A ideia de estar em um hospital, ser aberta, ser cortada, ou mesmo a possibilidade de um parto normal, vem acompanhada da imagem de esvaír-se em sangue. Há uma certeza de morte, que corre paralela a outro fluxo de pensamentos que desqualifica o medo e apresenta-o como infundado, exagerado, absurdo. Verdades que se justapõem, mas não se invalidam. Atormenta-se.

Pensa que poderia adotar um bebê. Considera o uso de uma barriga de aluguel, mas envergonha-se disso. Reconhece constrangida nessas estratégias saídas mais fáceis para vir a ter um filho que muito deseja. E ainda que tentadoras, não se autoriza a implementá-las, pois se afiguram descabidas, insustentáveis frente ao desejo, que também existe, de gestar um bebê. Considera sua condição de mulher sadia, provavelmente fértil, com um companheiro que a deseja. Busca um sentido para o medo e a ameaça de hemorragia como uma saída para o desconforto de sentir-se louca. Vasculha a própria história, seleciona episódios, descarta-os sucessivamente.

Um dia, com alívio, encontra a lembrança de ter presenciado a mãe sangrando na boca pela extração de um dente. Descreve detalhes. De volta à análise, porém, conta que as irmãs a desmentem: o fato ocorreu, sem gravidade, e Marta soube dele, mas não o presenciou, estava longe, de férias, na casa dos tios. Desconsola-se.

Quanto ao seu próprio nascimento, relata-o com banalidade. Quando interpelada pela analista, sobre ele diz: “Não é por aí. Nascera bem, sem sofrimento, quer dela, quer da mãe. Sem relatos de excesso de sangue além do normal”.

O trabalho analítico prossegue, entremeado por outras demandas de sentido, contudo, um dia, aparentemente sem motivo, a analista procura entender o lugar de Marta na ordem de nascimento dos filhos e ouve uma revelação: a segunda de cinco filhas mulheres, nascera cinco anos depois da primogênita e foi assim, porque sua mãe evitara engravidar novamente: “Sabe Deus como!”, diz Marta rindo.

Pergunta a analista primeiro a si e depois, a ela: Por que terá sido assim? Por que por tantos anos? Marta, com naturalidade, quase distraída, com ar enfadonho, quase como se perdêssemos tempo avanta como resposta o fato da mãe, no parto da irmã, ter tido uma forte hemorragia, quase fatal, que por dias não pode ser estancada. Ouvira este episódio familiar contado pela mãe por anos, todas as vezes em que a apresentava a outros como a última filha, e acrescentava que nascera bem, em circunstâncias muito diferentes do parto da irmã que a antecederia. A analista, perplexa, percebe o encantamento que as palavras de Marta lhe provocam, sente-se irmanada à psicanálise e amorosa agradece as descobertas que possibilita. Silenciosa, por um instante, hesita temerosa de que aquela revelação sirva mais a ela, analista, do que à paciente, já que o relato de Marta fora feito na indiferença. Contudo, arrisca e investe em uma fabulação e, em voz alta, imagina as condições de nascimento de Marta. Considera a possibilidade de sua mãe ter evitado o mais possível uma nova gravidez, dado o pavor de uma repetição do risco de sangramento ocorrido no primeiro parto. Gestou-a apreensiva, temerosa, tomada por fantasias de morte, semelhantes, talvez, a estas que naquele momento a invadem frente ao próprio parto, sentido como uma grande ameaça, um grave risco. Experiência de horror retomada a cada vez que seu bom nascimento era confrontado com o nascimento traumático da irmã.

Marta ouve a analista sem nenhuma emoção aparente, ainda com indiferença acompanha as conjecturas levantadas.

Na sessão seguinte assinala que ouviu as palavras da analista, mas não vê como o que foi falado pode mudar o que sente e fazer alguma diferença na vida dela. Tudo continua igual e sente, como sempre, muito medo. A analista aguarda.

Nas sessões seguintes, outras são as questões trazidas por Marta.

Passam-se semanas e um dia, ao chegar, conta que está grávida. Não sabe onde foi parar o pavor que sentia, *não parece ela, não entende*.

O pesadelo de um sonho

Helena, mãe de Lúcia, bebê de seis meses, padece do desespero de encontrar dentro de sua própria mente desejos assassinos em relação à filha, que ama.

Busca refúgio na religião, encontra guarida na menção aos espíritos obsidiados, que perdem a posse de suas mentes no cumprimento de uma missão. Helena põe o coração nas orações pedindo proteção e alívio. Sente-se má.

Aos poucos vai contando a história que conhece. Esperara anos depois de madura para engravidar, esperara pelo diploma, por um homem bom e amado, por uma situação econômica estável. Engravidou aos 37 anos e sente-se feliz.

Tudo corre muito bem até que, aos cinco meses de gestação, no dia do aniversário do marido, *para comemorar*, faz o primeiro ultrassom morfológico e é surpreendida com o sinal de uma má formação do feto. A partir deste instante inicia-se uma novela de horrores que exige exames minuciosos de averiguação do “mal”. Especialistas vasculhando-a e o enfrentamento da pergunta por eles feita a partir do resultado dos exames: ficariam ou tirariam o bebê?

A gravidez é levada a termo, e Lúcia nasce, pequena, magrinha e diagnosticada com um problema cardíaco. Corre risco desde o início, não sabem ainda se será necessário operá-la. Dia a dia, Helena e o marido

oscilam entre a esperança e o medo de perdê-la. Lúcia, separada da mãe, é manipulada por muitos, é sedada, espetada, cortada. Os pais permanecem no hospital, não controlam as informações e percebem momentos, durante as avaliações clínicas de Lúcia, em que as palavras são faladas em voz baixa, como se nem tudo lhes pudesse ser dito sobre a própria filha, o que faz com que fantasiem ainda mais sobre o perigo e a morte. Têm medo, sentem-se desamparados, impotentes, ao mesmo tempo em que são solicitados a tomar decisões e a providenciar dinheiro para os procedimentos médicos extraordinários.

Um dia, durante um exame, Lúcia para de respirar, rapidamente Helena é posta para fora do quarto e suas tentativas para entrar são inúteis. Do lado de fora, enquanto espera, não sabe o que se passa com a filha, mas pensa que ela pode estar morrendo. Do outro lado da porta, ouve apenas o som estridente de metais. Desespera-se, sente que a ela também falta o ar.

Ao fim de um tempo infinito, Helena, Lúcia e seu pai voltam para casa e a vida tenta retomar seu ritmo. Aos poucos a nenê vai ganhando peso, dá sinais de reconhecimento da mãe, dos sons familiares e começa a sorrir. Contudo, ainda chora muito, de repente, sem que dê para saber por quê. Nestes momentos, Helena a abraça forte e lhe diz que a ama muito, que nada tema. Como, porém – pergunta-se – afirmar sinceramente esta proteção se no fundo da alma guarda o terrível segredo de ser exatamente ela a colocar a vida de Lúcia em risco? A pensar em matá-la? Horroriza-se com os pensamentos de jogá-la do terraço, de feri-la com a faca ou a tesoura, de enterrá-la viva em algum lugar. Teme ficar só, guarda segredo do que sente. Envergonha-se. Embaraça-se. Considera que talvez não ame a própria filha. Talvez seja egoísta demais, perversa, ou quem sabe, está sendo punida por uma falta cometida. Qual? Não entende. Sente-se louca. Pede ajuda.

A analista entende que o sofrimento psíquico de Helena passeia nu, solto, sem nenhuma ligação possível com o que foi vivido, na ausência de

representação, na falta de poder entender seu estado de desamparo, na impossibilidade de apiedar-se de si. Entende também que só há uma maneira de ajudá-la; que é exprimir através de palavras, de forma representativa, a ameaça por ela vivida, portanto, falar.

Assim, passa a contar a Helena a história que dela ouvira sobre o nascimento de Lúcia, porém, acrescenta a ela as emoções, que imagina lhe faltam. Fala de sua alegria ao engravidar, de seus medos diante do que não entendia e de sua tristeza, decepção, culpa raiva, solidão frente ao risco de perder seu bebê tão sonhado.

A analista busca com Helena a ligação entre todos estes sentimentos e o desejo da morte de Lúcia, tentam tecer sentidos e juntas fabulam possibilidades. Consideram que se Lúcia desaparecesse, ela, Helena, poderia engravidar novamente e dar à luz o mesmo bebê, em condições mais felizes; ou, talvez, retomar um tempo em que, recém-casada, sentia-se livre, amorosa, confiante no que o futuro lhe traria; ou ainda, sem Lúcia, poderia voltar a dormir uma noite inteira, ir para o trabalho sem o conflito de querer estar em casa e confirmar que a filha estava bem. Possível mesmo imaginar que Helena sentisse saudades da pessoa que fora antes de engravidar e buscasse na dor desse desejo pôr a vida em marcha à ré. Helena e a analista consideram ainda por quais caminhos o nascimento da filha não a reportou a lugares antigos de seu passado, sua infância, seu próprio nascimento? Esta retomada lhe traz alívio e, aos poucos, vai se despregando das cenas que cercaram a chegada de Lúcia ao mundo e levanta, por si mesma, novas conjecturas. Lembra-se de uma cena familiar em que ela com três anos e a irmã, nascida um ano antes, disputam o abraço da mãe, exigindo-a: “É minha! É minha!”. Surpresa, deitada no divã de análise, Helena, tantos anos depois, ouve a voz da mãe dizendo: “Meninas corram até a cozinha e tragam uma faca para mamãe cortar-se ao meio!”, ao que as crianças reagiam desesperadas, chorando: “Não mamãe! Não!”. Helena considera que ouviu esta expressão materna

muitas vezes em situações de conflito. Pensativas e emocionadas, damos conta quantas foram as experiências que se somaram, ao longo de sua vida, a servir de inspiração – ou munição – para os pensamentos aterrorizantes que a assolavam de ferir Lúcia. Aos poucos, espaçam-se seus terrores de assassinato. Não mais se sente louca. Um dia, surpresa, traz um sonho. Nele, ela aparece agarrada à Lúcia e, de repente, lançam-se ao mar. Afundam. Lembra que torce para que a filha aguarde o mergulho, consiga conter a respiração e possam submergir. Enlaçadas, atingem as profundezas e iniciam o caminho de subida, alcançam a superfície, Lúcia desgarra-se, grita por socorro. É pega pela mãe, salva.

A bolsa rota

A analista recebe a mãe de Pedro, menino de nove anos que transmite aos que o amam um profundo desassossego. Dá-lhes a impressão de estar constantemente *no lugar certo, na hora errada* e de que *todas as coisas ruins lhe acontecem*. A sucessão de machucados, tombos, brigas, azares é uma constante. Esse jeito dele conduzir a vida irrita a muitos: pais, professores e até aos amigos. Entre os meninos de sua idade é visto como o bobão da turma, o atrapalhado, uma espécie de palhaço.

Por seu lado, Pedro carrega uma sensação permanente de fracasso, que evidencia em duas expressões mais costumeiras “não vai dar certo” e “de nada adianta”. O pai diz que ele é deprimido. A mãe não tem esta certeza, mas sabe que ele não é feliz. Ela pergunta-se e investiga as siglas que aparecem na mídia: TOC, TDA, Autismo. Ora as descarta, ora as confere de novo e identifica aspectos de Pedro em todas elas.

A analista a acompanha e vasculha no que ouve as dores, os sentidos, as fendas dos não ditos. Busca nas linhas e nas entrelinhas do relato da mãe o entendimento do que aconteceu na história desta família e na constituição da mente daquele menino.

Quase ao final do encontro a mãe lembra algo já quase esquecido, que se passou há muito tempo, e cuja importância não sabe avaliar. Pedro teve uma gestação com bolsa rota, que passou despercebida. Nasce a termo, mas com uma infecção – a princípio não diagnosticada – causada pela ingestão do líquido amniótico que o obriga, a oito dias de nascido, retornar ao hospital. Seu estado de saúde preocupava: não mamava, não dormia, chorava constantemente. Na UTI passou por intensa pesquisa, que implicava em grande manipulação. Em determinado momento, sofreu uma parada cardíaca. Mas voltou logo. Os resultados dos exames laboratoriais não levaram a nenhuma conclusão. Em um ato de ousadia e experiência clínica a pediatra apostou na introdução de um antibiótico de amplo espectro, que pouco a pouco retirou Pedro do estado de adoecimento. Reviveu. E ao fim de aproximadamente vinte dias, sai do Hospital, perfeitamente normal. Em casa, retomou o peito, já sem leite, mas por parecer acalmá-lo a mãe *deixava-o ficar*. Alimentado na mamadeira, ele vai crescendo e *deixa para trás* tudo que fora tão difícil no início da vida. Nunca sentiram necessidade de contar a ele o que lhe aconteceu ao nascer, acharam melhor esquecer, *tocar a vida para frente*, pois *de nada serviria ficar repassando as dificuldades*.

A analista inclina-se na direção de uma intervenção que dê voz ao que lhe suscita o relato dessa experiência vivida nos primórdios. Conjectura que Pedro reteve da experiência de nascimento o desencontro, a confusão, o fracasso, impressos em seu corpo psíquico. Essas emoções sem nome, no devir encontram um registro simbólico na representação de algo que deu errado e de um sentimento de culpa que vem de algum lugar. Marca invisível de uma memória sem lembrança. A analista não hesita, atreve-se e fabula. Conta para a mãe de Pedro uma nova história da experiência de nascimento vivida por aquela família. Põe em palavras o drama que os põe a prova, a luta dos três personagens para dar conta desse salvamento, com destaque para Pedro que, recém-nascido, reúne forças e vontade de viver

para enfrentar a separação da mãe, a interrupção das mamadas, o desamparo, a intrusão dos procedimentos hospitalares. Tiveram coragem. Sobreviveram a esta dolorosa aventura. Foram bons companheiros. Os pais fazendo tudo o que estava ao alcance para preservar a vida do filho, Pedro aceitando os cuidados, retendo-os.

A mãe de Pedro, a princípio surpreende-se diante desta versão de sua própria história, para em seguida comover-se com ela. Chora. Após um mútuo silêncio, conversam sobre o que foi revivido e, ao fim, pergunta quando pode trazer Pedro. A analista propõe que, por enquanto, não o faça, que vá para casa, que conte ao filho, em um bom momento, a história dos inícios, se possível lembrando-se da emoção daquele momento, e aguarde.

A analista pensa que esta intervenção possa fazer diferença para Pedro. Faz esta aposta.

Uma licença teórica

Eu queria chamar a atenção para a importância das palavras ditas ou não ditas sobre acontecimentos que marcam atualmente ou marcaram a vida de uma criança e de seus pais, quase sempre sem que se deem conta e, às vezes, sem que os que estão próximos deles se deem conta.

Houve já quem afirmasse que todas as grandes verdades são absolutamente triviais e que teremos de expressá-las de uma maneira nova e, se possível, paradoxal, para que não venham a cair no esquecimento.

Aprendemos que no início da vida, os bebês são seres imaturos continuamente ameaçados de sofrer uma ansiedade inimaginável; não registram o que é bom ou adaptativo, mas reagem e, portanto, percebem e registram cada falha da confiabilidade. Essas falhas de provisão básica se constituem em um trauma, cada reação sendo uma interrupção no *vir a ser* do lactente e uma ruptura no self.

O traumático pode ser definido como *o acontecimento que transtorna as relações do tempo habitual, como um rasgão na trama do tempo que nos introduz num outro mundo, fora do tempo vulgar.*

As experiências de risco, vividas precocemente, necessitam ser conhecidas ou inventadas, por meio de um trabalho a posteriori de representação, que torne possível compartilhar aquilo que é basicamente pessoal e essencialmente secreto.

As marcas invisíveis são feitas na alma, referidas a estas vivências de desamparo, experiências que não podendo ser inscritas não podem ser reprimidas. As marcas dizem respeito àquilo que não faz parte do inconsciente recalçado, que agem como resto não representado e que se conservam como impressão e apresentam-se como intensidade.

Assim, marca é impressão, que se constitui como anterior à inscrição e como impressão, não é traço, pois não entra no sistema da memória, não segue no sentido do recalçado. Marca é impressão que, por não ter tido como destino inscrever-se, não pode ser lembrada.

Os fragmentos clínicos que ilustraram esta reflexão trazem um recorte da clínica que se “expressava” de um modo incompreensível, “estranho”. A dor referida pelas pacientes introduzia outra temporalidade, que não a dos acontecimentos presentes e trazia elementos que se achavam fora do funcionamento da lógica. Os sintomas eram atuais, contudo, pareciam reportar a algo antigo, inalcançável, perdido em um tempo passado. Era uma dor solta, sem ligação, dando a impressão de algo vivido que não podia se expressar. Essa impossibilidade de representação permitiu considerar o traumático, como vivência fora da dinâmica do recalque, que só encontra expressão, só tem “saída”, nos silêncios, na ação, na clivagem.

Essas manifestações, presentes normalmente na relação analítica, puderam ser entendidas como “a aparição” do trauma, ou sua “materialização”, e permitiram considerar a realidade como atualização de um outro tempo, em que o traumático se anuncia e possibilita ao analista pensar e organizar novos dispositivos de tratamento que permitam levar em conta os paradoxos que se apresentam nos atendimentos clínicos denominados “limite”. Para ele, o desafio seria o de reencontrar as condições de analisabilidade desse tipo de situação e, em função disto, a técnica é o que mais muda.

Devemos à psicanálise o trabalho de transformar o “conversar” em “contar” na situação clínica, característica essencial do método analítico.

A capacidade do analista de representar se soma nesta reflexão ao exercício da capacidade de figurar, isto é, na descoberta de um sentido que dê figurabilidade ao incompreensível. O analista necessita colocar as palavras a serviço do não representativo, o que está fora do espaço-tempo, abrir as vias do alucinatório e entregar-se a uma espécie de estado onírico favorecido pela atenção flutuante; necessita permanecer aberto a todo material expresso pelo paciente, incluindo a sensorialidade – visual, olfativa, entre outras, dando sentido e voz às próprias impressões e associações a partir do vivido na transferência e na contratransferência.

A figurabilidade feita pelo analista através das palavras – como a elaboração de um conto ou uma fabulação – permite ao paciente a chance de uma formação equivalente ao conteúdo manifesto de um sonho, representa um instrumento técnico precioso para a progressão do processo analítico e aparece como um meio – senão o único – para atingir certos domínios da vida psíquica do paciente.

O valor desta *construção-interpretação* para a evolução dos pacientes, não reside tanto na rememoração que ela possa evocar, nem tanto em sua realidade histórica, mas na *convicção* que ela possa despertar.

Em algum momento, já foi dito que a verdade e a ficção investida de afeto são inseparáveis.

Um relato impregnado de figurabilidade tem a força do impacto da percepção. Ele leva a mente a *crer*. A marca da figurabilidade do analista na interpretação desperta no paciente um sentimento de evidência, de autenticidade. *A verdade é como se a vissemos*.

A filosofia recente tornou possível pensar a representação como criação originária, e não mais como reprodução, menos ainda como cópia, mas como a elaboração de um sentido novo que dê conta da experiência emocional vivida.

O trabalho psicanalítico permitiu a cada uma destas quatro mulheres configurar uma história singular de nascimento e perceber que o que inicialmente apresentou-se como risco, gerou um estado de grande ansiedade que se desdobrou em ameaça, física ou psíquica. Esta experiência nelas imprimiu marcas subjetivas que as fizeram buscar, sem sentido, às cegas, ao longo da vida, alguma representação. Em algumas, a esta vivência se somaram palavras cujo sentido não alcançaram.

Estas experiências traumáticas iniciais não fizeram parte do recalçado, não foram guardadas no inconsciente juntamente com outras, proibidas de serem reconhecidas, não incluídas na vida social ou não possível de serem integradas na identidade delas como sujeitos. Esta memória sem

representação afetiva ficou à deriva, parte de um outro inconsciente, das coisas não simbolizadas, vividas em um tempo primeiro no qual a vida mental misturada com sensações físicas ficou à mercê de angústias impensáveis, porque ainda sem um aparelho mental para pensá-las ou sem amadurecimento psíquico capaz de acolhê-las. Pequenos seres dotados de corpos – psíquicos incipientes que receberam uma sobrecarga de estímulos que não conseguiram evacuar, digerir ou transformar.

À medida que configuraram uma mente, buscaram significação para algo inominado que carregavam, e que por não ter nome assustava, agitava, punha sob suspeita, ameaçava, perseguia, humilhava, constrangia, envergonhava, encolhia.

No decorrer do tempo buscaram no entorno o entendimento de suas aflições, vasculharam no passado as lembranças acessíveis, os relatos, as impressões e as descrições daqueles com quem partilharam a infância, esmiuçaram o presente mais próximo e inferiram motivos, razões, que permitissem entender o desassossego. Aventaram o futuro e arriscaram previsões ou apreensões a influir no que sentiram. Tentaram incluir, acreditar, deduzir, para dar forma, encontrar a chave, desvendar o mistério. Buscaram o sentido da dor, do desamparo, da insegurança que marcaram o estar no mundo, desde sempre. O medo, a atenção dispersa, a inquietude, a agressividade incontida, expressavam um duplo terror: seja de um perigo indefinido que se prenunciava, seja de um perigo já presente, que não se identificava. O terrível se apresentava, de um modo ou de outro, na medida em que, sem representação, não poderia ser evitado. Mas a ansiedade era o sinal.

Maura, Marta, Helena e a mãe de Pedro tentaram não se lembrar do que as afligia, tentaram acreditar que seu sofrimento poderia ser esquecido, tentaram não entender, tentaram desistir e adaptar-se ao que parecia ser “o modo de ser de todo mundo”. Podemos pensar que foram ajudadas neste propósito. A cultura de referência estimulou-as no

ocultamento das dores com as quais foram marcadas. A ideologia do amor materno, da infância como um momento indiscutivelmente feliz – porque as crianças *esquecem* – e da ênfase no mérito de *passar por cima* das dificuldades convidaram-nas ao distanciamento da vida emocional a serviço da alienação humana.

Maura, Marta e Helena e a mãe de Pedro expressaram em suas histórias o difícil trabalho de reconhecimento daquilo que dentro delas não tinha espaço para ser representado e cuja representação exigiu a quebra das defesas, dos estereótipos, das idealizações, dos preconceitos.

Uma vez já foi dito que uma das conquistas mais consistentes do processo analítico pode ser a consciência da transgressão. Em outras palavras: *A principal tarefa de qualquer aventura psicoterápica empreendida por duas pessoas é tornar possível àquela que procura ajuda despertar para as forças ocultas e reprimidas de sua natureza, e seus correlatos na conduta humana.*

Maura, Marta, Helena e a mãe de Pedro, contudo, não apenas tentaram por força do desejo consciente, através do silêncio, esquecer o desassossego que sentiam, escondê-lo de si mesmas, mas não o conseguiram, não o perderam dentro de si mesmas e inconscientemente buscaram significá-lo, por necessidade e por direito. Procuraram na psicanálise a ajuda que necessitavam. A analista ouviu as histórias do passado traumatizante e entendeu que a maneira de intervir era falar, exprimir de forma representativa, contar, mas sabia que poderia ter que esperar um longo tempo a fim de estar em posição de fazer exatamente o trabalho que o paciente necessitava que fosse feito.

A substituição das mães

Reflexão sobre privação, mulheres e cultura

“Um ser humano se faz necessário para que um bebê possa tornar-se uma pessoa, mas os seres humanos são essencialmente humanos, isto é, imperfeitos, e não possuem a infalibilidade das máquinas.”

W. WINNICOTT

No trajeto trilhado pelo pensar em mulheres, maternidade e cultura nos detivemos em rastrear as evidências do que mudou no decorrer dos anos, o que não é mais o mesmo ou não ocorre mais do mesmo modo.

Percebemos que algo se repete, percorrendo gerações, como uma saga. Trata-se de um impasse que, em dado momento do desenvolvimento, acomete a relação entre mães e filhas e impõe a necessidade de uma separação, nem sempre levada a cabo.

No amor pela mãe dos começos, o crescimento impõe o trágico e doloroso dilema da triangulação em que o amor pela mãe convive e disputa lugar com o amor pelo pai. O amor a ser renunciado se justapõe ao amor a ser adotado ou, em outros termos, a sexualidade e a ternura reorganizam o território amoroso. O clima é tenso.

A despedida dessa mãe-universo, sobre a qual foi depositado o anseio da completude amorosa acarreta uma *desilusão* bastante importante, pois, dependendo do modo como for feita, deixa um luto, uma grande dor, quando não uma melancolia, uma dor sem fim.

Já é fato que a história das mulheres é marcada pela denúncia ao preconceito. Essa demanda trouxe o acesso ao conhecimento; a posse do próprio corpo, dotado de subjetividade e gozo; o direito à escrita e à publicação; a conquista do poder sobre a própria vida que foi, pouco a pouco, ampliando-se e estendendo-se para o campo público, para a vida dos outros. Esses avanços configuram o novo na relação da mulher com a cultura e resultam do combate às privações socialmente impostas.

É possível, porém, considerar a privação dentro de outro campo conceitual. Circunscrevê-la nas falhas do início da vida humana, sobretudo, na relação com a mãe sem capacidade de oferecer ao recém-

nascido a experiência da ilusão, por meio da adaptação ativa às suas necessidades.

Adentramos, assim, na esfera do psíquico, cuja origem apresenta, entrelaçados, um ambiente, uma mulher-mãe e um bebê, a um só tempo, indistinguíveis e singulares.

Ganha destaque a ideia de uma mãe dedicada e atenta, ágil como um corisco, capaz de manter ininterruptamente um timing preciso que traz o risco de estimular a idealização da figura e das funções maternas. Assim, *algo precisa ser revisto no que se refere à dependência, pois embora o bebê seja indefeso num certo sentido, em outro é possível dizer que ele tem um enorme potencial para continuar a viver, para se desenvolver e para realizar seu potencial. Poderíamos quase dizer que as pessoas que cuidam de um bebê são tão desamparadas em relação à desproteção do bebê, quanto o bebê o é. Talvez haja até mesmo um confronto de desamparos.*

Assim, a mãe da privação se distingue da mãe suficiente por ser emocionalmente opaca, indiferente, ausente, por vezes, desamparada, que condena seu bebê ao abandono. Ambas, porém, compartilham a falibilidade.

Nesse momento da teoria, as mulheres comuns saem de um lugar no qual “tudo sabem”, naturalmente dotadas da capacidade de ser boas mães e ganham humanidade, com direito à hesitação e ao erro.

Podemos pensar que, em função disso, foi criada a *mãe suficiente* e não a *mãe boa* ou *exclusivamente boa*. A suficiência diz respeito à complexa experiência da maternagem, quando vivida em seu melhor desempenho: a mãe real, possível. Sinceramente bem-intencionada que, sendo boa, não é boa o tempo todo. Por vezes distraída, decepciona, não atende, não entende, não olha, e se olha, não vê. Mas, mãe que, ainda assim, e por ser assim, ajuda seus filhos e filhas a seguir adiante, com esperança, no caminho do desenvolvimento.

Provavelmente muitas de nós, leitoras e mães constituídas, somos remanescentes de mães suficientemente boas, que causaram alguma espécie de mal, que nos dificultaram a vida, mas, não impediram nossa sobrevivência e até mesmo – é possível pensar –, levaram-nos em um movimento de reparação a ser mães um pouco melhores, ou ao menos tentar.

Tomar consciência de seu direito de falibilidade tornou possível às mulheres admitir, sem constrangimento, que a tarefa de cuidar de uma criança pequena nem sempre vem impregnada de alegria. Muitas vezes, a mãe depara-se com situações verdadeiramente penosas. Todas as mães – e é um alívio reconhecer isso – sentem-se, por vezes, exaustas com o trabalho de cuidar de seus bebês. Dessa aceitação mulheres absolveram-se das culpas.

A partir daí, adveio a mudança mais importante: a compreensão de que ser fiel a si, frente a seus filhos, não é perigoso. E que delas, necessariamente, não advirá o mal! As faltas maternas podem ser entendidas como inevitáveis, ainda que dolorosas e marcantes. Mães e filhos são capazes de sobreviver, podendo criar cumplicidade nas dificuldades mutuamente geradas e sentimentos de confiança e amor recíprocos, no decorrer dos anos.

Encontramos, assim, em nosso trajeto, uma segunda evidência de algo novo que se apresenta na relação da mulher com o meio e consigo. Porém, na experiência das mães, sobretudo, na relação com suas filhas, resta ainda um ajuste que, sob certa perspectiva, tem sido subestimado. Trata-se de um desencanto amoroso vivido um pouco mais tardiamente na infância e cujos ecos repercutem significativamente na relação que as meninas virão a viver com homens ou mulheres, em sua sexualidade adulta.

Trata-se da elaboração de uma desilusão. Na infância, esse processo comporta duas etapas, baseadas em dois reconhecimentos necessários. O

primeiro é a impossibilidade de ser Deus. O segundo, a desistência à plenitude com a mãe.

Na origem de tudo, está o amor pela mãe. É ela a morada original, cuja nostalgia persiste sempre, provavelmente, onde estávamos em segurança e onde nos sentíamos bem.

Não há novidade em se pensar no relacionamento inicial com a mãe como decisivo. Pensamos que vir a separar-se dela – e consideramos que somente pelo pai a criança pode realmente atingir a separação da mãe. De fato, antes de qualquer coisa, o pai é aquele que separa a criança da mãe. Contudo, sua simples existência não é suficiente para fazê-lo entrar em cena com gala. É preciso que a mãe, reconhecendo sinceramente a necessidade dessa transição-transmissão, possa retirar-se do centro da cena familiar como objeto onipotente e absorvente de amor. O caminho do desenvolvimento se atrapalha quando a mãe não faz esse recuo, quando o investimento no pai não é possível, quando ele como homem não reivindica esse lugar.

Momento emocionalmente ambivalente para as filhas, no qual se coloca em cena o ódio da separação e a tristeza da despedida; uma nova sexualidade confronta-se com a ternura antiga e uma certa passividade impõe-se ao que já fora mais ativo. Muito dessa ambivalência é vivida também pela mãe, podendo a despedida ser também dificultada por ela, vivendo dificuldades semelhantes às de seus filhos. Mas lembremos que mães vêm antes de filhos e se espera delas mais recursos para lidar com uma dificuldade que lhes é comum.

Cabe às mães, como parte do cuidado suficiente, levar a termo a despedida da mãe ilimitada, que no passado fora vital na constituição emocional de suas filhas, e adotar a certeza de que esse tempo passou, o que implica em aceitar seus limites, não lhes restando outra saída senão frustrar aos seus e a si, e reconhecer a ausência de um pênis feminino e sua impossibilidade de contemplar a sexualidade que desponta em suas

filhas há pouco meninas, mas agora quase mulheres. Experiência paradoxal, pois no reconhecimento da insuficiência, reafirmam-se suficientemente boas. E cabe às filhas reconhecer que a mãe, como mulher, não lhes pertence, não está disponível sexualmente. O incesto não lhes é permitido. Fazer dela a referência de amor e prazer, a definitiva morada, significa a morte.

Deste modo, a separação da mãe ocorre na decepção, por isso é um passo dado com hostilidade e, faz com que, por vezes, a vinculação à mãe termine em ódio. E é assim que meninas aproximam-se dos homens ainda envoltas pela presença do fantasma materno e se voltam para esses novos parceiros em estado de luto, rebaixadas de valor na identificação com uma mãe, agora, desvalorizada. Essa condição lhes prepara uma armadilha, na qual marcadas pela ambivalência passam a esperar deles o ressarcimento da falha vivida na experiência amorosa anterior com as mães. Deste modo, os homens entram na vida das meninas em dívida que, por vezes, ao longo do crescimento é anistiada, mas em outras, não.

A confusão na relação de amor primeira, que não foi adequadamente superada no curso do desenvolvimento, subsiste nas relações amorosas adultas, perturbando-as.

Indícios desse atropelo amoroso entre homens e mulheres aparecem na negação das diferenças entre elas e eles, seja ao modo como eles se relacionam com as crianças, usufruem o lazer, expressam admiração, alegria, agrado ou exercem a camaradagem masculina. Sexualmente, o ressentimento se expressa na inconformidade de fazerem tanto por agradá-los sem ser reconhecidas; nas queixas da escassez de carícias leves e das preliminares sensuais mais prolongadas e no desagrado provocado pela penetração e pelos movimentos sexuais mais vigorosos.

É importante dizer que não se trata aqui de uma crítica às preferências sexuais ou amorosas das mulheres, sejam elas individuais ou em parceria,

mas de chamar a atenção para uma significativa reincidência feminina em um padrão de relacionamento baseado na semelhança.

Há um contingente expressivo de mulheres ilhadas na fantasia de encontrar um duplo, homens-espelhos, que sejam como elas, ou reúnam neles, elas. Nutrem a expectativa de serem amadas do modo como elas próprias amam. E, de novo, esperam o que não pode ser oferecido; de novo, o mesmo engano, acompanhado de decepção. Expressão da inconformidade da interrupção do romance dos inícios; expressão das marcas deixadas na desilusão generalizada.

Já foi dito que as mulheres começam a vida queixando-se de suas mães e prosseguem queixando-se de seus maridos. Triste sina repetida incansavelmente ao longo do tempo, o que justifica o nome de “um destino funesto”, por ser eterno, com que foi cunhada.

Se essa retirada for possível, abre-se o espaço para que um outro se apresente em sua efetividade, sua diferença e sua capacidade de amar. Vale a pena frisar que esse terceiro elemento não se restringe à pessoa do pai; é também simbólico, dotado de inúmeras representações e, como tal, pode estar efetivamente presente ou ausente, pois o que influenciará a criança será sua existência na mente da mãe. Requisito para a experiência de separação. A conquista da autonomia para as mulheres passa por essa elaboração emocional.

É hora de jogar por terra a célebre figura da outra metade da laranja e pensar que a melhor união vem de metades que diferem, que se acrescentam no sabor e na textura diversos. Abrir a possibilidade de inclusão do terceiro e, com ele, outro tipo de relacionamento, em que a ternura conviva com o erotismo.

É hora de quitar essa dívida e desistir da expectativa infantil de encontrar, no homem a mãe, na busca de uma parceria sem pontas. Ilusão alimentada pela crença que outros e outras já a tenham realizado. Vale considerar que a ligação que pareceu interrompida, pode não ter sido.

Apenas cumpriu seu caminho natural. Momento de mútuo reconhecimento e de libertação.

A partir daí as filhas podem dar o próximo passo e abrir-se para aquele que foi chamado de estranho, não só como o inconsciente, mas como pai, homem, o outro que não a mãe, cuja entrada pode tornar a vida venturosa, misteriosa, intrigante, valendo a pena de ser vivida. Outro, que não é o mesmo, que será amado e aceito no bojo do reconhecimento da solidão essencial do ser humano.

Diz o poeta que “há uma fenda em tudo, pois é assim que a luz entra”. Um modo poético de dizer que precisamos aprender como não estar com o outro, para aprendermos a estar juntos.

No rastro de nosso trajeto inicial, talvez essa seja a permanência mais difícil de remover e, por isso, leva-nos, por gerações, a começar tudo de novo.

Essa é uma esperança para os novos tempos.

A recriação da mãe
O gesto espontâneo ameaçado

Sonho.

*Deixa penetrar a raiz no centro de tua alma.
Aspira a seiva da fonte infinita de teu inconsciente
e conserva teu verdor.*

W. WINNICOTT

Winnicott assinala que para a mãe se sair bem em sua tarefa, basta-lhe ser uma mulher comum. Não precisa ser inteligente ou muito estudada, não necessita ser assessorada e menos ainda ser atrapalhada por teorias ou prescrições. A devoção materna basta para permitir a seus bebês que sigam espontâneos e capazes de uma expressividade própria.

A mãe dos inícios não precisa ser culta, nela não se busca romantismo, mas capacidade de identificação; dela se espera que saiba cuidar de seu bebê simplesmente por fazer uso dos recursos de mulher: sua biologia, sensibilidade feminina, seu amor e adaptação ao ambiente em que está incluída. Estas características tornam a mãe consciente das necessidades do bebê, a ponto de fazê-la entregar algo mais ou menos no lugar certo e na hora certa. Experiência que, se repetida diversas vezes, oferece ao bebê a constância suficiente para criar a ilusão necessária nos inícios, de estar se fazendo em um mundo bom, mesmo que nem sempre justo, nem sempre comum, nem sempre adaptado. Ainda que assim seja, a adaptação à necessidade dos inícios nunca é completa, por mais dotadas que sejam as mulheres comuns, por vocação natural, pelos recursos sensíveis que a própria gravidez deflagra e passa a ser dos bebês, muitas vezes, a missão de fazer a “conta de chegar” pelo uso da capacidade intelectual que desde cedo conseguem usar. Bebês ajudam suas mães a irem se fazendo suficientes.

De fato, a clínica psicanalítica e os anos de vida permitem conhecer pessoas, já crescidas e a crescer, nascidas de mulheres não tão boas, que na condição de mães comuns, despreocupadas no exercício da maternidade, apresentam-se capazes de oferecer a seus bebês condições afetuosas para estimulá-los a se apresentar com contribuições pessoais, por vezes, únicas.

Contudo, a clínica psicanalítica e os anos de vida também permitem conhecer pessoas, já crescidas e a crescer, muito prejudicadas emocionalmente, nascidas de boas mulheres, por vezes, evidentemente inteligentes, que não foram suficientes para se identificarem com os filhos e estarem atentas e disponíveis às suas necessidades, sobretudo quando bebês. Mulheres que não puderam assumir as funções defensivas e depressivas para que os pequenos recém-chegados seguissem confiantes e singulares em seu caminho de desenvolvimento. O que faz pensar que, curiosamente, há boas mães que não são boas mulheres e há boas mulheres que não são tão boas mães.

O território da maternidade abriga o mistério da subjetividade daquelas que se tornam mães. Vivência secreta inusitada que lhes revela a maternagem que abrigam, até então insuspeitada, e que, por vezes, se revela somente quando seus bebês chegam ao mundo, território desconhecido que traz revelações e até mesmo assombros, sobre as mulheres-mães que as precederam e a mãe que conseguem ser. Mulheres que quando mães se apercebem não serem as mesmas para aqueles que delas nasceram, e por vezes, a suficiência materna esperada não se faz possível para um dos filhos ou para todos. Não conseguem ser mães com interesse e cuidado, não entendem o que lhes é pedido, por mais que a biologia as configure, por mais que o meio as apoie, por mais que filhas e filhos as ajudem, por mais que se aflijam por isso. Algumas se constroem frente a essa impossibilidade, outras não. Não abortam os bebês, mas abortam o gesto espontâneo, criativo, fruto da confiança.

A falta dessa pessoa vital nos inícios exige daqueles que dela dependem estratégias de salvamento estabelecidas precocemente na vida, sem recursos perceptivos para engendrará-las com acerto. Assim são gestados os sintomas de desamparo, de ansiedade, assim são acionados os alarmes de perigo de um entorno não confiável para viver. O sentimento de abandono não provém, necessariamente, de crianças sem adultos zelosos que as

cuidem, mas sim de adultos incapazes de protegê-las da voracidade, da insaciedade que as habita. Assim é montado o cenário da falsa existência, do eu que se apresenta com sabedoria na forma de precocidade, autonomia, mas que guarda em seu íntimo o terror da orfandade existencial. Crianças ansiosas, porque alertas, permanentemente em vigília, cujo gesto se expressa na ausência de espontaneidade, no desassossego paranoide e delas a criatividade escapa.

Sem poder contar com as funções do ambiente, o bebê criança emprega seu intelecto para transformar-se na mãe, tornando a mãe existente desnecessária. Deste modo, constituir-se em uma unidade com a mãe ambiente é uma conquista; sentir que inventa o mundo que necessita e o encontra é uma vitória, espécie de mágica, que a ilusão possibilita. Muitos a realizam, com mais ou menos percalços, outros não. A unidade dos inícios se faz em processo com a ajuda de um meio ambiente adaptativo e exige tempo. Não chega pronta, mas é fruto do trabalho de encontro dos bebês com o entorno que os recebe e onde o segredo da porta de entrada está nas mãos e no coração da mãe que os acolhe. A mágica do gesto espontâneo talvez seja menos espontânea do que temos vindo a pensar. Contudo, em nosso tempo, em que condições mães seguram a chave da porta constituinte do gesto espontâneo?

Os dias de hoje nos colocam um desafio. Deu-se uma ruptura no edifício sólido, coerentemente construído e experienciado da antiga unidade de mães bebês e um ambiente acolhedor, sobre ela paira uma ameaça, corre risco de extinção.

O capitalismo moderno tem sequestrado as mulheres de dentro da casa, muitas vezes até da própria condição de mãe. A demanda pelo trabalho feminino cresce em ritmo irrefreável, fazendo parte de um movimento global de valorização e reconhecimento que se impõe à desqualificação e preconceito que incidiram sobre as mulheres em recente passado. As famílias têm tido as mães alternadamente adaptativas e não adaptativas,

preocupadas ora com os filhos, ora com as coisas do mundo, que lhes cobra responsabilidade, dedicação e tempo; a relação contínua de filhos com uma pessoa que deles goste de modo comum está sendo substituída por mulheres fragmentadas, multiplicadas em várias, de tal modo que bebês e crianças experimentam uma complexidade, ao invés da simplicidade no cuidado físico e no contato emocional; a casa torna-se lugar de passagem, de baixa permanência, e a administração e o cuidado dos que lá estão passam a ser feitos por pessoas, mais ou menos profissionais.

O período dedicado à maternagem é encurtado, bebês são introduzidos cada vez mais cedo nas instituições e nelas adquirem o aprendizado para a convivência social e as crianças, à medida que crescem, têm seus dias comprometidos com mais e mais atividades, cujo sentir é substituído pelo agir que, em tese, deve prepará-las para um futuro competitivo e de sucesso; na brincadeira têm por companhia instrumentos eletrônicos e, não poucas vezes, mais nada e ninguém ao lado. A solidão das crianças é um fato dramático da modernidade; traz com ela o sentimento de futilidade, um presente sem futuro, um futuro sem sentido por existir e a mãe sobre a qual aprendemos a pensar na constituição do humano, que com sua existência e seus cuidados detém a função especial de apresentar o mundo externo ao bebê, tornando possível a ilusão do contato, está em vias de desaparecimento. Sendo assim, como pensar a experiência de maternagem constituinte do gesto espontâneo nas condições de busca e consolidação dos novos espaços ocupados pela mulher nas sociedades modernas? Como prescindir dela? Como receber os bebês que estão chegando?

Mulheres e bebês, cada um a seu modo, lutam por existir e sobre eles pairam ameaças distintas de aprisionamento e morte, reais e poderosas. Há presente em ambos o medo de aniquilação; por parte das mulheres, a memória irremovível do caminho identitário tantas e tantas vezes

interceptado; por parte dos pequenos, o terror permanente de ter interrompido seu trajeto de desenvolvimento. Não se trata de cerceá-los, fazer propostas sedutoras de renúncias, contenções, adiamentos em nome de premiações reais ou imaginárias, ambos anseiam por algo sagrado e vital: a existência no mundo com autonomia, desejos próprios e a expressão de necessidades vitais.

Mães e os que delas nasceram a cada década têm se colocado cada vez mais afastados, distanciam-se em seus caminhos. Cada qual a seu modo tem a gerir a gratificação das conquistas e a dor da separação. Os sintomas de nosso tempo denunciam buracos de um momento histórico em transição que avança em direção a algo que desconhecemos.

Poderíamos argumentar que foi destas dores humanas que a psicanálise nasceu e se constituiu desde sempre e seria verdade, mas talvez pudéssemos considerar que hoje, mais que nas últimas décadas, a euforia frente às novas liberdades vem junto com o desassossego diante das exigências sociais a cumprir, pois, apesar da liberalidade moral estabelecida, há a opressão da exposição dos desejos mais íntimos, dos sonhos mais acalentados, a exigência de o avesso vir à tona, obrigatoriamente.

Presenciamos a intimidade sendo compelida a se apresentar, sem cautela, sem acolhimento, até mesmo envergonhada, espécie de ingresso em um ambiente onde quase tudo pode e que estimula o que não se completa. Uma sociedade paradoxal cujos indivíduos padecem de solidão, apesar das interações permanentes, mantidas na superficialidade dos encontros efêmeros; sociedade que se organiza em guetos e fragmentada tenta dar abrigo à diversidade, ao mesmo tempo que estimula a dicotomia e esgarça a ambivalência. Não estamos no pior dos mundos, mas também estamos longe do melhor. Estamos em um mundo que muito dificulta a constituição do ser, a confiança no viver e a esperança no devir.

Winnicott pensou na mãe suficientemente boa orientada por sua biologia, seus recursos pessoais, sua sensibilidade inata e no ambiente a qual pertencia. Naquele momento essa pessoa só poderia ser mulher. Mas nos tempos atuais é hora de abrir possibilidades de intervenção na ameaça anunciada em benefício de mães e bebês e conceber os gestos criativos, podendo ser gestados por novos protagonistas. O que nos obriga a refletir e perguntar como já fizemos no passado: o que significa ser mãe? Quem é a mãe? O que a designa como mãe em sua missão de cuidado aos que chegam? Quem pode hoje ocupar o lugar de suficiência constitutiva do humano? Quem reúne as condições devotadas de ser a mãe suficiente? Onde recriar a mãe winnicottiana? Em qual rosto o bebê verá a si próprio? Winnicott nos inspira ao assinalar que “o sentido de preocupação exige um ambiente suficientemente bom e a existência de uma outra pessoa com quem o bebê possa contar e é fundamental que, *independentemente de quem seja*, esta pessoa proponha-se a estar emocionalmente envolvida e disponível”. E nos surpreende ao completar em outro texto: “*Um seio ou um pênis interno bom* garantem ao indivíduo sentir-se confiante quanto ao presente e ao futuro”.

Winnicott pouco falou do pai em seus trabalhos e quando o fez assinalou que ele poderia ser ou não uma mãe substituta. Contudo, ainda assim, com frequência, colocou-o em um lugar diverso, ora associado à mãe em parceria, ora na função de terceiro, ora contido na mente da mãe, ora mais adiante na integração do bebê. Winnicott assim escreveu há meio século e, hoje, somos testemunhas dos homens ocupando lugar na criação dos pequenos. Ao terem sido desalojados da antiga função de provedores e protetores, esvaziados do sentimento de orgulho pela paternidade devido à alteração da importância do masculino na nova organização das famílias, talvez sejam eles, no bojo dessa desorientação, os que possam apresentar cada vez mais presença em funções de cuidado, abertos ao desabrochar de

recursos de sensibilidade, afeto, capacidade de identificação e zelo, até então pouco explorados.

Pensemos um pouco mais. Winnicott concebeu o pai como parte de um casal, em que um homem e uma mulher geram um bebê em um ambiente adaptativo, mas como hoje sustentar esse triângulo vital frente às novas configurações de família, quando técnicas sofisticadas de inseminação, de clonagens, de doação anônima de sêmen e óvulos inauguram novas possibilidades de fecundação? Como considerar as parcerias transexuais, onde o corpo se transmuta e nas quais o gênero é instituído e vivenciado por necessidades não mais fisiológicas, mas identitárias?

É tempo de pensar no verdadeiro self em bases epistemológicas que não aquelas em que essa concepção de vida mental foi assentada, incluir as novas possibilidades que se abriram e prosseguem sendo abertas no campo da manipulação biológica, da engenharia genética que tem transformado os parâmetros de fertilidade, concepção, sexualidade humana e alterado as referências de passivo, ativo, feminino, masculino, homem, mulher e propor novos valores da perspectiva da cultura no que se refere à família, fidelidade, paternidade, maternidade. Considerar seriamente a inclusão, entre os novos cuidadores, das pessoas que adotaram outras configurações de gênero, com novas possibilidades de vida em novas constelações familiares. Apropriação que já se inicia, ainda que com discrição e sem uma legitimação clara, franca e formalizada ideologicamente no âmbito social.

É tempo de inventar, dar visibilidade aos desafios reais para encontrar possibilidades presentes e legitimar de novo, de novo e de novo a necessidade humana de em seus inícios os bebês contarem com a presença dedicada de um adulto devotado, sensível, capaz de identificação e que possa não ser necessariamente aquele de antes, mas que igualmente torne possível ao que chega a experiência sagrada de ser olhado. E, deste modo,

aumentar as fileiras de nosso exército e somar aliados às mulheres que prosseguem dedicadas aos pequenos ou conseguem aliar ao trabalho profissional os cuidados da família; parcerias que possibilitem o viver criativo ao estender o território da suficiente maternagem àqueles capazes de cuidado e devoção aos pequenos, cujos olhos estejam grudados nos carrinhos que os contêm, nos caminhos por onde pisam, não importando gênero, engajamento sexual ou condições de acasalamento. Clamor que hoje se apresenta como questão de emergência na preservação das novas gerações e que não se refere mais a propostas engajadas voltadas a setores mais progressistas, pois se trata de um grito de sobrevivência, não mais individual, não mais setorizado, mas comum a toda sociedade. Não há algozes, não há vítimas; há apenas a ordem do sistema econômico, a complexidade da vida social, a substituição em metástase das referências éticas e afetivas. A roda da história gira com e apesar dos humanos, que dela correm atrás tentando se firmar nos calcanhares.

O resgate da esperança talvez seja hoje o maior desafio a nos mobilizar. Apostemos. Um sábio filósofo dizia que “a humanidade só apresenta os problemas que é capaz de resolver” e Winnicott tinha fé na crença inconsciente do indivíduo de encontrar amparo. E por isso o apelo: que nós, pessoas que se importam e se comovem, possamos entrar nessa corrida, ser parte da criação do futuro e fazer diferença, lembrando que o novo é sempre gestado, tendo o velho como ponto de partida.

Na epígrafe deste capítulo, um poema de Winnicott, sintetiza essa esperança:

Sonho.

Deixa penetrar a raiz no centro de tua alma.

Aspira a seiva da fonte infinita de teu inconsciente

e conserva teu verdor.

A maternidade a ser sonhada

*“Você conhece uma luz
que substitui a luz do sol?”*

Podemos pensar que há marcas na relação das filhas com as mães que se fazem em um momento de brutalidade, único, inesperado, que tira do rumo, nocauteia, descarrilha, desgoverna. Experiência peculiar que não se repete, não cria hábito e por vezes não deixa raízes. Aparece apenas como irrupção do contingente, surgido ao acaso. E que por força da própria contingência, na surpresa de seu aparecimento por quem o vive, não pode tornar-se uma “oportunidade”. Não há recursos. Não há espaço psíquico, naquele momento existencial, para a criação de algo novo, que possa ser deflagrado por aquela experiência. Quem o vive fica marcado apenas pela lembrança daquele momento que, às vezes, no decorrer da vida se insinua e, em segundos, se esvai. Sorrateiramente. Por vezes, até o fim da vida.

Não são essas as experiências aqui relatadas por homens e mulheres e que nos servem de reflexão; não se referem ao eventual, ao acontecimento passageiro, e sim falam da repetição de gestos e palavras, que repercutem como um som que ricocheteia ad infinitum, não havendo como dele escapar. Fazem pensar em vivências viciadas, nas quais a tentativa de desvio do ataque resulta em vão, pois tendo sido iniciada uma defesa, sobre ela incide outro golpe e, em seguida, outro e outro, a ponto de criar uma expectativa de que a violência não deixará de vir, mesmo que não venha, mesmo que em seu devir estanque. Sinal inequívoco do estabelecimento de uma ferida, um tipo de correspondência inelutável, em que o esforço infrutífero se firma dentro da mente ao modo de uma rendição, sem saída.

O rasgo feito na percepção afetiva permanece, mesmo passado o impacto, espécie de seqüela irremovível de uma experiência vital, nefasta. E assim fica, estabelece-se.

As experiências relatadas com mães que fizeram mal independem de terem se repetido incontáveis vezes – como descritas – ou não, pois importa o modo com que delas foi feito o registro na experiência subjetiva dos filhos. A mente, pela violência sentida, multiplica o que foi experimentado, como uma célula desgovernada em um processo de metástase.

As mães que fazem mal não são, portanto, as mães más; mães que agem mesmo por maldade. Estas podem ser pensadas como vilãs, perversas, mas trazem o benefício da visibilidade, são identificáveis, reconhecidas no dano que causam. Deixam marcas evidentes, por vezes concretas: cortes, cicatrizes, sangramentos e outras sensíveis precepitadoras de separações afetivas. Deste modo, podem ser reconhecidas e evitadas, denunciadas, isoladas, às vezes pelos próprios filhos, mas também por parentes, amigos e pelo poder público.

As mães que fazem mal confundem o que vivem e confundem àqueles com quem vivem. O mal vem diluído, disperso, misturado a gestos de cuidado ou afeto e deixam os filhos hesitantes na nomeação do que percebem, mas paradoxalmente muito pouco se questionam: o que fazem, o que são, o que causam não é tema de indagação. Estão convencidas da adequação de suas palavras e ações, não hesitam, não nutrem dúvidas. É sobretudo aí que reside o mal. O dano maior não vem do que é feito, mas vem da certeza de que nada de mal é feito. “O feito está feito”. O desacerto, se houve, dissolve-se e a vida segue sem compromisso.

Mães com atitudes inconsequentes que geram confusão na percepção dos filhos, dúvidas sobre a justiça da própria inconformidade, revolta, crítica. A raiva fica em suspensão, ao menos por um tempo, a agressividade sustada, mas o remorso de acusar a mãe, de odiá-la, abre caminho para a culpa, que chega com força e não se vai. Assim, as mães que fazem mal ainda que possam ser pensadas como vítimas, podem ser mais nocivas a seus filhos do que as mães verdadeiramente más.

Mães não atentas às necessidades dos filhos, emocionalmente alienadas que foram mães do modo como aprenderam, fizeram o que achavam, sabiam e acreditavam suficiente. Criaram filhos despreocupadas, alheias à própria importância, separadas de sua subjetividade, ignorantes da história da cultura, dos avatares da feminilidade ao longo dos séculos. Mães que sem referências seguras, sem suporte na própria experiência de maternidade buscaram um clichê e o seguiram obedientemente. Todas elas mães de crianças comuns que crescem buscando na acertividade crítica um sentido e não um encontro, crianças que orbitam em torno, tentando agradar, sempre em vão, e por esse padecimento carregam a sensação de perplexidade diante dos erros apontados sem interrupção, crianças que crescem sem autorização de desfrute de uma evolução própria, sem direito a uma identidade singular. Não há contra o que se bater, não há o que argumentar. Há somente a possibilidade de aceitar o desacerto, de se arrepender de algo que se desconhece o motivo, de parar de pensar, desistir do sentido e lutar para não enlouquecer.

A CICATRIZAÇÃO DA FERIDA

Os homens e as mulheres, aqui pensados, trazem nas sequelas psíquicas o registro da dor de não terem encontrado em suas mães um olhar curioso frente ao qual pudessem se apresentar. Ao contrário, encontraram um olhar que os precedia, para o qual não ofereciam mistérios. Marcados, eram pré-conhecidos. E é na direção desta criação, em que relações possam se constituir rompendo a repetição das marcas originais, que o trabalho analítico tem lugar. O trabalho passa pelo reconhecimento sincero da dor e desamparo sofrido nas relações precoces, que se infere dos relatos trazidos por pessoas, hoje crescidas, em que experiências de coação e desrespeito são retomadas.

O trabalho passa pelo acolhimento do que foi percebido – mesmo que imaginado – na experiência inicial, com a mãe que não vê, e que

impregnou a vida afetiva da criança, como uma marca de nascença. Este tipo de vivência ao ser precipitado na relação transferencial analítica é a “oportunidade” que no passado não se deu, agora pode emergir, fazer-se conhecer. Tornando possível tomar a contingência nas mãos e retomar a própria história de um ponto anterior àquele em que foi abatido pelo acaso, abrindo espaço para a experiência única de nascer de si mesmo. E isto também será contingencial, na medida em que há encontros analíticos nos quais a “oportunidade” não pode ser recriada.

O que nos faz pensar que a experiência de partilhar a dor psíquica implica para o analista em um modo de participação e de intervenção, um tipo de contratransferência específica, cuja orientação supõe uma capacidade de identificação e lhe permite possibilitar ao paciente a experiência da ilusão, campo neutro existente entre as realidades interna e externa, pensada como constitutiva da esperança e da criatividade.

A escuta atenta sem suspeita, possibilita a renúncia a esse amor que ficou reificado, arrastado ao longo do tempo e permite a desistência, por tantos anos adiada, em atender, saciar, resgatar as mães que tiveram. O trabalho reside na ruptura da idealização desse vínculo materno filial, nunca existido, para sempre perdido e ao que aqueles que outrora foram filhos, ficaram cativos.

Os pacientes que experimentaram graves falhas ambientais necessitam de um ambiente confiável para “descongelar” sentimentos muito antigos, particularmente o ódio que carregam dentro de si, sendo uma grande capacidade humana saber quando é seguro se entristecer.

Os pacientes aos quais nos referimos, ao sentirem-se abandonados em necessidades psíquicas vitais tiveram que fazer frente ao ódio por suas mães – o que muito os assustou. A clínica psicanalítica nos ensinou que estes mesmos pacientes somente foram capazes de chorar e permitiram que a tristeza aparecesse, quando tiveram a certeza de estar na presença de uma pessoa confiável capaz de acolhê-los em sua dor. Por isso, o trabalho

analítico inicial se expressa através do holding, único recurso capaz de sustentar as “transferências de necessidade” para, mais tarde, utilizar-se das interpretações verbais, tão importantes no tempo em que lhes for possível fazer “transferências de representações”.

Através desse movimento terapêutico, meninas se feminizam, imitando a mulher que surge, saída de seus ideais, e meninos se espelham em algo que, hoje, podem construir como fruto de seus “selfies” recompostos e desenvolvem uma nova estética, uma nova harmonia a partir de si.

Mulheres que ao viverem a experiência de uma parceria analítica amorosa veem-se bonitas; hoje, ainda menos bonitas que outras, como a mãe, a analista, a mulher adulta – mas, ainda assim, bonitas. E nesta trajetória de experimentação, homens e mulheres descobrem talentos, interesses e o tímido, mas efetivo, desvelamento da sensualidade e da sexualidade, com o colorido da vida que retorna. O trabalho analítico pode possibilitar a experiência de constituição da fraternidade.

A mentira do mito do amor materno não está em proclamar um tipo de amor bom, mas em torná-lo comum a todas as mulheres. A mentira do mito do amor materno está em proclamar um tipo de amor bom, exclusivo de mulheres, que desponta quando se tornam mães, e não considerar a evidência de que esse amor é atributo e fonte de inspiração de pessoas capazes de amar. A mentira do mito do amor materno não está em proclamar um tipo de amor bom, mas em ignorar que os bons sentimentos circulam entre amores, migram para novos vínculos envolvendo pessoas, trabalho, ideais e lazeres. Temos notícia de mulheres não mães que generosamente se destacaram em vários setores da vida social. Para exemplificar apenas alguns poucos casos: Coco Chanel, Oriana Fallaci, Katharine Hepburn, Jennifer Aniston, Virginia Woolf, Frida Khalo, Marilyn Monroe, Oprah Winfrey, Renée Zellweger, Rosa Montero, Simone de Beauvoir, Cameron Diaz.

A mãe a dar nascimento é a mulher que se reconhece como capaz de causar mal aos filhos gerados e capaz de se comprometer com essa verdade tomando cuidado. Mulher que torna a gravidez uma experiência de reparação, em relação àquelas que a precederam e aqueles que dela advirão, capaz de estabelecer vínculos de identificação com homens e mulheres que possam servir de estímulo à vida, mulher comprometida com o que sonhou, com o que recebeu e com o que conseguiu transformar do que sonhou e do que recebeu. Mãe a ser constituída pelas mulheres beneficiadas pela revolução feminista, que passaram pela psicanálise e que, adultas, podem incluir o amor e o ódio, o conflito e o desejo dentro de sua subjetividade.

Mulheres que possam prosseguir sendo mães, mas que hoje sabem não ser esta sua única escolha de futuro, de vida, de alegria ou realização. Lição escrita a sangue em seus corpos por séculos.

O que nos traz Luísa em nosso último tempo:

“Hoje, vindo para cá, pela primeira vez pude visualizar-me. Sem espelho, sem nada, apenas pensei em mim e me vi. Fiquei muito surpresa, foi incrível. Saí inteira de dentro da minha cabeça com um corpo, um rosto, um jeito. Pensando nisto agora, me dou conta de que, antes, quando me olhava no espelho, quem eu via não era eu. Acho que via minha mãe, ou queria vê-la. Agora, ela não aparece mais sob meus olhos, se foi. Agora vejo a mim. E estou bonita.”